



ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

Plano Nacional de Pós-graduação

2025-2029

IMPLICAÇÕES PARA O ESTADO DA BAHIA

*Documento estratégico da Academia de
Ciências da Bahia, elaborado por
Robert Verhine e Dora Leal Rosa*

**Documento aprovado pelo Conselho Deliberativo
em 08 de abril de 2026**

[DOI: 10.5281/zenodo.19748522](https://doi.org/10.5281/zenodo.19748522)

Comissão de Redação:

Robert Evan Verhine

Dora Leal Rosa

Produção: Karina Costa

Diagramação: Nathan Santos Batista

Edição Final: Manoel Barral-Netto

Revisão Final: Roberte Evan Verhine

RESUMO AMPLIADO

O presente documento examina as implicações do VII Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2025–2029), elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para o desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu no estado da Bahia. Produzido por solicitação da Academia de Ciências da Bahia (ACB), o estudo parte da compreensão de que o novo Plano, ao atualizar diretrizes estratégicas do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), oferece oportunidade singular para reposicionar a política estadual em direção a um novo ciclo de consolidação qualitativa, redução de assimetrias internas e ampliação do impacto científico e social.

Desde sua institucionalização, a partir da década de 1970, o SNPG consolidou-se como sistema nacional estruturado, com planejamento periódico e avaliação coordenada pela CAPES. Ao longo dos diferentes PNPGs, consolidaram-se princípios como institucionalização da pós-graduação, integração com a política científica e tecnológica, indução estratégica, redução de desigualdades regionais, internacionalização e fortalecimento da relação com a sociedade. O VII PNPG (2025– 2029) organiza seus desafios em oito eixos centrais, que neste estudo são analisados juntamente com dois temas adicionais considerados estratégicos para a realidade baiana, totalizando dez eixos estruturantes.

Panorama sintético da Pós-Graduação

Entre 2013 e 2024, a pós-graduação baiana passou por expansão expressiva. O estado alcançou mais de duas centenas de programas, representando cerca de 4,7% da oferta nacional e ocupando posição de destaque no Nordeste. Observa-se crescimento consistente do número de doutorados, consolidação de programas que passaram a ofertar mestrado e doutorado conjuntamente e avanço do processo de interiorização, com ampliação da presença institucional fora da capital.

O corpo docente cresceu em ritmo superior ao nacional, com quase totalidade de doutores e leve aumento da participação feminina. O número de discentes expandiu-se ainda mais intensamente, sobretudo no doutorado e nos programas profissionais. As taxas estimadas de conclusão indicam níveis elevados de eficiência formativa.

No campo da produção intelectual, registrou-se crescimento significativo de artigos, livros e patentes, com aumento da proporção de publicações em estratos superiores de qualidade. A interiorização também se reflete na produção científica. Persistem, entretanto, fragilidades estruturais: concentração da excelência em poucas instituições, desempenho relativamente modesto em Engenharias, dependência significativa de recursos federais e sub-execução orçamentária da FAPESB.

Esse panorama revela base institucional sólida, mas também aponta a necessidade de políticas orientadas à intensificação qualitativa e ao fortalecimento de áreas estratégicas.

Os Dez Eixos Estruturantes

O núcleo analítico do documento concentra-se na discussão de dez temas prioritários. Para cada um, são identificadas recomendações do VII PNPG e analisadas suas implicações específicas para a Bahia.

1. *Equidade e Diversidade na Pós-Graduação*

O primeiro eixo reconhece que o SNPG ainda não reflete plenamente a diversidade social brasileira. Na Bahia, estado de maioria negra e marcado por desigualdades socioeconômicas profundas, essa agenda assume centralidade estratégica.

As recomendações enfatizam a realização de censos de diversidade, implementação de ações afirmativas, reserva de vagas, mecanismos de permanência e combate ao assédio e à discriminação. Para o contexto baiano, a consolidação de políticas inclusivas não deve limitar-se ao acesso, mas envolver acompanhamento acadêmico, apoio psicossocial e monitoramento de trajetórias de egressos.

A equidade, nesse sentido, não é apenas princípio ético, mas componente estruturante da qualidade e da legitimidade social da pós-graduação.

2. *Assimetria Regional e Mobilidade Intranacional*

Apesar do avanço da interiorização, persistem desigualdades entre instituições e regiões do estado.

O eixo propõe políticas de indução, estímulo à cooperação interinstitucional e mobilidade de docentes e discentes.

Para a Bahia, isso implica fortalecer programas emergentes do interior sem comprometer padrões de qualidade, estimular redes interuniversitárias e ampliar mecanismos de circulação acadêmica dentro do próprio estado e com outras regiões do país.

O desafio é transformar expansão territorial em consolidação acadêmica sustentável.

3. Fomento e Relações com a Sociedade

O PNPG destaca a necessidade de financiamento estável e articulação com o setor produtivo e com políticas públicas. No caso baiano, a dependência de recursos federais contrasta com a subexecução orçamentária da fundação estadual.

Torna-se fundamental assegurar a execução integral do percentual legal da FAPESB, estruturar editais estratégicos voltados à consolidação de excelência e ampliar parcerias com setores produtivos regionais.

O fortalecimento do financiamento estadual é condição indispensável para maior autonomia científica.

4. Futuro dos Egressos e Ingressantes

A expansão do número de mestres e doutores exige diversificação de trajetórias profissionais. O PNPG recomenda monitoramento sistemático de egressos, aproximação com setores não acadêmicos e reformulação de currículos.

Na Bahia, onde o ensino superior ainda absorve parcela significativa dos titulados, é necessário ampliar conexões com administração pública, setor produtivo, terceiro setor e economia criativa.

A sustentabilidade do sistema depende da ampliação de horizontes profissionais.

5. Internacionalização e Visibilidade Global

O eixo propõe intensificar mobilidade internacional, cooperação científica e publicação em redes globais. Embora a Bahia apresente avanços, a inserção internacional ainda é desigual entre instituições.

É estratégico estimular projetos cooperativos, redes multilaterais, programas de dupla titulação e políticas institucionais de internacionalização integradas.

A visibilidade internacional reforça qualidade, competitividade e captação de recursos.

6. Pesquisa Institucionalizada, Extensão e Inovação

O PNPG enfatiza a integração entre pesquisa, inovação e impacto social. Na Bahia, a produção científica cresceu, mas a geração de patentes e a presença em áreas tecnológicas estratégicas permanecem limitadas.

Recomenda-se fortalecer núcleos de inovação tecnológica, ambientes colaborativos e políticas de transferência de conhecimento.

O desenvolvimento regional exige maior protagonismo da pesquisa aplicada e tecnológica.

7. Pós-Graduação e Educação Básica

O Plano reconhece a necessidade de maior interação entre pós-graduação e educação básica. Na Bahia, essa articulação é especialmente relevante diante dos desafios educacionais persistentes.

A formação de professores, o desenvolvimento de materiais pedagógicos e a produção de pesquisas aplicadas à melhoria do ensino devem ser intensificados.

Trata-se de eixo de alto impacto social e estratégico para o desenvolvimento estadual.

8. Programas Profissionais

Os programas profissionais consolidaram-se como instrumentos de ampliação do impacto social da pós-graduação. Na Bahia, sua expansão recente revela protagonismo regional e aderência às demandas de desenvolvimento.

Persistem, contudo, desafios estruturais, especialmente quanto à consolidação de identidade própria, adequação ao perfil de estudantes trabalhadores e às limitações de financiamento.

As recomendações sugeridas podem fortalecer a identidade, a eficiência e seu impacto social.

9. Programas a Distância e o Ensino Híbrido

A incorporação da educação a distância e do ensino híbrido na pós-graduação brasileira resulta de avanços tecnológicos e mudanças regulatórias, em meio a debates sobre qualidade e rigor acadêmico. Ambos permanecem, contudo, subutilizados no sistema stricto sensu.

Na Bahia, sua relevância é ampliada pelas desigualdades regionais e pela concentração da oferta em poucos polos, o que limita o acesso.

As recomendações enfatizam expansão com avaliação rigorosa e inovação pedagógica.

10. Avaliação da Pós-Graduação

Embora a reformulação do modelo avaliativo não dependa do estado, suas implicações são decisivas. A elevação do número de programas com notas 5, 6 e 7 deve constituir meta prioritária.

Isso requer planejamento institucional orientado por indicadores de desempenho, estímulo à produtividade qualificada e consolidação de grupos emergentes.

A avaliação funciona como indutor estrutural da qualidade.

Proposta Preliminar para a Política Estadual

A conclusão do documento apresenta proposta preliminar orientada por três diretrizes integradoras:

1. **Intensificação qualitativa** - Elevação sistemática do número de programas consolidados e de excelência, com apoio estratégico a grupos emergentes.
2. **Financiamento estável e articulado** - Execução integral do orçamento legal da FAPESB, complementação a pesquisadores produtivos e indução de áreas prioritárias.
3. **Integração sistêmica e impacto social** - Articulação entre pós-graduação, educação básica, setor produtivo e políticas públicas.

Propõe-se a formulação de um plano estadual articulado ao PNPG, com metas claras, indicadores de acompanhamento e governança cooperativa entre universidades, agências de fomento e governo estadual.

Síntese Final

A Bahia consolidou, nas últimas duas décadas, base institucional robusta de pós-graduação, com expansão consistente de programas, docentes, discentes e produção científica. O desafio que se impõe não é apenas continuar crescendo, mas qualificar o crescimento, reduzir assimetrias internas e ampliar o impacto social e tecnológico da ciência produzida no estado.

O VII PNPG oferece diretrizes capazes de orientar esse novo ciclo. Sua aplicação estratégica à realidade baiana pode impulsionar a transição de uma fase de expansão quantitativa para um estágio de maturidade sistêmica, marcado por excelência distribuída, inovação tecnológica, equidade social e inserção internacional ampliada.

A construção desse novo patamar dependerá da capacidade de articulação política, compromisso financeiro e visão estratégica de longo prazo, elementos essenciais para que a pós-graduação baiana assuma papel ainda mais protagonista no cenário nacional.

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

IGI – Índice Global de Inovação

IES – Instituição de Educação Superior

MAI/DAI – Programa de Doutorado e Doutorado Acadêmico para Inovação -

CAPES

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PIB – Produto Interno Bruto

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação

PPG – Programa de Pós-Graduação

SEC/BA – Secretaria de Educação do Estado da Bahia

SECTI/BA – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia

SENAI CIMATEC – Universidade SENAI CIMATEC

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

SOU_CIÊNCIA - Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência

SUPAD – Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional -

UFBA

UCSAL – Universidade Católica de Salvador

LISTA DE SIGLAS

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ACB - Academia de Ciências da Bahia

APC - Taxa de Processamento de Artigos

BOLSA PQ - Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq

BRICS - Agrupamento de grandes economias emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e seis outros países

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPES PrInt - Programa Institucional de Internacionalização - CAPES

CTC-ES - Conselho Técnico-Científico de Educação Superior da CAPES

CNE - Conselho Nacional de Educação

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONFAP - Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa

DAV - Diretoria De Avaliação da Capes

DP - Doutorado Profissional

EAD - Educação a Distância

EBMSP - Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública

FAP - Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa

FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FIEC - Federação das Indústrias do Estado de Ceará

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNIFACS - Universidade Salvador

UNIMAM - Centro Universitário Maria Milza

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
O PNPG 2025-2029	16
O ESTUDO EM PAUTA	18
O PANORAMA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA	20
Programas e Instituições	20
Corpo docente e discente	27
Pesquisa e Produção Intelectual	37
Fomento	44
Balanço Parcial do Cenário da Pós-graduação na Bahia	49
EIXOS	52
EIXO 1: EQUIDADE E DIVERSIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO	52
Contexto	52
Recomendações pertinentes	52
Análise e implicações	53
EIXO 2: ASSIMETRIA REGIONAL E MOBILIDADE INTRANACIONAL	58
Contexto	58
Recomendações pertinentes	59
Análise e implicações	60
EIXO 3: FOMENTO E RELAÇÕES COM A SOCIEDADE	64
Contexto	64
Recomendações pertinentes	65
Análise e implicações	65
EIXO 4: FUTURO DOS EGRESSOS E INGRESSANTES	69
Contexto	69
Recomendações pertinentes	70
Análise e implicações	71
EIXO 5: INTERNACIONALIZAÇÃO E VISIBILIDADE GLOBAL	77
Contexto	77
Recomendações pertinentes	78
Análise e implicações	79
EIXO 6: PESQUISA INSTITUCIONALIZADA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	81
Contexto	81
Recomendações pertinentes	82
Análise e implicações	83

EIXO 7: PÓS-GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA	86
Contexto	86
Recomendações pertinentes	87
Análise e implicações	88
EIXO 8: PROGRAMAS PROFISSIONAIS	92
Contexto	92
Recomendações pertinentes	93
Análise e implicações	94
EIXO 9: PROGRAMAS A DISTÂNCIA E O ENSINO HÍBRIDO	98
Contexto	98
Recomendações pertinentes	99
Análise e implicações	100
EIXO 10: AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO	104
Contexto	104
Recomendações pertinentes	104
Análise e implicações	105
PROPOSTA PARA A MELHORIA DA PÓS-GRADUAÇÃO NA BAHIA	110
1. Consolidação da Qualidade e Elevação dos Conceitos CAPES dos Programas Baianos ...	110
2. Promoção da Equidade e da Diversidade dos Integrantes da Pós-Graduação Baiana	111
3. Redução das Assimetrias Intrarregionais e Fortalecimento da Interiorização Qualificada	111
4. Reequilíbrio da Distribuição dos Programas por Áreas Estratégicas	112
5. Internacionalização Estruturada e Sustentável	112
6. Integração com Educação Básica e Impacto Social	113
7. Fortalecimento do Fomento Estadual e Sustentabilidade Financeira	113
8. Renovação e Valorização do Corpo Docente e Formação de Lideranças	114
Considerações Finais sobre a Proposta	114
REFERÊNCIAS	116

INTRODUÇÃO

Atualmente, a qualidade da pós-graduação *stricto sensu* brasileira é reconhecida internacionalmente.¹ Esse reconhecimento está diretamente relacionado ao fato de que, diferentemente da maioria dos países, os programas de pós-graduação no Brasil integram um sistema nacional juridicamente constituído, caracterizado por processos de planejamento em âmbito nacional, conduzidos pelo governo federal e referentes a períodos sequenciados, porém, por razões políticas, de tempo de duração variado.

Para compreender tais processos, é importante considerar que a rápida expansão do sistema, a partir do início da década de 1970, colocou em debate a qualidade dos novos cursos de pós-graduação. Diante dessa situação, ainda no governo militar, foram adotadas medidas voltadas à promoção de um desenvolvimento mais sistemático do sistema. Em 1974, foi instituído o Conselho Nacional de Pós-Graduação (órgão colegiado interministerial) com a função de formular e executar a política nacional de pós-graduação. Como resultado, foi criado o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e elaborado o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), referente ao período de 1975–1979.

Foram formulados, até o presente momento, sete Planos Nacionais de Pós-Graduação. Os conteúdos de tais planos são sumarizados em diversas fontes.² Fica evidente que embora apresentassem temáticas recorrentes, cada plano introduziu ênfases específicas dignas de nota. Por exemplo, o Plano Nacional I, acima mencionado, concentrou-se na institucionalização do sistema, consolidando a pós-graduação como atividade regular da educação superior e assegurando seu financiamento. O Plano Nacional II, elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para o período de 1982 a 1985, enfatizou a elevação da qualidade dos programas, com foco no fortalecimento do modelo de avaliação. O Plano Nacional III (1986 – 1989), por sua vez, buscou integrar a pós-graduação ao sistema nacional de ciência e tecnologia, concebendo a pesquisa e a produção intelectual como eixos centrais dos programas. A partir de então, os programas de pós-graduação (PPGs) passaram a se organizar em torno de linhas de pesquisa e a reconhecer seus docentes como agentes fundamentais na produção científica nacional.

¹ Ver, por exemplo, Pinto (2023) e Trevisol (2025).

² Ver, por exemplo, Brasil (2023) e Pinto (2023).

Essa vinculação entre universidade e produção de conhecimento, típica desde o século XIX em países como Alemanha e Estados Unidos³ é crucial para formação de pesquisadores. Ele proporciona ambientes de aprendizado pela prática investigativa, orientada por docentes pesquisadores.

Já o Plano IV jamais foi oficialmente publicado, mas, conforme as fontes acima citadas, o mesmo recomendava a flexibilização do sistema, permitindo a criação de programas com ênfase profissional, além de prever a inserção e o reconhecimento internacional da pós-graduação brasileira. Em sequência, o Plano Nacional V (2005–2010) priorizou a correção das assimetrias regionais, introduzindo o princípio da indução estratégica na política nacional de pós-graduação. Também abordou o impacto social do ensino e a formação de professores para a Educação Básica. Tais temas foram também abordados pelo Plano Nacional VI, relativo ao período 2011–2020, que ainda inovou ao contemplar a formação de pessoal qualificado para o setor produtivo, reforçando o compromisso da pós-graduação com o desenvolvimento socioeconômico do país.

Com o lançamento do VII PNPG, no final de 2025, novas orientações e recomendações são divulgadas, por meio da atualização de temas abordados nos Planos anteriores e da incorporação de novos temas pertinentes ao contexto atual (CAPES, 2025). Coloca-se, portanto, a questão das implicações do novo Plano, com foco no período de 2025 a 2029, para o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* baiana. Mais especificamente, indaga-se quais diretrizes e respectivas recomendações apresentam maior relevância para o contexto da Bahia e de que forma, em seu conjunto, podem orientar ações a serem adotadas pelos principais atores governamentais e institucionais na busca de ampliar e qualificar a pós-graduação e, conseqüentemente, a ciência no estado.

Para analisar tais implicações, elaborou-se o presente documento (em atendimento à solicitação da Academia de Ciências da Bahia (ACB), encaminhada em dezembro de 2025,)), organizado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se uma breve descrição do processo de formulação e da estrutura do Plano, bem como da natureza do estudo em pauta; em seguida, traça-se um panorama da pós-graduação na Bahia, com foco em seu desenvolvimento ao longo do tempo e em sua situação atual. Posteriormente, são discutidos dez eixos estruturantes, oito dos quais destacados no PNPG, contextualizando cada um deles, identificando

³ Ver, por exemplo, Schwartzmann (2001) para a história da universidade de pesquisa.

as recomendações do Plano mais relevantes para a Bahia e desenvolvendo uma discussão sobre sua aplicação à realidade baiana. Por fim, na conclusão, retomam-se as implicações dos conteúdos analisados ao longo do documento, com o objetivo de oferecer uma proposta para subsidiar a formulação de políticas que promovam o avanço da pós-graduação baiana e contribuam para a construção, em futuro próximo, de um sistema mais inclusivo, socialmente equitativo e orientado de forma mais consistente para à solução dos múltiplos problemas enfrentados pela Bahia.

O PNPG - 2025-2029

Para acompanhar as análises a serem desenvolvidas neste documento sobre a aplicação do VII Plano à realidade baiana, faz-se necessária uma breve discussão sobre o processo de formulação e a organização do Plano.

A elaboração do VII Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2025–2029) teve início em 2022, já de forma tardia, e estendeu-se por aproximadamente três anos até sua conclusão. Esse prolongamento deveu-se, em parte, aos impactos da pandemia de Covid-19, bem como às frequentes mudanças na presidência da CAPES: entre 2018 e 2024, o cargo foi ocupado por seis pessoas, cada uma com visões e orientações distintas, o que contribuiu para a descontinuidade do processo.

A comissão responsável pela elaboração do documento, inicialmente instituída pela Portaria CAPES nº 113, de 24 de junho de 2022, era composta por 38 membros. Ao longo do tempo, novos integrantes foram incorporados e outros se desligaram do grupo, embora a grande maioria tenha participado durante todo o processo. Entre os membros, incluíam-se três docentes da Bahia: os Acadêmicos da ACB Jailson Bittencourt de Andrade (UFBA/CIMATEC) e Robert Evan Verhine (UFBA), além do Professor Diego Silva Menezes (Escola Baiana de Medicina), que foi incorporado à comissão pouco tempo depois.

Ao todo, três versões do PNPG foram elaboradas e, com o passar do tempo, o período de referência foi ajustado, sendo alterado de 2021–2030, conforme estabelecido na portaria supracitada, para 2024–2028 e, posteriormente, para 2025–2029. Na introdução do Plano, observa-se que todos os planos anteriores, com exceção do VII PNPG 2011–2020, foram quinquenais, e que o período de cinco anos “tem a vantagem de promover o acompanhamento mais próximo acerca dos avanços e retrocessos nos programas e cursos oferecidos no país” (p. 28).

Em sua versão final, o Plano passou a contar com 396 páginas, estruturadas em capítulos que abordam o panorama do Sistema Nacional de Pós-Graduação e os desafios principais a serem enfrentados pelo PNPG no período de referência.⁴

⁴ Para a versão final do referido PNPG, consulte: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-deconteudo/documentos/14072025_PNPG_20252029_FINALV3.pdf

Cada desafio é organizado em torno de três eixos: Questões Conceituais, Diagnóstico e Recomendações. O documento inclui ainda uma introdução, a lista de referências e um anexo composto por recomendações resultantes de oficinas realizadas em 27 Unidades da Federação, organizadas pela CAPES em parceria com o Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV, São Paulo).

Os desafios centrais do Brasil na atualidade, conforme discutidos pelo PNPG 2025–2029, enfatizam a necessidade de reduzir as desigualdades regionais, incentivar a mobilidade dentro do território nacional, aperfeiçoar os processos de avaliação da pós-graduação, reconhecer a importância das políticas de equidade e diversidade nesse nível de ensino, assegurar o financiamento adequado e contínuo dos componentes do SNPG, fortalecer as articulações com o setor produtivo não acadêmico e com a sociedade, refletir sobre as perspectivas dos egressos e dos novos ingressantes na pós-graduação, ampliar a internacionalização e a projeção internacional da ciência brasileira, promover a pesquisa institucionalizada e a inovação, bem como intensificar a interação entre a pós-graduação e a educação básica.

No documento do PNPG, os desafios acima referidos se transformam em oito temas centrais, cada um abordado em um capítulo organizado em torno de três eixos: Questões Conceituais, Diagnóstico e Recomendações. Os oito temas são:

- Equidade e diversidade na pós-graduação;
- Assimetria regional e mobilidade intranacional;
- Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- Fomento e relações com a sociedade, incluindo o setor produtivo não acadêmico;
- Futuro dos egressos e ingressantes;
- Internacionalização e visibilidade global;
- Pesquisa institucionalizada, extensão e inovação;
- Pós-graduação e educação básica.

No tratamento desses temas, um total de 23 diretrizes foram identificadas, acompanhadas, no seu conjunto, por 192 recomendações.

O ESTUDO EM PAUTA

No presente documento, ao analisar a aplicação do VII Plano à realidade baiana, são examinados os oito temas contemplados pelo PNPG 2025–2029. Diferentemente do que ocorre no Plano Nacional, contudo, o tema “Avaliação da Pós-Graduação” é abordado ao final, uma vez que a avaliação incide transversalmente sobre os demais temas considerados. Ademais, o foco não recai sobre a reformulação do modelo de avaliação conduzido pela CAPES - aspecto que não pode ser efetivamente alterado por políticas estaduais de pós-graduação -, mas sobre suas implicações para as instituições baianas que atuam na pós-graduação *stricto sensu*.

Para além desses oito temas, dois outros foram acrescentados em razão de sua relevância para o estado da Bahia. Embora tenham sido tratados pelo PNPG de forma transversal e pouco aprofundada, sua importância no contexto baiano justifica destacá-los como temas independentes.

Cada um dos dez temas aqui considerados tem como foco o estado da Bahia e está organizado em três componentes: (1) Contexto, (2) Recomendações pertinentes e (3) Análise e implicações. Com o objetivo de assegurar maior foco analítico, foram selecionadas cinco recomendações para cada tema, totalizando 50 recomendações consideradas pertinentes e examinadas ao longo do texto. Em alguns casos, as recomendações apresentadas não correspondem literalmente às constantes no PNPG, mas resultam de sua síntese ou da combinação de proposições correlatas. Embora, no Plano, o número de recomendações varie conforme o tema, optou-se por manter quantidade idêntica em todos eles, a fim de ressaltar seu igual peso no âmbito desta análise.

As análises desenvolvidas fundamentam-se em dados provenientes de diversas fontes. Parte significativa das informações quantitativas foi obtida na Plataforma Sucupira da CAPES⁵, especialmente nos módulos “Programas e cursos recomendados”, “A pós-graduação em números” e “GeoCAPES”. Além disso, a diretoria da ACB solicitou à Diretoria de Avaliação da CAPES um amplo conjunto de gráficos destinados a evidenciar tendências longitudinais.

⁵ Ver: <https://sucupira.capes.gov.br/>

Foram igualmente consultados o Painel de Fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁶ e os painéis do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Sou Ciência)⁷. Ademais, analisaram-se as páginas eletrônicas das instituições de ensino superior (IES) baianas que ofertam programas de pós-graduação *stricto sensu*, bem como documentos e bases de dados produzidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) e pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI/BA).

As bases de dados foram consultadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2026. Informações disponibilizadas pela CAPES, pelo CNPq ou por entidades afins após 1º de março de 2026 não foram incluídas nas análises aqui apresentadas. Presume-se, entretanto, que, embora valores numéricos específicos possam sofrer alterações ao longo do tempo, as tendências identificadas tendem a se manter, ao menos no período considerado neste estudo, compreendido entre 2026 e o encerramento do Plano, ao final de 2029.

⁶ Ver: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/paineis-de-dados/painel-de-fomento-emciencia-tecnologia-e-inovacao>

⁷ Ver: <https://souciencia.unifesp.br/paineis>

O PANORAMA DA POS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA

O cenário da pós-graduação no estado da Bahia é analisado nesta seção, que está estruturada em três subseções, as quais abordam, respectivamente: (1) os programas e as instituições; (2) o corpo docente e discente; (3) a produção intelectual e (4) Fomento. Salvo indicação em contrário, os dados apresentados sobre os programas e as instituições referem-se à situação da Bahia em 1º de janeiro de 2026, excluindo, portanto, os resultados da avaliação de 2024, ou, no caso de séries históricas, ao período de 2013 a 2024, com base em informações fornecidas pela CAPES mediante solicitação realizada em janeiro de 2026. Esses dados foram utilizados nas análises relativas ao corpo docente e discente, bem como à produção intelectual, em face da ausência de estatísticas publicadas mais recentes. O objetivo da apresentação desse cenário é delinear as principais tendências no estado, utilizando parâmetros nacionais para fins comparativos. Informações mais detalhadas serão incorporadas ao longo da discussão dos dez temas que serão tratados nas seções subsequentes.

Programas e Instituições

No início de 2026, a Bahia contava com 226 programas de pós-graduação, dos quais 222 estavam em funcionamento. Desses, 178 eram de natureza acadêmica e 48 de caráter profissional. Treze dos 226 programas eram programas com sede na Bahia, mas envolvendo parcerias com instituições de dentro e de fora do estado.

De forma mais detalhada, o estado possuía, no período mencionado, 104 programas que ofereciam simultaneamente mestrado e doutorado acadêmicos e 7 programas com mestrado e doutorado profissionais. Além disso, 71 programas ofertavam apenas o mestrado acadêmico e 40 ofereciam somente o mestrado profissional. Completavam esse cenário 3 programas que disponibilizavam exclusivamente o doutorado acadêmico e 1 programa com oferta apenas de doutorado profissional.

Assim, o estado concentrava 4,7% dos programas do país e 22,4% dos programas ofertados na Região Nordeste. Entre os estados brasileiros, a Bahia ocupava a 7ª posição em termos da quantidade de PPGs, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Na Região Nordeste, a Bahia destacou-se significativamente à frente dos demais estados, sendo o segundo e o terceiro lugares ocupados por Pernambuco (n = 172) e Ceará (n = 149) e o quarto lugar pelo Rio Grande do Norte (n = 109).

Em termos da oferta de programas em relação à população, a situação do estado mostra-se relativamente mais precária. Na Bahia, há um programa para cada 65.800 habitantes, enquanto, nacionalmente, há um programa para cada 44.900 habitantes. No contexto regional, a Bahia também fica atrás de estados como o Rio Grande do Norte (1 PPG para cada 30.600 habitantes) e Pernambuco (1 PPG para cada 55.600 habitantes).

No que diz respeito à oferta de programas profissionais, a participação relativa da Bahia era superior à tendência nacional anteriormente mencionada. O estado concentrava 5,3% dos programas profissionais do país e quase a metade (46,6%) daqueles ofertados em sua região. No caso do doutorado profissional, entretanto, a oferta relativa era ligeiramente menos expressiva, correspondendo a 4,5% dos cursos desse nível no Brasil e a 25% dos ofertados no Nordeste. Ressalta-se que o tema dos programas profissionais será detalhado mais adiante neste documento.

Acompanhando as tendências em todo o Brasil, o aumento no número de programas no estado tem sido significativo, desde que os primeiros programas (em Química e Ciências Humanas) foram implantados na Universidade Federal da Bahia em 1968. No ano 2000, o estado oferecia apenas 36 programas de pós-graduação; esse número mais que triplicou (para 123) em 2010 e continuou a crescer rapidamente (para 198) durante a década subsequente. Desde 2020, a expansão tem sido mais limitada, em parte em razão da pandemia de Covid-19.

O Gráfico 1 abaixo ilustra o aumento no número de programas na Bahia entre 2013, quando o estado reunia 73 cursos de doutorado e 156 programas de mestrado, e 2024, quando passou a contar com 100 doutorados e 205 ofertas de mestrado. Em termos de programas de pós-graduação, o total na Bahia aumentou de 160 para 211, representando um crescimento de 31,9%. Essa expansão ocorreu de forma contínua até 2019; contudo, com o início da pandemia de Covid-19, a tendência de crescimento foi praticamente interrompida, passando de 207 para apenas 211 programas ao longo dos cinco anos seguintes.

GRÁFICO 1

NÚMERO DE PROGRAMAS PG POR ANO - BAHIA - 2013-2024

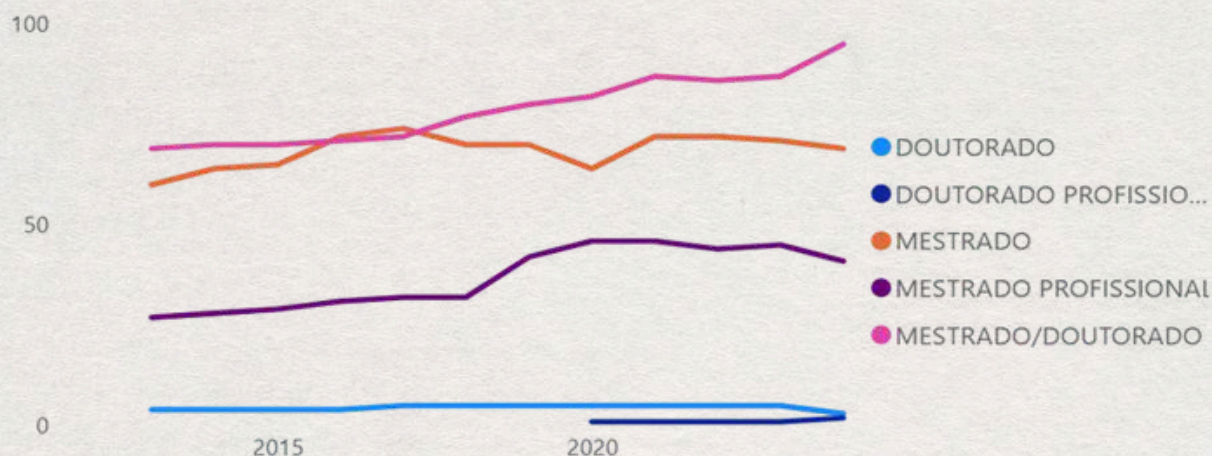


FONTE: CAPES - PLATAFORMA SUCUPIRA

O Gráfico 2 apresenta uma discriminação do crescimento por nível/modalidade dos programas, revelando que aqueles que combinam os níveis de mestrado e doutorado aumentaram de forma substancial nos últimos anos, enquanto a maioria das demais categorias tende a apresentar redução no número de programas ao longo da década de 2020. Essa diminuição, contudo, não é necessariamente negativa, uma vez que programas que antes ofereciam apenas o mestrado passaram a incluir o nível de doutorado, tornando-se mais robustos e com maior impacto. Observase que em 2024, existiam apenas três programas de doutorado não associados a um curso de mestrado e que o doutorado profissional, legalizado pelo CNE em 2017, é ainda incipiente no estado, com apenas dois programas em funcionamento no referido ano.

GRÁFICO 2

PROGRAMAS PG POR NÍVEL/MODALIDADE - BAHIA - 2013-2024

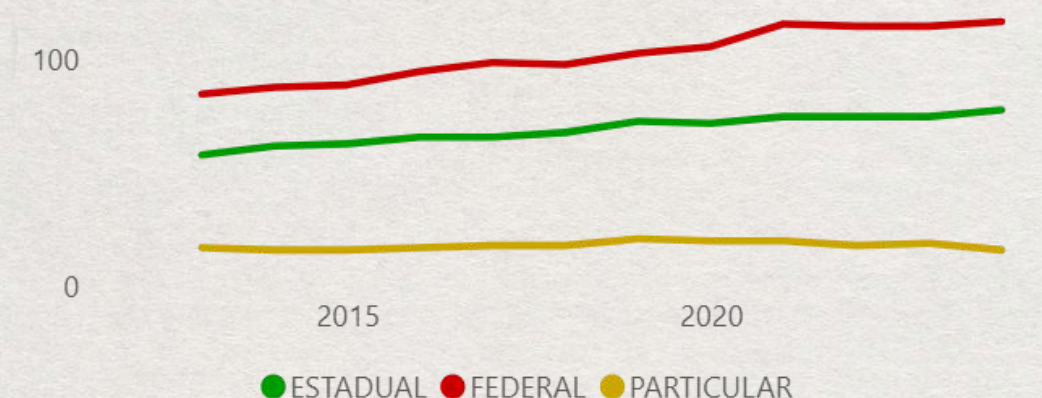


FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

Até o ano 2000, todos os programas de pós-graduação existentes na Bahia eram oferecidos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esse monopólio foi rompido em 2001, com a aprovação, pela CAPES, de um programa de mestrado em Educação na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). No início de 2026, 15 instituições ofereciam cursos de pós-graduação *stricto sensu*, envolvendo, respectivamente, 4 universidades federais e 4 estaduais, além de 2 instituições federais não universitárias e 5 estabelecimentos privados. O Gráfico 3 indica o aumento do número de programas na Bahia entre 2013 e 2024, de acordo com a natureza da instituição à qual cada um está vinculado. Um fator que explica o crescimento relativo da oferta por universidades federais relaciona-se à criação recente da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), cujas implantações ocorreram em 2013 e 2014, respectivamente.

GRÁFICO 3

PROGRAMAS PG POR NATUREZA JURÍDICA - BAHIA - 2013-2024

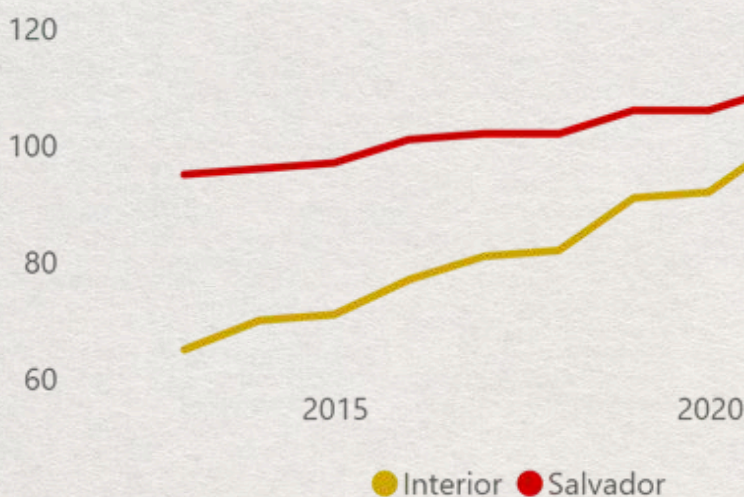


FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

A UFBA lidera amplamente, com 69 ofertas, seguida pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (n = 21), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) (n = 18), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (n = 17) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) (n=15). Entre as instituições privadas, destacam-se a Universidade Salvador (UNIFACS), Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e a Universidade SENAI CIMATEC, com 5, 4 e 3 programas, respectivamente.

Vinculado à expansão da pós-graduação na Bahia observa-se um expressivo processo de interiorização. Conforme evidenciado pelo Gráfico 4, mais da metade do total das ofertas de programas em 2024 ocorreram fora da cidade de Salvador, com oportunidades de formação em nível de pós-graduação disponíveis em um conjunto de 23 municípios. Esse número é quase o dobro do registrado em 2013, quando apenas 13 municípios ofereciam cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Tal diversificação relaciona-se tanto à criação de novas instituições, como a UFSB e a UFOB, quanto à implantação de novos campi em instituições já existentes. Nesse sentido, a interiorização da pós-graduação no estado está intimamente vinculada ao fortalecimento do modelo de universidade *multicampi*.⁸

GRÁFICO 4
PROGRAMAS PG POR LOCAL - BAHIA - 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

Quanto à distribuição dos programas segundo suas respectivas áreas do conhecimento, dados referentes ao início de 2026 evidenciam que a Área Multidisciplinar predomina, com 58 ofertas, seguida pelas Ciências Humanas (n = 38), Ciências da Saúde (n = 31), Ciências Sociais Aplicadas (n = 21) e Linguística/Letras (n = 20). Existem apenas 10 programas de pós-graduação em Engenharia na Bahia, o que sugere limitações no desenvolvimento de patentes e novas tecnologias no estado.

Essa deficiência torna-se mais evidente quando se compara a distribuição da Bahia com a do país. Os programas de Engenharia representam apenas 4,4% do total estadual, enquanto o percentual correspondente no âmbito nacional é de 9,3%.

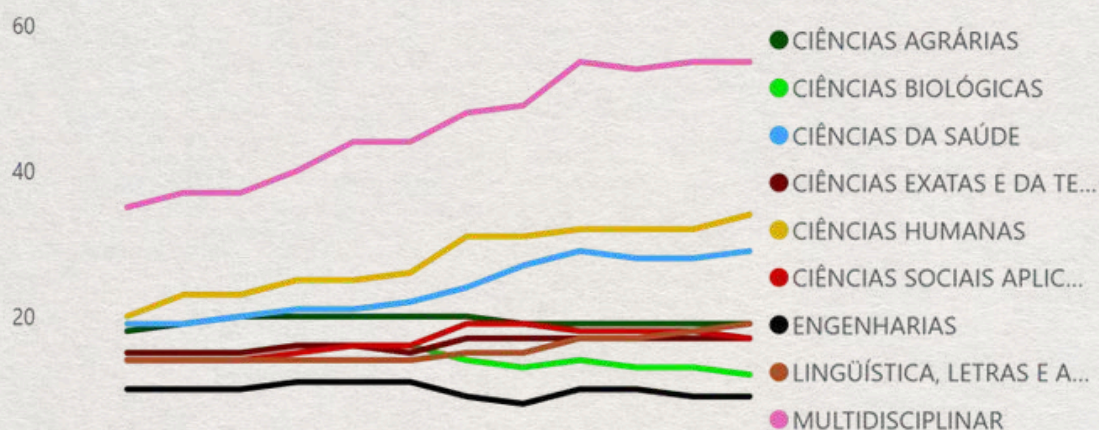
⁸ Para estudos sobre a universidade multicampi no Brasil, ver Fialho; Novaes(2010), Vieira; Macedo(2022) e Santos; Amaral; Luz (2023),

Ademais, em comparação com a tendência nacional, as áreas de Biologia e Agronomia também se encontram relativamente sub-representadas, ao passo que outras áreas, como Linguística/Letras e, especialmente, a Multidisciplinar, apresentam sobrerrepresentação relativa.

Com efeito, conforme ilustrado pelo Gráfico 5, a predominância dos programas Multidisciplinares na Bahia, que constituem mais de um quarto do total de cursos de pós-graduação do estado, é marcante, algo que merece reflexão à luz das controvérsias atuais em torno do valor acadêmico desse tipo de oferta. (Oliveira; Almeida, 2011).

GRÁFICO 5

PROGRAMAS PG POR GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO - BAHIA- 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

Um indicador fundamental da qualidade de um programa de pós-graduação é a nota atribuída pela CAPES, resultante de um rigoroso processo de avaliação realizado a cada quatro anos. As notas variam de 1 a 7, sendo a nota três o requisito mínimo para o reconhecimento oficial (e, portanto, para a legitimidade jurídica nacional) pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Notas iguais ou superiores a 5 indicam que o programa se encontra consolidado, enquanto as notas 6 e 7 caracterizam programas de excelência, de acordo com padrões internacionais. Embora o modelo de avaliação da CAPES seja objeto de controvérsias⁹, as notas atribuídas mostram-se relevantes, uma vez que não há outra fonte de avaliação da qualidade que abarque todos os programas, além de que notas mais elevadas estão associadas a maiores níveis de financiamento federal (Brasil, 2023).

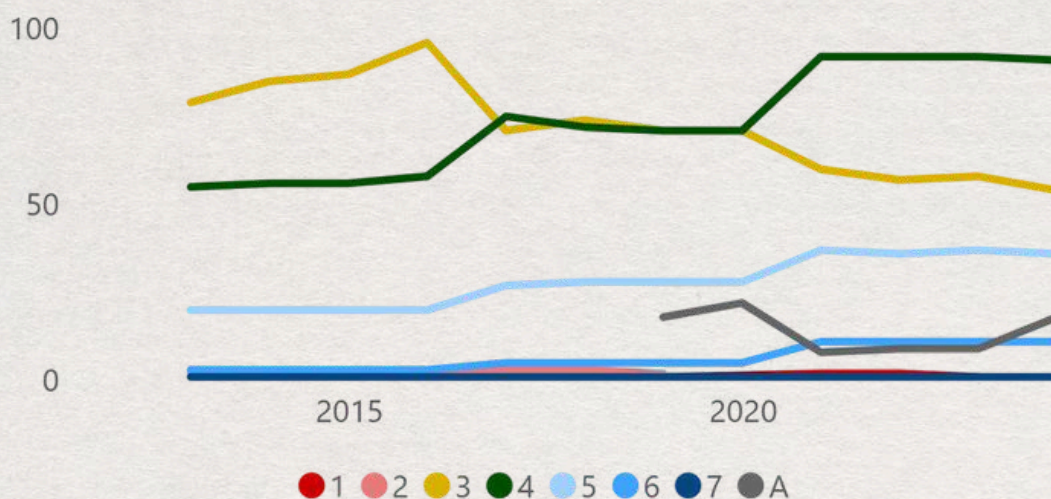
⁹ Ver, por exemplo, Brasil (2023) e Verhine; Souza (2021)

No início de 2026, ou seja, antes da divulgação das notas referentes ao período 2021-2024, dos 226 programas de pós-graduação da Bahia, 192 possuíam conceito CAPES. Desses, 28,1% apresentavam o conceito mínimo satisfatório, igual a três, enquanto 25,0% alcançavam pelo menos o conceito 5 e 6,3% haviam obtido os conceitos 6 ou 7, indicativos de excelência. Em 2013, a distribuição correspondente era significativamente distinta: metade dos 158 programas avaliados possuía conceito três, apenas 15,1% atingiam conceito igual ou superior a cinco, e somente 0,3% alcançavam os conceitos 6 ou 7. Em outras palavras, o número de programas avaliados como de excelência aumentou de quatro, em 2013, para doze, onze anos depois. A mudança na distribuição dos conceitos CAPES entre 2013 e 2024, indicando uma tendência bastante positiva ao longo do tempo, é ilustrada no Gráfico 6.

Apesar dessa melhoria, entretanto, a distribuição dos conceitos na Bahia permanece desalentadora quando comparada à distribuição nacional. No conjunto do país, apenas 28,6% dos programas de pós-graduação possuem conceito 3, enquanto as proporções daqueles com conceito igual ou superior a cinco e daqueles com conceito indicativo de excelência (6 ou 7) são, respectivamente, de 38,9% e 15,3%. Conclui-se, assim, que a situação nacional é substancialmente mais favorável do que a observada no estado.

GRÁFICO 6

PROGRAMAS PG POR NOTA DE PROGRAMA - BAHIA - 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

Deve-se também observar que os melhores cursos da Bahia se concentram em um número reduzido de instituições. A UFBA apresenta clara predominância, com mais da metade de seus programas alcançando nota 5 ou superior, bem como a totalidade daqueles avaliados com notas 6 ou 7. No estado, sete instituições oferecem programas considerados consolidados (nota mínima 5), e cinco abrigam programas classificados como de excelência segundo padrões internacionais (notas 6 ou 7). O único programa a obter a nota máxima 7 pertence à área de Saúde Coletiva, promovido pela UFBA.¹⁰ O referido programa obteve nota 7 em 2014, sendo o primeiro da Região Nordeste a alcançar essa distinção. Atualmente, no entanto, essa exclusividade não se mantém mais, pois, ao final de 2025, havia 13 programas na região com a nota máxima, sendo que os estados do Ceará e de Pernambuco concentravam, respectivamente, 6 e 4 programas nesse nível.

Corpo docente e discente

Em 2024, havia 5.597 docentes atuando em programas de pós-graduação na Bahia, dos quais 79,8% eram docentes permanentes, 18,7% docentes colaboradores e 1,54% docentes visitantes. Esses dados, disponibilizados pela CAPES, correspondem à soma dos docentes registrados em cada um dos 211 programas ativos no estado. Como um mesmo docente pode atuar simultaneamente em dois ou três programas distintos, um mesmo indivíduo pode ser contabilizado mais de uma vez. Dessa forma, o número de pessoas efetivamente envolvidas na docência da pós-graduação pode ser inferior ao total apresentado. Ainda assim, os valores agregados mostram-se úteis para a identificação de tendências gerais.

Em média, os programas de pós-graduação na Bahia contam com 26 docentes, dos quais 21 possuem vínculo permanente. Destaca-se que o número médio de docentes nos 44 programas profissionais do estado é significativamente superior ao observado nos 167 programas acadêmicos ($\bar{x} = 35$ versus $\bar{x} = 24$). A distribuição relativa entre docentes permanentes e colaboradores é semelhante em ambas as modalidades; entretanto, como esperado, a participação de docentes visitantes é maior nos programas acadêmicos (1,8% versus 0,9%).

O Gráfico 7 evidencia o crescimento do número de docentes da pós-graduação no estado entre 2013 e 2024, com aumento relativo de 59,6%, percentual significativamente superior ao crescimento observado no número de programas no mesmo período.

¹⁰ As notas para o período 2021-2024 não foram consideradas nessa análise, por não terem sido registradas na Plataforma Sucupira até 03/2026. No entanto, sabe-se que a Bahia ganhou mais um programa com nota 7 – Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial, do SENAI CIMATEC.

Esse resultado indica uma tendência de ampliação do porte médio dos cursos. Assim como ocorreu com a expansão dos programas, o crescimento do corpo docente desacelerou após 2019, registrando incremento adicional de apenas cerca de 10% nos anos subsequentes.

GRÁFICO 7

DOCENTES PG POR ANO - BAHIA - - 2013-2024



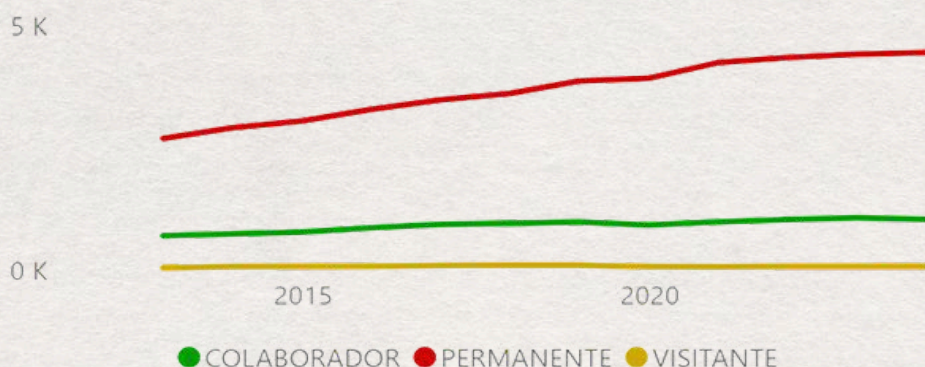
FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

As tendências relacionadas ao corpo docente da pós-graduação na Bahia mostram-se mais favoráveis do que aquelas observadas no país como um todo. Entre 2013 e 2024, o crescimento nacional foi de 40,3%, aproximadamente 20 pontos percentuais inferior ao registrado no estado. Ademais, a proporção de docentes visitantes na pós-graduação baiana é ligeiramente superior à média nacional (1,54% versus 1,41%), o que sugere uma postura relativamente mais ativa na busca pela qualificação dos programas.

Ressalte-se que, conforme demonstrado pelos Gráficos 8 e 9, a distribuição relativa dos docentes baianos entre as categorias de permanentes, colaboradores e visitantes manteve-se estável ao longo do período analisado, assim como a distribuição segundo a natureza jurídica da instituição empregadora.

GRÁFICO 8

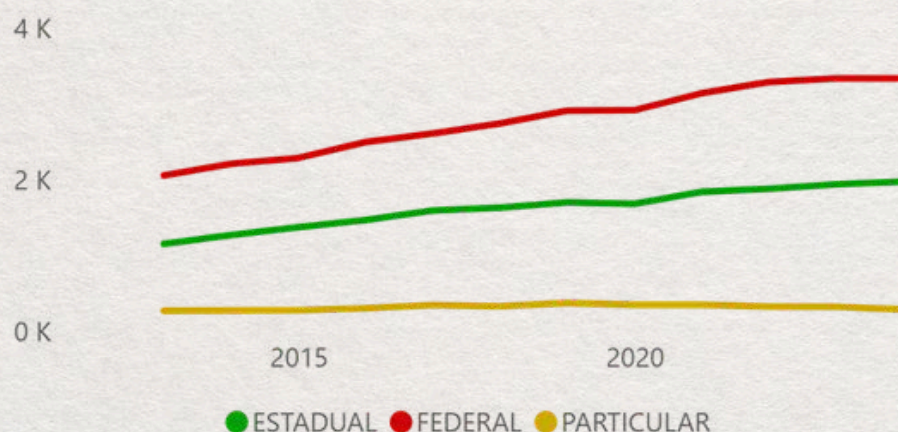
DOCENTES PG POR TIPO DE VÍNCULO - BAHIA - 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

GRÁFICO 9

DOCENTES PG POR NATUREZA JURÍDICA - BAHIA - 2013-2024

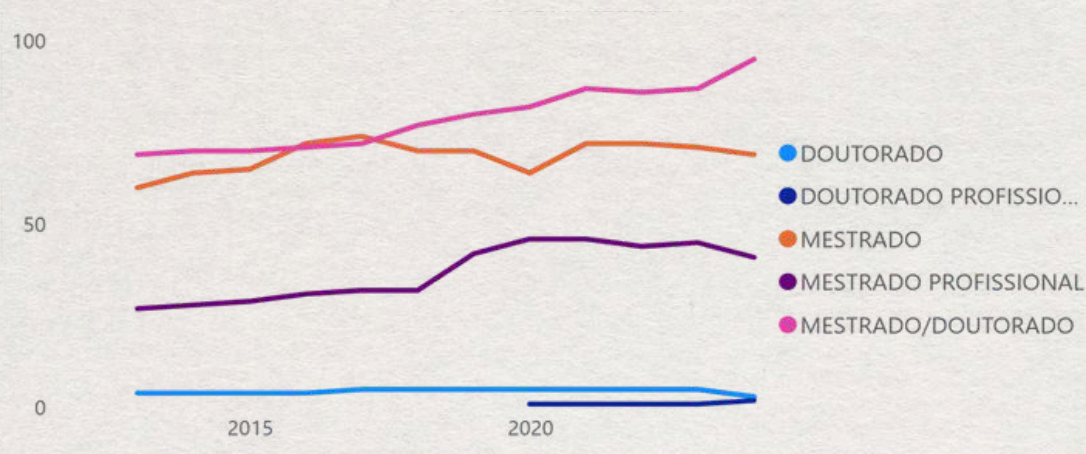


FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

Os dois gráficos a seguir confirmam que os docentes de pós-graduação no estado atuam majoritariamente em programas que oferecem o doutorado e também o mestrado e concentram-se, em sua maioria, na capital, Salvador. Esses gráficos, a exemplo dos anteriores, indicam uma tendência longitudinal levemente ascendente. O Gráfico 11, contudo, merece destaque por ilustrar o processo, ainda incipiente, de interiorização mencionado na seção anterior.

GRÁFICO 10

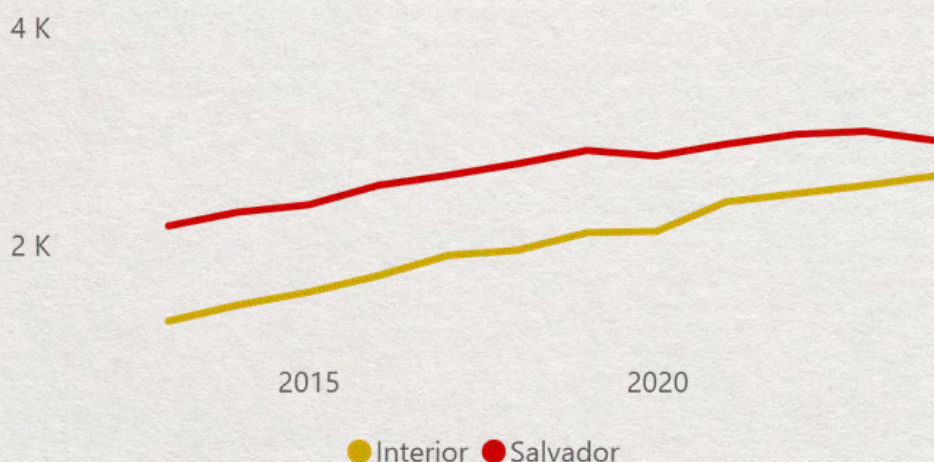
DOCENTES PG POR NÍVEL/MODALIDADE - BAHIA - 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

GRÁFICO 11

DOCENTES PG POR LOCAL - BAHIA - 2013-2024

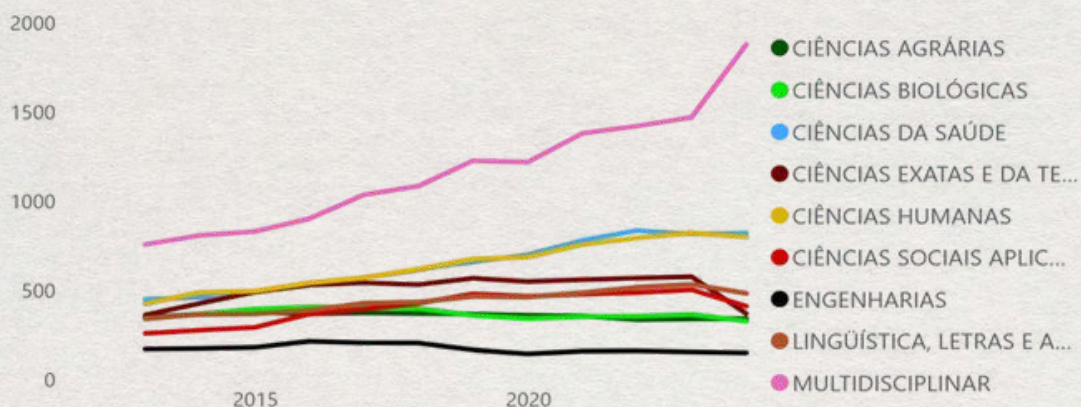


FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

Conforme evidenciado pelo Gráfico 12, o número de docentes varia de forma acentuada conforme a grande área do conhecimento. Observa-se, desde 2013, a mesma tendência geral de crescimento já identificada, com duas exceções notáveis: as áreas Multidisciplinar e Engenharias. Enquanto a primeira apresenta aumento visível ao longo do período, a segunda registra um declínio evidente entre 2023 e 2024.

GRÁFICO 12

DOCENTES PG POR GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO - BAHIA- 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

No que se refere às características pessoais do corpo docente da pós-graduação na Bahia, destacam-se as dimensões de sexo, idade e titulação. Em relação ao sexo, as mulheres representavam 47,9% do total de docentes em 2024, frente a 41,4% em 2013, indicando uma tendência gradual de feminização das posições docentes.

Quanto à idade, observa-se um envelhecimento expressivo do corpo docente ao longo do período analisado: em 2024, 55,2% dos docentes tinham 50 anos ou mais, em comparação a 44,8% onze anos antes.

Paralelamente, a proporção de docentes com título de doutor, já próxima da totalidade, apresentou leve incremento, passando de 98,3% para 99,3% entre 2013 e 2024. Mais relevante, contudo, é o aumento absoluto do número de docentes titulados como doutores no estado, que passou de 3.475 para 5.556 no mesmo intervalo, correspondendo a um crescimento de 59,9%. Esse resultado evidencia um avanço significativo da capacidade científica da Bahia nos últimos anos.

Embora a idade média e a proporção de docentes com título de doutor se mantenham relativamente estáveis entre as diferentes áreas do conhecimento, a distribuição percentual de homens e mulheres varia de forma significativa entre essas áreas. Em 2024, por exemplo, a proporção de mulheres nas Ciências Exatas e nas Engenharias foi de apenas 23,4% e 23,7%, respectivamente, enquanto nas Ciências Humanas e em Artes/Letras esses percentuais foram substancialmente mais elevados, alcançando 48,7% e 57,7%. Esses valores reproduzem, em grande medida, os padrões observados no conjunto do país.

Para concluir esta seção, a análise volta-se a focalizar os discentes dos programas de pós-graduação no estado da Bahia. Em 2024, havia 19.835 pós-graduandos no estado, compreendendo os matriculados ($n = 15.704$), os titulados ($n = 3.587$) e aqueles que foram desligados ou abandonaram o curso ($n = 544$). Como seria de se esperar, os estudantes de mestrado superam em número aqueles que cursam o doutorado, correspondendo os primeiros a 63,7% do total. À época, a Bahia respondia por 4,6% do total de pós-graduandos do país. Os percentuais correspondentes ao número de programas e ao número de docentes eram, respectivamente, 4,7% e 5,0%, o que denota alinhamento com as tendências nacionais.

Essa coerência também se evidencia quando se comparam, para o ano de 2024, as razões discente/docente e o número de discentes por programa na Bahia e no Brasil. Verifica-se que, na Bahia, havia, em média, 3,5 discentes por docente e 94,0 discentes por programa, enquanto, no âmbito nacional, as razões discente/docente e discente/programa eram de 3,9 e 93,4, respectivamente. Tais valores seriam aproximadamente 20% mais elevados caso se considerassem apenas os docentes permanentes; ainda assim, as razões discente/docente, tanto na Bahia quanto no Brasil, podem ser consideradas baixas em termos internacionais¹¹, sugerindo que há margem para ampliação do número de pós-graduandos sem a necessidade imediata de expandir a quantidade de programas ou de contratar novos docentes.

O Gráfico 13 ilustra a evolução do número de estudantes de pós-graduação na Bahia ao longo do tempo, evidenciando um crescimento de 79,6% entre 2013 e 2024, percentual que supera de forma expressiva o aumento nacional observado no mesmo período (44,2%).

GRÁFICO 13

DISCENTES PG POR ANO - BAHIA - 2013-2024



FONTE: CAPES - PLATAFORMA SUCUPIRA

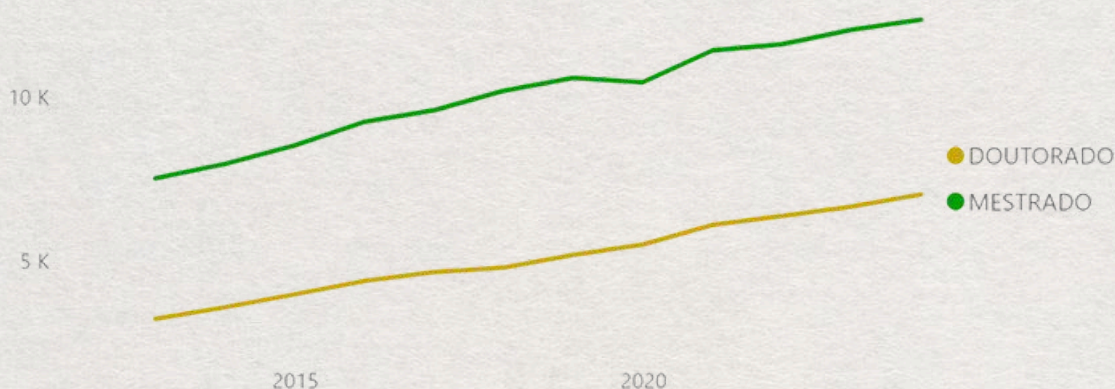
Os dois gráficos apresentados a seguir oferecem elementos adicionais para a compreensão da expansão do contingente discente da pós-graduação baiana. Ambos confirmam a tendência de crescimento já identificada no número de programas e de docentes, com uma inflexão e posterior estabilização associadas ao período da pandemia de Covid-19. Observa-se, contudo, que a recuperação no pós-pandemia foi mais intensa entre os estudantes do que entre os programas e o corpo docente, o que constitui um sinal positivo para a formação de futuros líderes e pesquisadores no estado.

¹¹ Ver, por exemplo, Gaebel.; Zhang (2024), Jacobs (2024) e OECD (2025).

O Gráfico 14 apresenta a evolução relativa do número de estudantes de mestrado e de doutorado por ano na Bahia entre 2013 e 2024, mostrando que, enquanto o contingente de mestrandos/ano aumentou 64,4%, o de doutorandos mais do que dobrou no período, com crescimento de 117,5%. Em 2024, a proporção de estudantes de mestrado para doutorado é maior na Bahia (1,76:1) do que a nacional (1,67), mas os percentuais acima revelam que essa proporção na Bahia está em declínio, indicando um papel cada vez mais relevante para o doutorado no cenário de pós-graduação baiana.

GRÁFICO 14

DISCENTES PG POR NÍVEL - BAHIA - 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

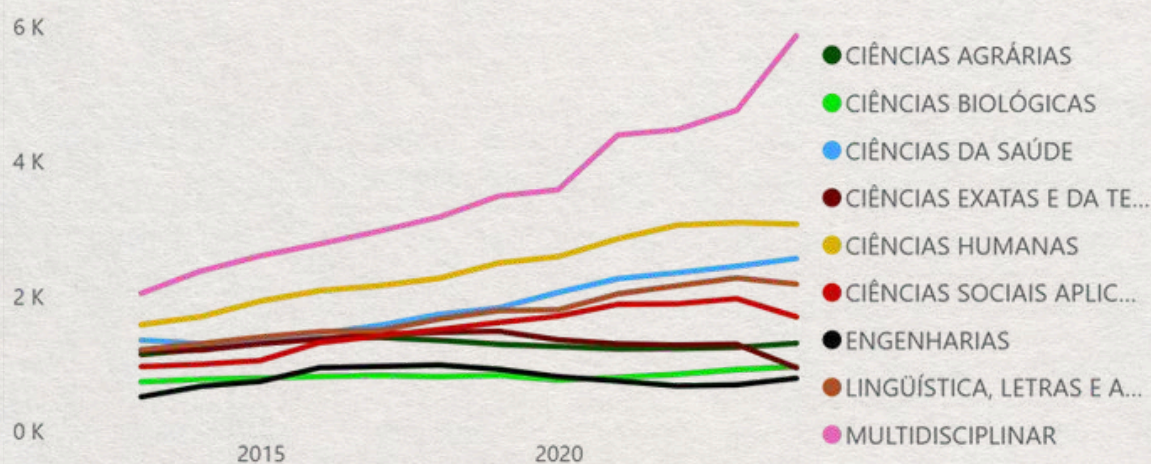
Em relação as tendências longitudinais dos estudantes vinculados a programas acadêmicos e profissionais, observa-se que o número de discentes/ano em programas acadêmicos cresceu 62,9% ao longo dos 11 anos considerados, percentual expressivo, porém substancialmente inferior ao registrado nos programas profissionais, cujo aumento atingiu 192,2%. Em síntese, os dados revelam não apenas uma expansão significativa da pós-graduação no estado, mas também um crescimento particularmente acentuado entre os estudantes de doutorado e aqueles matriculados em programas profissionais, com aumentos superiores ao dobro no primeiro caso e próximos ao triplo no segundo.

O Gráfico 15 serve para reiterar, no que se refere aos estudantes, tendências já observadas em relação às grandes áreas do conhecimento no que diz respeito aos programas e aos docentes. Destaca-se o volume e o crescimento recente do número de discentes nos programas da área multidisciplinar.

Em contrapartida, desde a pandemia de Covid-19, observa-se uma redução no número de estudantes nas áreas de ciências sociais aplicadas, ciências exatas e da terra e linguística, letras e artes. Mais uma vez, a área de engenharias situa-se na base do gráfico, apresentando menor contingente discente/ano em comparação às demais áreas e sem evidências de crescimento ao longo do período analisado.

GRÁFICO 15

DISCENTES PG POR GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO - BAHIA - 2013-2024



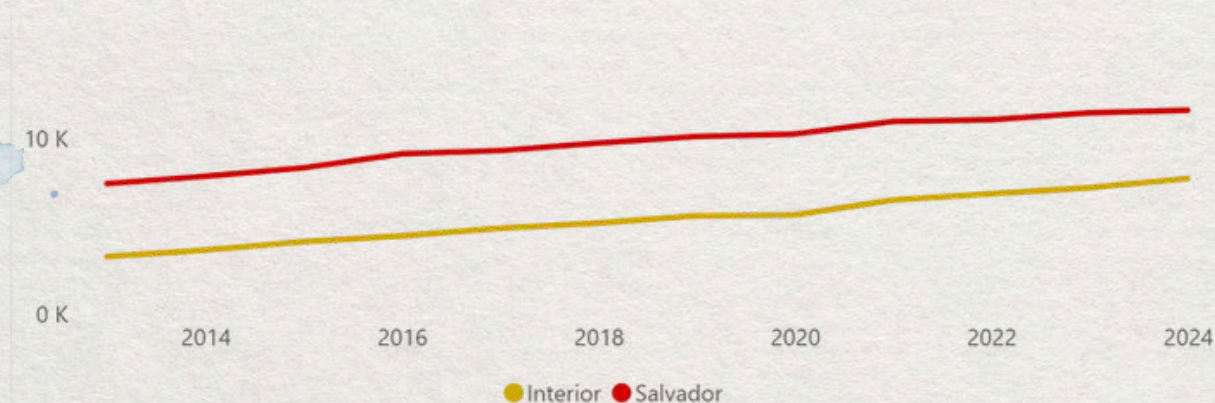
FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

Embora as tendências relativas aos pós-graduandos na Bahia tendam a refletir aquelas observadas quanto aos programas e aos docentes, uma exceção pode ser identificada no Gráfico 16, no que se refere ao processo de interiorização, caracterizado na discussão anterior como uma tendência de aumento relativo das oportunidades de pós-graduação fora, e não na capital Salvador.

Como se observa, os dados indicam que o crescimento do número de estudantes por ano em ambas as localidades (capital e interior) segue trajetórias longitudinais ascendentes virtualmente idênticas. O interior avançou em relação à capital no que diz respeito ao número de programas e de docentes; entretanto, em termos relativos, a distribuição dos estudantes permanece notavelmente semelhante ao longo do período analisado.

GRÁFICO 16

DISCENTES PG POR TIPO DO LOCAL – BAHIA – 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV – DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

Até o momento, a análise dos pós-graduandos na Bahia reuniu, em um único contingente, estudantes matriculados e titulados. Entretanto, é pertinente examinar separadamente aqueles que concluem o curso ao longo do ano acadêmico, pois a taxa de titulação e a ampliação do número de mestres e doutores refletem tanto a eficiência quanto o potencial impacto da pós-graduação no estado.

Dos 3.571 estudantes titulados em 2024, aproximadamente três quartos obtiveram o grau de mestre e um quarto concluiu o doutorado. Entre os títulos de mestrado concedidos nesse ano, mais de três quartos corresponderam à modalidade acadêmica.

A comparação entre 2013 e 2024 revela tendências relevantes. Em primeiro lugar, o crescimento do número de titulados/ano no período (51,5%) foi substancialmente inferior ao aumento do total de estudantes/ano (79,6%), o que sugere uma elevação nas taxas de ingresso e, possivelmente, desafios relacionados à eficiência dos programas, questão a ser examinada adiante.

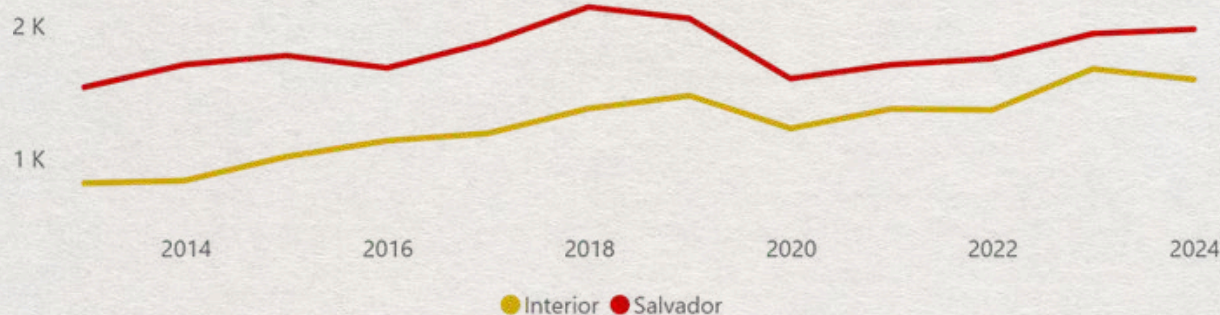
Por outro lado, observa-se uma segunda tendência: o aumento relativo das titulações no período de 11 anos foi significativamente menor no Brasil (40,0%) do que na Bahia. Quando se consideram separadamente as modalidades de titulação, a diferenciação entre estado e país torna-se ainda mais evidente.

Os percentuais de crescimento na Bahia, em comparação com o Brasil, foram de 90,0% versus 63,4% no doutorado; 14,0% versus 7,3% no mestrado acadêmico; e 198,5% versus 176,2% no mestrado profissional. Tanto no âmbito estadual quanto no nacional, o avanço no número de titulados nos cursos de doutorado e de mestrado profissional foi expressivo, ao passo que o mestrado acadêmico apresentou crescimento relativamente modesto, próximo à estagnação.

Uma terceira tendência, ilustrada pelo Gráfico 17, refere-se ao processo de interiorização. Embora tal movimento não se mostre particularmente evidente quando se considera o conjunto dos discentes, ele se torna marcante na análise dos titulados. Ao longo dos 11 anos em foco, o número de concluintes/ano no interior cresceu 95,2%, em contraste com 27,4% entre aqueles que finalizaram seus cursos em Salvador. Ainda assim, em termos absolutos, a capital permanece predominante em 2024, concentrando a maior parcela (55,3%) do total de titulados.

GRÁFICO 17

EGRESSOS PG POR LOCAL - BAHIA- 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

Com o objetivo de estimar a eficiência de conclusão, partiu-se do pressuposto de que o tempo esperado para a integralização do mestrado é de dois anos, enquanto o doutorado demandaria quatro anos. Assim, o número de concluintes de mestrado em 2024 foi comparado ao de ingressantes nessa modalidade em 2022. Procedimento análogo foi adotado para o doutorado, considerando-se um intervalo de quatro anos, ou seja, comparando-se os titulados de 2024 com os ingressantes de 2020.

Com base nesses parâmetros, as taxas estimadas de eficiência para 2024 foram de 86,0% no mestrado acadêmico, 75,9% no mestrado profissional e 76,6% no doutorado. Embora tais resultados devam ser interpretados com cautela, em virtude das premissas adotadas, eles indicam um elevado grau de eficiência nas três modalidades analisadas, uma vez que mais de três quartos dos ingressantes do ano-base (2022, para o mestrado, e 2020, para o doutorado) concluíram o curso no tempo previsto, isto é, em 2024.

A formação de pesquisadores e lideranças constitui a finalidade primordial da pós-graduação brasileira. Há, contudo, uma segunda finalidade, intrinsecamente associada à primeira: a produção de conhecimento cientificamente fundamentado, com impactos não apenas prospectivos, mas também imediatos. Nesse sentido, o texto passa a examinar a produção intelectual gerada pelos programas de pós-graduação na Bahia.

Pesquisa e Produção Intelectual

Desde a publicação do III Plano Nacional de Pós-Graduação, em 1989, a pós-graduação e a produção intelectual no Brasil têm estado estreitamente interligadas. Estima-se que, atualmente, cerca de 80 % da pesquisa científica realizada no país esteja diretamente vinculada aos programas de pós-graduação brasileiros.

A lógica subjacente a essa relação é simples. Como a formação em nível de pós-graduação busca preparar futuros pesquisadores, ela deve possibilitar que os estudantes sejam orientados por um docente academicamente produtivo e que participe diretamente de investigações científicas em andamento. Assim, no âmbito da pós-graduação, a produção intelectual configura-se tanto como um meio (para a formação de futuros pesquisadores) quanto como um fim (para o aumento dos níveis de conhecimento existente). Dessa forma, todo corpo docente de um programa de pós-graduação deve alcançar padrões mínimos estabelecidos por cada área de avaliação da CAPES.

Segundo dados da CAPES, os programas de -graduação da Bahia geraram 46.992 produtos em 2024, dos quais 41,6% eram de natureza acadêmica, 57,0% correspondiam a itens técnicos e 1,4% foram classificados como produção artística. Entre 2013 e 2024, o total de produtos anuais aumentou 26,0%, alcançando um pico em 2021 e registrando, posteriormente, leve declínio.

No período considerado, a produção anual de artigos em periódicos e de livros (incluindo capítulos) cresceu 81,7% e 100,8%, respectivamente. Em 2024, a média de publicações por programa de -graduação no estado foi de aproximadamente 100. Essa média superou 200 quando considerados apenas os programas com notas 6 ou 7.

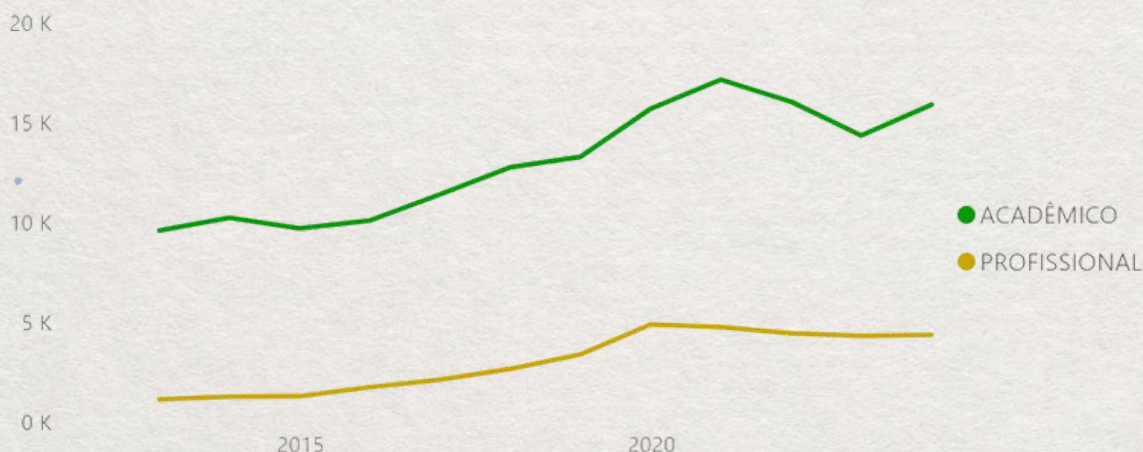
Ainda mais expressiva foi a média de 3,65 publicações por docente de programa de -graduação. O dado é particularmente significativo tendo em vista que o cálculo inclui todos os docentes, inclusive os Professores Colaboradores, cujas exigências de publicação, em geral, são menos rigorosas do que aquelas impostas aos Professores Permanentes.

Para valorizar esses dados, é útil compará-los aos do conjunto da nação. Embora a Bahia, em 2024, respondesse por 4,7% dos programas de pós-graduação e 5,0% dos docentes de pós-graduação no Brasil, sua produção acadêmica mostrou-se ligeiramente menos expressiva, sendo responsável por 4,1% do total de produtos, 4,1% dos artigos científicos e 4,5% dos livros publicados no país. Contudo, o crescimento da produção entre 2013 e 2024 foi superior à tendência nacional. Como observado, o aumento percentual tanto de artigos quanto de livros produzidos na Bahia cresceu 81,7% e 100,4%, respectivamente, enquanto os índices comparáveis para o país foram de 61,4% e 80,3%. No que tange à distribuição do total de produtos entre as categorias acadêmica, técnica e artística, a Bahia e o Brasil revelam tendências similares, com uma exceção notável: ao passo que, como visto, 1,4% da produção baiana foi de natureza artística, apenas 0,6% da produção nacional poderia ser classificada dessa forma.

Observando mais atentamente os dados sobre publicação acadêmica para a Bahia, nota-se, a partir da Gráfico 18, que o impressionante crescimento entre 2013 e 2024 ocorreu, em grande parte, antes da eclosão da Covid-19. Além disso, torna-se evidente que o avanço foi especialmente pronunciado no que tange aos programas de mestrado profissional, os quais, em conjunto, mais que quadruplicaram sua produção anual entre 2015 (n=1317 produtos) e 2020 (n=4908 produtos).

GRÁFICO 18

PUBLICAÇÕES PG POR MODALIDADE – BAHIA – 2013-2024

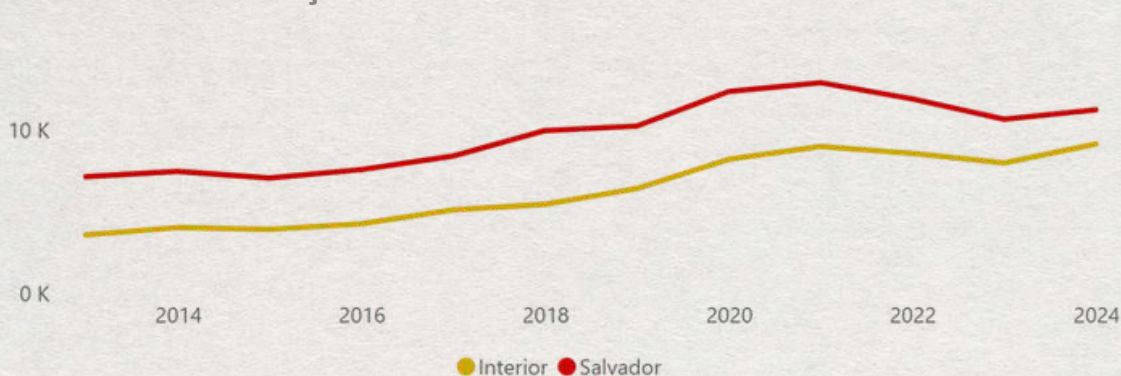


FONTE: CAPES/DAV – DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

O Gráfico 19 indica uma tendência surpreendente, pois revela que o número de publicações geradas anualmente por programas no interior da Bahia é agora aproximadamente igual ao produzido pelos programas da capital do estado. O processo de interiorização, já evidenciado nas análises sobre programas, docentes e discentes, recebe ainda maior destaque quando se focaliza a produção intelectual.

GRÁFICO 19

PUBLICAÇÕES PG POR LOCAL – BAHIA - 2013-2024

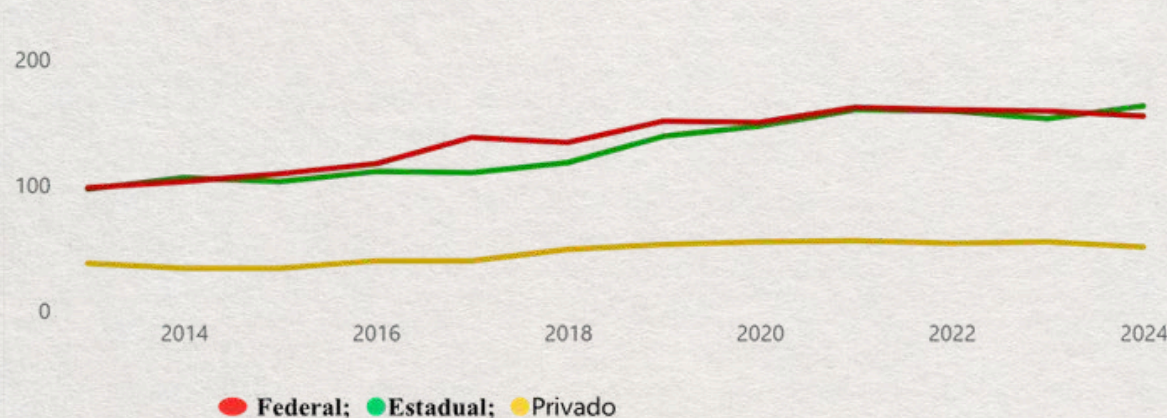


FONTE: CAPES/DAV – DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

Uma outra tendência interessante é indicada pelo Gráfico 20. Ele sugere que os programas de universidades estaduais têm um volume de publicações equivalente ao gerado pelos programas das universidades federais. Esse achado é curioso, uma vez que no sentido geral, como já evidenciado, os programas mais bem avaliados, ou seja, os mais produtivos academicamente, são de instituições federais.

GRÁFICO 20

PUBLICAÇÕES PG POR NATUREZA JURÍDICA - BAHIA - - 2013-2024

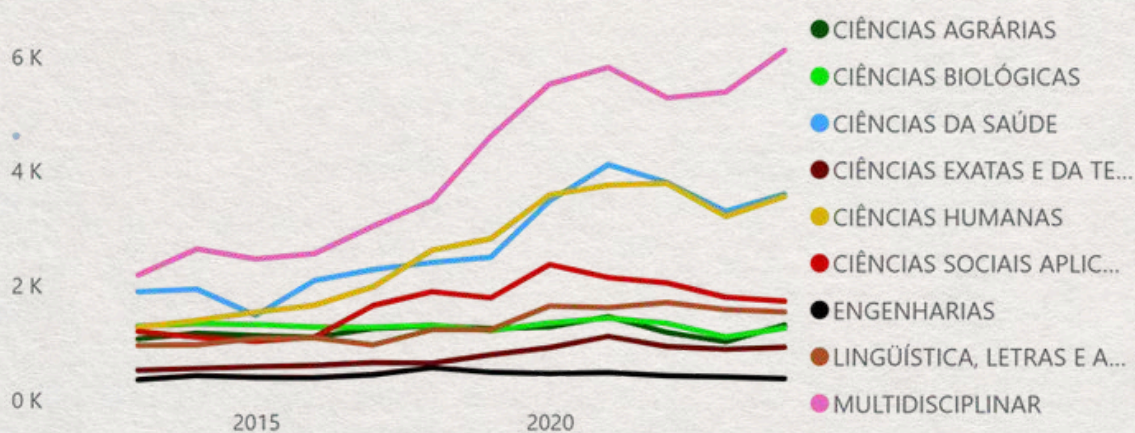


FONTE: CAPES/DAV - DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

O Gráfico 21 indica o número de publicações/ano por grande área de conhecimento. As mesmas tendências observadas para programas, docentes e discentes são evidentes, com a área Multidisciplinar não apenas dominando, mas de maneira marcante após a queda provocada pela pandemia Covid-19. As áreas de Saúde e Ciências Humanas disputam o segundo lugar, situando-se significativamente à frente das demais áreas. Novamente, é importante destacar as Engenharias, pois, assim como em outros indicadores, elas tanto ficam aquém quanto não apresentam avanço ao longo do tempo. Em 2013, a área produziu 360 artigos + livros + capítulos de livros, enquanto em 2024 o total foi de apenas 378, avançando em apenas 18 publicações/ano ao longo do intervalo de 11 anos.

GRÁFICO 21

PUBLICAÇÕES PG POR GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO – BAHIA – 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV – DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

Ao referir-se aos artigos publicados na discussão acima, não foi considerada a sua qualidade. Utilizando-se o sistema Qualis CAPES, versão 2020, constata-se que, em 2023, último ano de sua vigência,¹² enquanto 22,0% de todos os artigos no país foram classificados como A1, o percentual correspondente na Bahia foi 18,5%. Porém, mais uma vez, o aumento ao longo do tempo na Bahia foi acentuado, uma vez que em 2013 o percentual correspondente era de apenas 8,5%.

Uma segunda forma de analisar a qualidade da produção acadêmica no estado é concentrar-se nas patentes, uma vez que estas são submetidas a avaliação rigorosa e, por sua própria natureza, tendem a gerar impacto social significativo e original. Em 2024, os programas de pós-graduação na Bahia produziram 150 patentes, das quais 75 foram geradas por instituições federais, 50 por instituições estaduais e 25 por entidades privadas. Em contraste, em 2013 foram aprovadas apenas 71 patentes, representando um aumento superior a 100% ao longo do período de onze anos. O número de patentes por ano varia consideravelmente ao longo do tempo, sendo o total de 2016 equivalente ao de 2024. Além disso, os dados oferecem um indicativo adicional da interiorização da pós-graduação na Bahia, uma vez que, nos anos de 2023 e 2024, a diferença entre o número de patentes produzidas em Salvador e nos demais municípios do estado é relativamente pequena (131 versus 111).

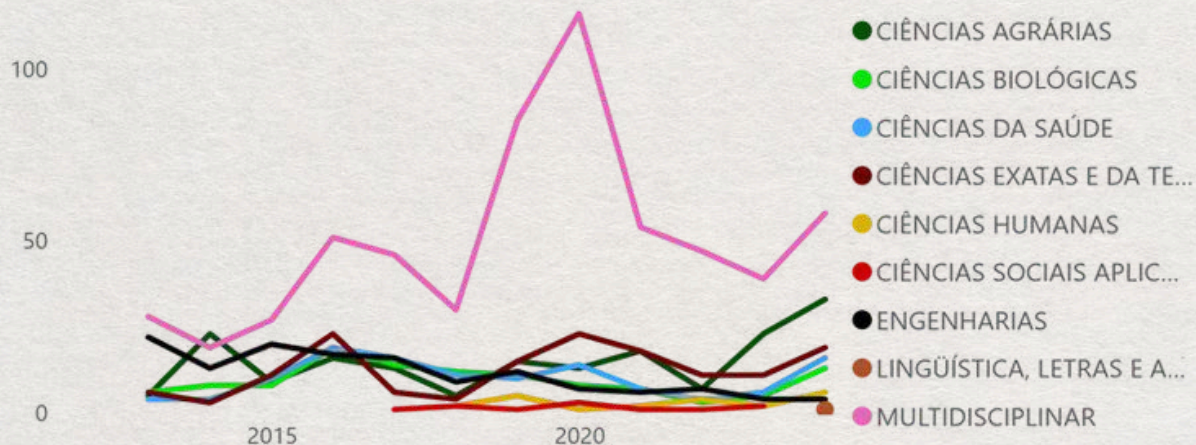
¹² Endereço de consulta:

<https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Por fim, o Gráfico 22 revela as tendências de patentes segundo a grande área de conhecimento, confirmando, mais uma vez, a importância, no estado, de programas da área Multidisciplinar e a ausência de um impacto significativo por parte das Engenharias, apesar da relação amplamente reconhecida entre engenharia e desenvolvimento de patentes. Também surpreendentemente é a pequena contribuição dos programas profissionais para o desenvolvimento de patentes, conforme ilustrado no Gráfico 23, embora estes tendam a enfatizar mais do que os programas acadêmicos a geração de produtos técnicos/tecnológicos.

GRÁFICO 22

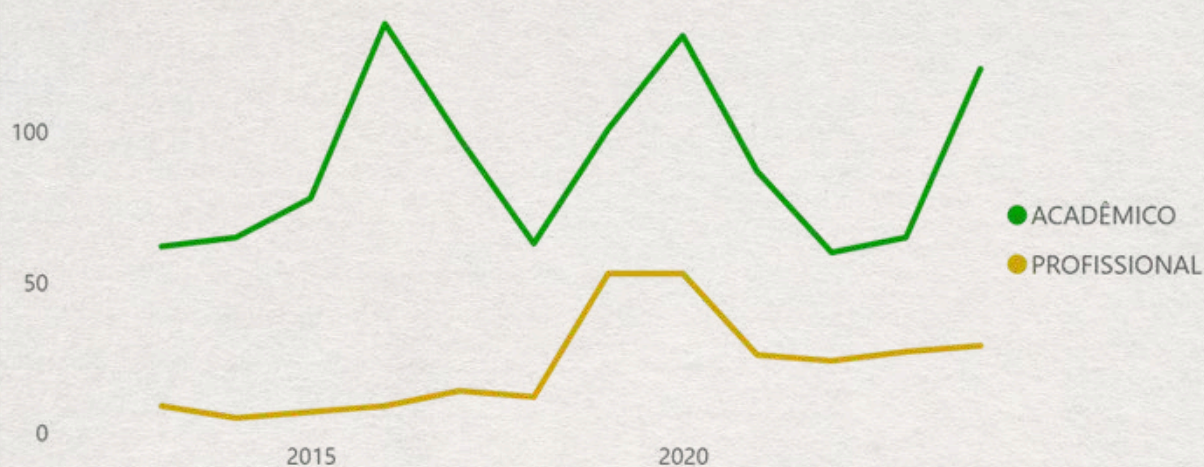
PATENTES PG POR GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO – BAHIA – 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV – DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

GRÁFICO 23

PATENTES PG POR MODALIDADE – BAHIA – 2013-2024



FONTE: CAPES/DAV – DADOS FORNECIDOS EM 10/02/2026

A relativa defasagem da Bahia em relação a muitos outros estados é indicada pelo fato de que as 150 patentes aprovadas no estado em 2024 representaram apenas 3,3% do total gerado nacionalmente.

Evidentemente, as publicações e patentes mencionadas acima são produtos de pesquisas realizadas, em grande medida, no âmbito dos programas de pós-graduação do estado. Nesse sentido, é instrutivo examinar os dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ainda que tais informações não estejam organizadas por programas, mas sim por linhas de pesquisa, grupos de pesquisa e instituições. Segundo o CNPq, em 2023 (seu ano mais recente de referência), a Bahia abrigava 8.753 linhas de pesquisa e 2.272 grupos de pesquisa, vinculados a 35 instituições. Esses números correspondiam, respectivamente, a 5,6%, 5,3% e 5,9% do total nacional de linhas, grupos e instituições. Observase que tais percentuais são bastante próximos daqueles anteriormente apresentados quanto à participação relativa do estado na oferta nacional de pós-graduação, mensurada pelo número de programas, docentes e discentes.

A distribuição dos grupos de pesquisa segundo a natureza administrativa das instituições também reproduz o padrão observado na oferta de pós-graduação, com predominância das instituições federais (55,2%), seguidas pelas estaduais (37,1%) e pelas privadas (7,3%).

Entretanto, a distribuição dos grupos de pesquisa por área do conhecimento difere parcialmente do padrão verificado para as publicações, em parte porque, ao contrário da CAPES, o CNPq não inclui a categoria Multidisciplinar em sua classificação. Em 2023, os grupos de pesquisa concentravam-se sobretudo nas áreas de Ciências Humanas (n=631), Ciências da Saúde (n=331) e Ciências Sociais Aplicadas (n=321), seguidas por Linguística, Letras e Artes (n=258), Ciências Exatas e da Terra (n=194) e Engenharias e Computação (n=192).

No que se refere aos pesquisadores, os dados de 2023 indicam que quase 16.000 estavam em atividade na Bahia, dos quais 63,4% possuíam título de doutor. Esse percentual situa-se abaixo da média nacional (67,9%) e também inferior aos índices observados em estados nordestinos como Pernambuco (75,9%), Rio Grande do Norte (72,7%) e Ceará (69,4%).

Assim, apesar dos avanços recentes da Bahia na ampliação da oferta de doutorados, o estado ainda apresenta defasagem no que diz respeito à qualificação de seu núcleo de pesquisa.

Fomento

Os programas de pós-graduação no Brasil são financiados predominantemente por suas instituições de ensino superior, que assumem a maior parte dos custos relativos à infraestrutura física, equipamentos, remuneração docente, materiais de consumo e manutenção. Em alguns casos, essas instituições também aportam recursos para atividades de pesquisa, concessão de bolsas e participação em eventos acadêmicos. Ainda assim, os programas dependem de forma significativa do apoio de agências de fomento, como a CAPES, o CNPq e, no caso da Bahia, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Conforme mencionado na introdução deste documento, as informações apresentadas nesta seção foram obtidas a partir da consulta aos sítios eletrônicos da CAPES e do CNPq, bem como da análise de dados comparativos produzidos pelo Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Sou Ciência), citados nas notas 5, 6 e 7 desse documento. Informações adicionais sobre a FAPESB foram fornecidas diretamente pela própria agência, mediante solicitação. Para uma análise complementar, recomenda-se a leitura do documento da Academia de Ciências da Bahia (ACB), intitulado *Avaliação e perspectivas da ciência, tecnologia e inovação na Bahia em 2026*.¹³

Entre as fontes externas de financiamento, destaca-se a CAPES, cuja missão institucional inclui o fomento à pós-graduação *stricto sensu* por meio da concessão de bolsas no país e no exterior, do financiamento de projetos de pesquisa e da provisão de recursos destinados ao funcionamento dos programas.

Dados referentes ao exercício de 2024 indicam que os recursos da CAPES destinados à Bahia totalizaram aproximadamente sete milhões de reais. Esse montante posiciona o estado na nona colocação entre as unidades da Federação e na segunda posição na Região Nordeste, atrás apenas de Pernambuco.

¹³ Disponível no endereço: <https://cienciasbahia.org.br/novo/>

Desde 2013, os repasses da CAPES à Bahia cresceram 163%, percentual significativamente superior à expansão nacional dos recursos da agência no mesmo período (32%). Esse desempenho sinaliza um avanço relativo do estado no contexto do sistema brasileiro de pós-graduação.

Mais de 90% do fomento da CAPES é destinado à concessão de bolsas. Em 2024, a Bahia contou com 4.255 bolsas para estudantes de pós-graduação, número superior às 3.022 registradas em 2013. Embora Pernambuco receba maior volume global de recursos, a Bahia o supera ligeiramente no número de bolsas concedidas. Essa diferença decorre, em grande parte, do fato de os programas pernambucanos apresentarem, em média, conceitos mais elevados nas avaliações da CAPES, o que lhes permite acessar modalidades adicionais de financiamento.

Enquanto a CAPES concentra sua atuação no apoio à pós-graduação, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) especializa-se no financiamento da pesquisa científica, tanto por meio do apoio direto a projetos quanto pela concessão de bolsas a pesquisadores.

Dados do Painel de Fomento do CNPq indicam que, em 2025, a agência destinou aproximadamente R\$ 100 milhões à pesquisa na Bahia, dos quais cerca de 67% foram alocados na forma de bolsas. Esse valor supera o destinado aos demais estados do Nordeste, com exceção de Pernambuco, que lidera a região em diversos indicadores de pesquisa e pós-graduação.

Essa tendência também se observa no número de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ): Pernambuco contabiliza 785 bolsas, frente a 701 na Bahia. A diferença torna-se ainda mais pronunciada no nível PQ-1, com 215 bolsas em Pernambuco e 141 na Bahia. Nesse indicador, o Ceará também supera a Bahia, com 156 bolsas.

Entretanto, quando se consideram todas as modalidades de bolsas do CNPq, a hierarquia regional se altera. A Bahia passa a ocupar a primeira posição no Nordeste (4.456 bolsas), seguida de perto por Pernambuco (4.362) e, a maior distância, pelo Ceará (2.945).

Essa discrepância reflete diferenças estruturais entre os sistemas estaduais de pós-graduação. A liderança baiana no total de bolsas decorre, em grande medida, do maior número de programas de pós-graduação no estado (226 contra 165 em Pernambuco) e, conseqüentemente, do maior contingente de estudantes. Em contrapartida, a predominância pernambucana nas Bolsas PQ está associada à maior proporção de programas avaliados com nota 5 ou superior (62 contra 48), condição frequentemente correlacionada a maior produtividade científica e maior consolidação de grupos de pesquisa.

As 701 Bolsas de Produtividade em Pesquisa concedidas à Bahia correspondem a 4,2% do total nacional do CNPq. No plano institucional, a Universidade Federal da Bahia (34,0%) e a Fundação Oswaldo Cruz (20,2%) concentram a maior parcela dessas bolsas, seguidas, a considerável distância, pela UFRB, UESC, UEFS, UNEB e UESB, cada uma com participação entre 4% e 8% do total estadual.

O quantitativo de Bolsas PQ constitui um indicador relevante da capacidade de pesquisa instalada e, em certa medida, da qualidade da oferta de pós-graduação, uma vez que a grande maioria dos bolsistas integra programas bem avaliados. No entanto, seu potencial preditivo poderia ser ampliado mediante a consideração de informações complementares, tais como o número de exbolsistas ainda em atividade acadêmica e o contingente de pesquisadores altamente produtivos que, por diferentes razões, não pleitearam ou não obtiveram essa modalidade específica de fomento.

A FAPESB constitui a terceira agência de fomento à pesquisa de maior relevância no estado, oferecendo tanto bolsas quanto financiamento a projetos. Por determinação legal, deve receber recursos equivalentes a 1% da receita tributária líquida anual do estado.¹⁴ Percentuais semelhantes são observados entre as Fundações de Amparo à Pesquisa no país, variando, em geral, entre 0,5% e 2%.

Apesar disso, considerando que a Bahia ocupa a sétima posição nacional em arrecadação tributária, o orçamento da FAPESB revela-se relativamente modesto, situando-se apenas na 15ª posição entre as 27 FAPs brasileiras. Essa situação decorre, em grande medida, do não repasse integral, por parte do governo estadual, dos valores previstos no orçamento anual da fundação.

¹⁴ Ver Lei N.º 7.888 de 27 de agosto de 2001, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Documento disponível no endereço: <https://www.fapesb.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2010/07/Lei-7.888-CRIACAO-DA-FAPESB.pdf>

Dados fornecidos pela própria agência indicam que, no período de 2020 a 2025, a diferença entre os valores orçados e os efetivamente empenhados resultou em perdas anuais entre 45% e 57%, sendo a perda registrada em 2025 de 48,7%. Por outro lado, a FAPESB executou aproximadamente 98% dos recursos efetivamente recebidos nesse período, evidenciando elevada capacidade de execução financeira, apesar das restrições orçamentárias.

Em 2025, a FAPESB concedeu, em média, cerca de 3.000 bolsas por mês. Em dezembro daquele ano, estavam vigentes 916 bolsas de mestrado, 738 de doutorado e 1.312 de iniciação científica. Entre outras modalidades, registraram-se ainda 16 Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), modalidade reintroduzida após aproximadamente quinze anos de descontinuidade.

As bolsas da FAPESB destinadas diretamente a pesquisadores foram extintas alguns anos atrás, em decorrência de uma estratégia institucional voltada à priorização do apoio a estudantes e ao estímulo para que pesquisadores busquem financiamento junto a agências nacionais de maior porte, como o CNPq. Paralelamente, as bolsas de pós-doutorado, que anteriormente tiveram maior relevância, perderam importância ao longo do tempo. Ao final de 2025, apenas duas permaneciam vigentes, uma destinada a estágio no Brasil e outra ao exterior.

Ao se examinar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) em perspectiva comparativa com as demais 26 Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) existentes no país, observa-se que, entre 2024 e 2025, o orçamento da fundação baiana permaneceu inalterado, ao passo que diversas outras FAPs registraram expansão orçamentária no mesmo período, entre as quais se destacam as dos estados de Pernambuco (FACEP) e de Minas Gerais (FAPEMIG).

Considerando-se o percentual do orçamento estadual efetivamente destinado à respectiva fundação de amparo à pesquisa, a FAPESB ocupava, em 2024, a 13ª posição no conjunto das FAPs brasileiras, com pouco menos de 40% do valor potencialmente previsto, enquanto a média nacional situava-se em torno de 45%. Por outro lado, a fundação baiana integra um grupo restrito de quatro FAPs financiadas exclusivamente pelos recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA), o que pode ser interpretado tanto de forma positiva quanto negativa.

Trata-se de um aspecto potencialmente positivo porque sugere baixa dependência de créditos suplementares, conferindo maior previsibilidade e estabilidade ao financiamento de suas atividades. Por outro lado, pode constituir um fator negativo, sobretudo em um contexto no qual o governo estadual não respeita plenamente suas obrigações quanto aos repasses legalmente exigidos.

No período compreendido entre 2020 e 2024, o valor orçado para a FAPESB apresentou crescimento de 11,5%. Esse incremento, contudo, revela-se modesto quando comparado à expansão dos recursos destinados à Bahia por parte das duas principais agências federais de fomento: a CAPES e o CNPq, cujos repasses ao estado cresceram, no mesmo intervalo, 44,0% e 55,2%, respectivamente. Como consequência, a participação relativa da FAPESB no conjunto de recursos provenientes dessas três agências de fomento diminuiu, passando de 33,5% para 29,3% no período analisado.

Em contraste com essa tendência, o cenário nacional apresenta dinâmica distinta. No plano agregado do país, as FAPs consolidaram-se como as principais financiadoras entre as três esferas consideradas (FAPs, CAPES e CNPq), tendo ampliado seus orçamentos em 46,7% no período e respondendo, em 2024, por aproximadamente 46,0% do total de recursos combinados dessas agências. Quando se considera o conjunto dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), a participação média das FAPs no plano nacional atinge cerca de 37,5%, ao passo que, no caso específico da Bahia, a participação correspondente da FAPESB limita-se a aproximadamente 26,1%.

Outro parâmetro relevante de comparação diz respeito à estrutura de distribuição dos gastos das FAPs. Em nível nacional, as fundações destinam, em média, 41,9% de seus orçamentos à concessão de bolsas, enquanto cerca de 46,7% são direcionados ao financiamento direto de projetos de pesquisa. No caso da FAPESB, observa-se uma configuração distinta: a fundação aloca parcela significativamente maior de seus recursos para bolsas (63,8%) do que para o financiamento direto da pesquisa (21,4%). Essa configuração sugere uma orientação institucional mais fortemente voltada ao apoio à formação de recursos humanos, tendência que merece análise e reflexão mais aprofundadas quanto à sua adequação e eficácia para o fortalecimento do sistema científico e tecnológico do estado.

O Gráfico 24 retrata a trajetória dos investimentos na Bahia realizados pela FAPESB, CAPES e CNPq entre 2018 e 2024, evidenciando a predominância da CAPES em relação às outras duas fontes de financiamento.

GRÁFICO 24



FONTE: SOU CIÊNCIAS - FAPS

É evidente que outras fontes de financiamento, em geral vinculadas ao setor público ou ao segmento não lucrativo, também contribuem para o apoio à pesquisa científica e, indiretamente, ao desenvolvimento da pós-graduação na Bahia, ainda que o montante agregado dessas contribuições não seja plenamente conhecido. Ainda assim, qualquer estratégia consistente de fortalecimento da pós-graduação no estado deve **pressupor a plena observância do dispositivo legal que assegura o repasse do percentual da receita estadual destinado à FAPESB**, condição essencial para a estabilidade e a previsibilidade do financiamento da ciência e da inovação no estado.

Balanco Parcial do Cenário de Pós-Graduação na Bahia

O panorama analisado evidencia que a pós-graduação baiana experimentou, entre 2013 e 2024, um processo consistente de expansão e qualificação, sustentado por três pilares: crescimento institucional, ampliação do corpo docente doutorado e aumento expressivo do contingente discente, sobretudo no doutorado e nos programas profissionais.

O fortalecimento dos conceitos atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a elevação da produção científica e o avanço do processo de interiorização indicam que o estado consolidou uma base acadêmica robusta e relativamente alinhada às tendências nacionais. Ademais, o desempenho da Bahia no acesso a bolsas e auxílios federais, tanto da CAPES quanto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), demonstra capacidade competitiva relevante no cenário nordestino, inclusive com liderança regional no volume total de bolsas do CNPq.

Entretanto, uma análise orientada para políticas públicas revela assimetrias que demandam ação estratégica do governo estadual. Embora a Bahia apresente número elevado de bolsas totais do CNPq, observa-se desempenho relativamente inferior nas Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), especialmente no nível 1, indicador fortemente associado à consolidação científica e à liderança acadêmica. Tal quadro sugere que a política estadual deve priorizar a qualificação de grupos emergentes e a indução de excelência em áreas estratégicas, criando condições para ampliar a proporção de programas com conceitos 5, 6 e 7 e, conseqüentemente, elevar a competitividade dos pesquisadores baianos em editais nacionais. Nesse sentido, políticas de apoio complementar a pesquisadores produtivos, estímulo à cooperação interinstitucional e fortalecimento de áreas subrepresentadas, notadamente Engenharias e campos tecnológicos, mostram-se essenciais.

No campo do financiamento, o cenário evidencia dependência significativa de recursos federais, contrastando com o desempenho limitado da FAPESB. A não execução integral dos valores legalmente previstos compromete a previsibilidade orçamentária e restringe a capacidade de planejamento de médio e longo prazos. Para que a pós-graduação baiana avance de um estágio de expansão para um patamar de consolidação sistêmica, torna-se imprescindível formular políticas e estruturar programas no âmbito do estado voltados à indução de excelência, à fixação de jovens doutores e ao fortalecimento da pesquisa aplicada com impacto regional.

Em síntese, a Bahia dispõe de massa crítica, capilaridade institucional e dinamismo acadêmico suficientes para alçar a pós-graduação a um novo ciclo de maturidade. Contudo, para que esse potencial se traduza em maior densidade científica e tecnológica, a política pública estadual deve articular financiamento estável, estratégias de elevação qualitativa e incentivos direcionados a áreas prioritárias.

A magnitude do desafio a ser enfrentado é demonstrada pelo fato de que, apesar dos avanços na oferta de pós-graduação no estado, a Bahia ocupa apenas a vigésima posição entre as unidades federativas brasileiras no número de pesquisadores por 100.000 habitantes, situando-se atrás de estados nordestinos como Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. O valor registrado para a Bahia (n = 138) corresponde a apenas uma fração dos números observados no Rio Grande do Sul (n = 328) e no Rio de Janeiro (n = 315).¹⁵

Nesse contexto, o desafio não reside apenas em continuar crescendo, mas em promover um crescimento com maior intensidade qualitativa, reduzindo assimetrias internas e ampliando o protagonismo da Bahia no sistema nacional de pós-graduação.

¹⁵ Ver Sou Ciências – FAP: <https://souciencia.unifesp.br/dados-fctesp/faps/conheca-as-faps>

EIXOS

Para fundamentar um plano preliminar de melhoria da pós-graduação *stricto sensu* na Bahia, discutem-se, a seguir, dez eixos estruturantes, abordando-se, em cada um deles, o respectivo contexto, as recomendações do PNPG pertinentes ao estado e uma análise mais aprofundada do tema, organizada nas seguintes subseções: (1) Discussão, (2) Relevância das recomendações para a Bahia e (3) Conclusão.

EIXO 1: EQUIDADE E DIVERSIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO

Contexto

O tema “Equidade e diversidade na pós-graduação” identifica como principal desafio o fato de o SNPG não ter promovido, de forma efetiva, a inclusão de grupos diversos, o que faz com que a comunidade da pós-graduação não reflita a pluralidade existente na sociedade brasileira. O diagnóstico evidencia a carência de dados sobre a representatividade da diversidade, indicando a inexistência de políticas macroestruturais que atravessem de maneira articulada todas as instituições e organismos que compõem o SNPG (MEC, CAPES, IESs e PPGs). As recomendações destacam a necessidade de construir ambientes acadêmicos mais inclusivos e justos, por meio da criação de mecanismos que viabilizem ações afirmativas voltadas ao ingresso, à permanência e à integração das pessoas no âmbito do SNPG, seja como pós-graduandos, docentes, pesquisadores associados, servidores técnico-administrativos, coordenadores de área ou membros de conselhos ligados à pós-graduação. Promover inclusão e diversidade nesse nível de ensino exige que as IESs ofereçam serviços de apoio adequados, como acompanhamento e orientação acadêmica contínuos, capazes de responder às diferentes demandas dos pós-graduandos, além da formulação de políticas compensatórias no interior da pós-graduação e de seu sistema de avaliação. Em um país marcado pela riqueza de sua diversidade, tais medidas tornam-se ainda mais essenciais.

Recomendações pertinentes

Organizar o censo da diversidade da pós-graduação, e realizar ações de divulgação para engajar as pessoas a responderem ao censo e fazer a autodeclaração;

Implementar mecanismos de inclusão que assegurem as ações afirmativas;

Estabelecer proposição de reserva de cotas em cada Programa de Pós-graduação das IESs;

Criar mecanismos para acompanhamento de egressos, para verificar sua inclusão como docente de PPG, docente de ensino superior, pesquisador em Instituto de Pesquisa ou em outros setores;

Incentivar as IES a criarem mecanismos que orientem, previnam e combatam condutas de assédio e discriminações no ambiente acadêmico.

Análise e implicações

Discussão

O primeiro eixo estruturante do Plano Nacional de Pós-Graduação 2025-2029, elaborado pela CAPES é o da “Equidade e diversidade na pós-graduação”. O destaque conferido a essa temática evidencia o reconhecimento de que, apesar da notável expansão do SNPG nas últimas décadas - tanto em termos quantitativos quanto qualitativos - persistem assimetrias estruturais que impedem que a comunidade acadêmica reflita, de maneira proporcional, a pluralidade étnico-racial e social da sociedade brasileira.

Desde meados da década de 1990, o SNPG ampliou significativamente o número de programas, matrículas e titulações. A expansão foi particularmente intensa a partir dos anos 2000, acompanhando políticas de interiorização das universidades federais, criação de novas universidades e fortalecimento das fundações estaduais de amparo à pesquisa. Todavia, a democratização do acesso à pós-graduação não ocorreu no mesmo ritmo da expansão quantitativa. A consolidação de critérios meritocráticos baseados em trajetórias escolares desiguais, aliada à concentração histórica de capital cultural e econômico, contribuiu para a reprodução de desigualdades no interior do sistema.

Tal diagnóstico, formulado em âmbito nacional, é igualmente aplicável ao plano estadual. A Bahia ocupa posição estratégica no Nordeste brasileiro, tanto por sua dimensão territorial e populacional quanto por sua relevância histórica e cultural. Com mais de 14 milhões de habitantes, trata-se do estado com maior população da região.

Ao mesmo tempo, apresenta profundas desigualdades socioeconômicas e educacionais, que se refletem no acesso e na permanência na educação superior e, de modo ainda mais acentuado, na pós-graduação *stricto sensu*.

No que se refere à estrutura institucional, a Bahia conta com quatro universidades federais - UFBA, UFRB, UFOB e UFSB - e quatro universidades estaduais - UNEB, UEFS, UESC e UESB. Conforme apontado na seção anterior, esse conjunto institucional responde pela maior parte da oferta de programas de mestrado e doutorado no estado. A essas instituições somam-se a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e instituições privadas com programas avaliados pela CAPES, como a UCSAL, a UNIFACS, a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP), o Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM) e o SENAI/CIMATEC.

No campo das ações afirmativas, a Bahia possui trajetória pioneira. A UNEB foi uma das primeiras universidades brasileiras a instituir sistema de cotas raciais, ainda em 2002, abrangendo inicialmente a graduação e posteriormente estendendo tal política à pós-graduação. Essa experiência antecedeu a legislação federal que, anos depois, consolidaria as ações afirmativas no âmbito das universidades federais. A UFBA e outras instituições públicas baianas, ao longo da década de 2010, institucionalizaram políticas de reserva de vagas para estudantes negros (pretos e pardos), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e, em alguns casos, pessoas trans.

Entretanto, a existência formal de políticas não elimina automaticamente as desigualdades. Para avaliar sua efetividade, é indispensável recorrer a dados empíricos. O estudo *Brasil: Mestres e Doutores 2024*, elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2024), apresenta o mais abrangente levantamento sobre os 1.001.861 mestres e 319.211 doutores titulados no país entre 1996 e 2021. Os dados indicam que, no período acumulado, 49,5% dos mestres e 57,8% dos doutores titulados eram brancos. Pretos representaram 4,1% dos mestres e 3,4% dos doutores; pardos, 16,7% e 14%, respectivamente; indígenas, cerca de 0,23% e 0,3%.

Quando se observa a Região Nordeste, as discrepâncias tornam-se ainda mais evidentes. Em 2022, a composição populacional nordestina era majoritariamente parda (59,6%), seguida por brancos (26,7%) e pretos (13%). Contudo, as titulações

de mestrado e doutorado na região apresentavam sobrerrepresentação de brancos e sub-representação de pretos e, sobretudo, pardos. Embora a participação de mestres e doutores pretos e pardos tenha crescido de forma consistente entre 1996 e 2021 - refletindo, em parte, o impacto das políticas de ações afirmativas - as distâncias em relação à composição demográfica permanecem significativas.

No caso específico da Bahia, cuja população é composta por aproximadamente 57,3% de pardos, 22,4% de pretos, 19,6% de brancos e 0,6% de indígenas (Censo 2022), o desafio é ainda mais complexo. A Bahia é o estado brasileiro com maior proporção absoluta de população negra (considerando pretos e pardos), o que confere centralidade estratégica às políticas de equidade racial na pós-graduação.

Pesquisa conduzida pela Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional da UFBA com egressos titulados entre 2021 e 2025 fornece dados relevantes.¹⁶ Entre 4.201 respondentes, 42% se declararam pardos, 35% brancos, 20% pretos, 0,95% amarelos e 0,45% indígenas. Comparando-se tais percentuais com a composição demográfica estadual, observa-se que há presença expressiva de estudantes pretos e pardos na pós-graduação da UFBA, especialmente quando comparada a dados históricos nacionais. Todavia, os pardos (maioria da população baiana) ainda se encontram sub-representados proporcionalmente. Já os brancos aparecem em proporção significativamente superior à sua participação demográfica no estado.

Esses dados sugerem dois movimentos simultâneos: avanço inequívoco na democratização do acesso e persistência de desigualdades estruturais. Além disso, é fundamental considerar que a análise agregada pode ocultar diferenças entre áreas do conhecimento. Programas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais tendem a apresentar maior diversidade, enquanto áreas como Engenharias, Ciências Exatas e algumas especialidades biomédicas frequentemente mantêm padrões mais homogêneos de recrutamento discente. Para orientar políticas públicas estaduais, torna-se indispensável desagregar os dados por área, conceito CAPES, localização territorial (capital versus interior) e modalidade (acadêmico versus profissional).

¹⁶ Consultado no endereço: <https://supad.ufba.br/continuidade-da-pesquisa-de-acompanhamento-de-egressos-em2025>

Outro aspecto relevante diz respeito à interiorização da pós-graduação. A expansão de campus no interior baiano - especialmente por meio da UFRB, UFOB e UFSB - ampliou oportunidades para estudantes oriundos de territórios historicamente excluídos. Contudo, persistem desafios relacionados à infraestrutura de pesquisa, oferta de bolsas e fixação de docentes doutores em regiões menos centrais. A atuação articulada da FAPESB é estratégica para reduzir assimetrias intraestaduais, financiando projetos, bolsas e redes interinstitucionais que fortaleçam programas emergentes.

Relevância das recomendações para a Bahia

À luz desse panorama, as cinco recomendações apresentadas revelam-se particularmente pertinentes para a formulação de uma política estadual de pós-graduação orientada pela equidade. A primeira delas refere-se à realização de um censo estadual da diversidade na pós-graduação. A inexistência de uma base de dados integrada e sistemática no âmbito da Bahia constitui obstáculo significativo à formulação de políticas baseadas em evidências. Um levantamento periódico, articulando instituições públicas e privadas, a FAPESB e os órgãos estaduais de planejamento, permitiria mapear com maior precisão os perfis de ingresso, permanência, evasão, titulação e inserção profissional, considerando recortes étnico-raciais, de gênero, origem territorial e condição socioeconômica. A padronização metodológica, associada à autodeclaração qualificada e a campanhas institucionais de sensibilização, seria fundamental para assegurar fidedignidade dos dados e ampla adesão da comunidade acadêmica.

A segunda recomendação enfatiza a necessidade de mecanismos de inclusão que ultrapassem a mera reserva de vagas. Embora as cotas constituam instrumento essencial de democratização do acesso, não são suficientes para garantir equidade substantiva. No contexto baiano, marcado por profundas desigualdades sociais, políticas de permanência assumem papel decisivo. Bolsas complementares financiadas pelo estado, auxílios à moradia e à alimentação, apoio à participação em eventos científicos e estratégias de internacionalização inclusiva podem mitigar desigualdades estruturais. Ademais, programas de nivelamento em metodologia científica, escrita acadêmica e línguas estrangeiras contribuem para reduzir assimetrias acumuladas ao longo da trajetória escolar, favorecendo desempenho acadêmico e conclusão exitosa dos cursos.

A terceira recomendação diz respeito à institucionalização da política de cotas em todos os programas de pós-graduação, evitando que a inclusão se concentre apenas em determinadas áreas do conhecimento ou em programas mais sensíveis à pauta da diversidade. A heterogeneidade interna entre programas pode gerar desigualdades invisíveis dentro das próprias instituições. A adoção de diretrizes institucionais claras, acompanhadas por monitoramento sistemático das próreitorias de pós-graduação, assegura maior capilaridade e coerência às políticas afirmativas. A explicitação de critérios transparentes nos editais e o reconhecimento de trajetórias acadêmicas diferenciadas, sem comprometer padrões de qualidade, fortalecem a legitimidade do processo seletivo.

A quarta recomendação sublinha a importância do acompanhamento sistemático de egressos. Monitorar a inserção profissional de mestres e doutores, especialmente daqueles ingressantes por meio de ações afirmativas, é condição indispensável para avaliar o impacto social da política de pós-graduação. A presença desses egressos como docentes, pesquisadores, gestores públicos ou profissionais qualificados no setor produtivo constitui indicador relevante de mobilidade social e de contribuição ao desenvolvimento regional. A criação de sistemas integrados de acompanhamento pode fornecer subsídios estratégicos para políticas de empregabilidade, inovação e fixação de talentos no próprio estado da Bahia.

Por fim, a quinta recomendação ressalta que a inclusão não se esgota no acesso e na permanência material, exigindo ambientes acadêmicos seguros e respeitosos. A prevenção e o combate ao assédio moral, sexual e à discriminação racial ou de gênero devem ser tratados como dimensões estruturantes da política de pós-graduação. A existência de ouvidorias independentes, comissões permanentes de diversidade, protocolos claros de denúncia e programas continuados de formação sobre direitos humanos e convivência institucional são medidas indispensáveis para assegurar clima acadêmico saudável. Somente em contextos institucionais comprometidos com o respeito à diversidade é possível consolidar uma pós-graduação que combine excelência acadêmica com justiça social e efetiva representatividade da sociedade baiana.

Conclusão

Em síntese, a análise do cenário nacional e estadual evidencia que a expansão da pós-graduação, embora expressiva, não foi suficiente para assegurar plena correspondência entre a composição demográfica da sociedade baiana e o perfil de seus mestres e doutores. Os avanços observados - especialmente no que se refere à ampliação da presença de estudantes pretos e pardos - demonstram a eficácia parcial das políticas de ações afirmativas implementadas nas últimas duas décadas. Contudo, a persistência de sub-representações relativas, as assimetrias entre áreas do conhecimento e as desigualdades territoriais internas ao estado indicam que a equidade ainda não foi plenamente alcançada. Nesse contexto, as recomendações do PNPG 2025–2029 oferecem diretrizes concretas para consolidar uma política estadual mais articulada, baseada em evidências e comprometida com a justiça social.

Para a Bahia, estado com a maior proporção de população negra do país e com marcantes desigualdades regionais, a agenda da equidade na pós-graduação não constitui apenas imperativo ético, mas estratégia de desenvolvimento. Ampliar o acesso, garantir permanência qualificada, acompanhar egressos e promover ambientes institucionais inclusivos são ações que fortalecem não apenas o sistema acadêmico, mas também a capacidade científica, tecnológica e social do estado. Ao alinhar expansão com diversidade e qualidade, a pós-graduação baiana poderá desempenhar papel decisivo na formação de quadros altamente qualificados, na redução de desigualdades históricas e na construção de um projeto de desenvolvimento regional mais inclusivo e sustentável.

EIXO 2: ASSIMETRIA REGIONAL E MOBILIDADE INTRANACIONAL

Contexto

Nosso país, marcado por ampla diversidade geográfica e humana, convive com uma das mais profundas desigualdades socioeconômicas do mundo, condição que explica as assimetrias historicamente observadas no SNPG. O debate em torno do tema “Assimetrias e mobilidade intranacional” apresenta recomendações voltadas ao início de um processo que valorize a diversidade e fomente maior equidade nas atividades de pós-graduação. A redução das desigualdades regionais no âmbito do SNPG constitui um desafio significativo, pois tais disparidades estão relacionadas a fatores estruturais, como o nível de desenvolvimento econômico e as políticas públicas, que exercem influência decisiva sobre a vida acadêmica.

A mera estratégia de promover a fixação de Mestres e Doutores em regiões economicamente menos desenvolvidas não é suficiente para diminuir as desigualdades inter e intrarregionais. A permanência de jovens pesquisadores nesses territórios precisa estar vinculada à oferta de condições de vida adequadas e seguras - envolvendo saúde, educação e moradia - para eles e suas famílias, além de financiamento contínuo e apropriado para suas pesquisas e de perspectivas reais de inserção profissional qualificada no futuro. Assim, as recomendações apresentadas no PNPG apontam para a formulação de políticas voltadas à construção de uma pós-graduação mais inclusiva e regionalmente equilibrada, tanto no plano inter quanto intrarregional, que promovam a solidariedade acadêmica e incentivem a mobilidade de estudantes e professores entre os PPGs.

Recomendações pertinentes

Estabelecer programas de orientação que conectem pós-graduandos com pesquisadores e profissionais de outras regiões;

Promover o uso de processos híbridos de ensino e aprendizagem, permitindo a participação de alunos de diferentes locais, reduzindo barreiras geográficas e promovendo maior diversidade acadêmica;

Desenvolver parcerias entre PPGs, para oferecer programas conjuntos ou de dupla/múltipla titulação, permitindo que os pós-graduandos prossigam suas pesquisas sob a supervisão de professores de várias instituições, proporcionando uma perspectiva mais ampla, acesso a diversos recursos, e reconhecimento de diferentes nichos de inserção profissional;

Estimular a formação de redes ou consórcios de pesquisa que reúnam instituições e pesquisadores com interesses comuns. Essas redes, como aquelas dos INCTs, podem facilitar a colaboração, o compartilhamento de conhecimento e a mobilidade de pós-graduandos, organizando projetos conjuntos de pesquisa, conferências, workshops e outros eventos;

Desenvolver programas de tutoria que orientem e apoiem os pós-graduandos interessados em mobilidade. Pesquisadores experientes podem ajudar a identificar programas adequados, entender os processos de inscrição, e se adaptar a novos ambientes acadêmicos e culturais.

Discussão

O enfrentamento das assimetrias regionais no SNPG é um desafio que vai além da pós-graduação: ele reflete as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Essas desigualdades (econômicas, sociais e territoriais) afetam diretamente o sistema científico. Por exemplo, elas influenciam onde a pesquisa se concentra, quais instituições se consolidam e como ocorre a mobilidade de pesquisadores. Nesse cenário, a mobilidade intranacional não pode ser tratada apenas como circulação de estudantes e docentes, mas como estratégia articulada de redução de disparidades e fortalecimento do sistema como um todo.

No estado da Bahia, essas assimetrias se manifestam em dois níveis interligados. De um lado, há a posição relativa do estado no contexto nacional, em comparação com unidades federativas mais industrializadas e com maior concentração histórica de investimentos em ciência e tecnologia. De outro, observam-se desigualdades internas, especialmente entre a Região Metropolitana de Salvador e o interior. Instituições, por exemplo, como a UFBA, a UEFS e a UESC, desempenham papel central na formação de recursos humanos qualificados, mas enfrentam condições distintas quanto à infraestrutura, captação de recursos e inserção em redes de pesquisa nacionais e internacionais.

O estabelecimento de programas de orientação que conectem pós-graduandos com pesquisadores e profissionais de outras regiões constitui medida estratégica para ampliar horizontes acadêmicos e reduzir o isolamento institucional. No contexto baiano, essa conexão pode favorecer o acesso a redes consolidadas e a ambientes de pesquisa mais densos. Entretanto, é fundamental que tais iniciativas sejam estruturadas de forma horizontal, evitando relações assimétricas nas quais instituições periféricas se tornem apenas receptoras de conhecimento. A orientação inter-regional deve promover intercâmbio recíproco, valorizando competências locais e fortalecendo áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado, como saúde coletiva, biodiversidade, energias renováveis e educação básica.

A promoção de processos híbridos de ensino e aprendizagem representa oportunidade concreta para mitigar barreiras geográficas, especialmente em um estado de grande extensão territorial como a Bahia. A oferta compartilhada de disciplinas, seminários e bancas virtuais pode integrar PPGs situados em diferentes municípios, ampliando a diversidade acadêmica e reduzindo custos de deslocamento. Contudo, essa estratégia exige investimentos contínuos em infraestrutura tecnológica e formação docente, sob risco de aprofundar desigualdades digitais já existentes. A hibridização do ensino deve ser concebida como instrumento de inclusão e integração, e não apenas como solução emergencial.

O desenvolvimento de parcerias entre programas de pós-graduação, incluindo programas conjuntos ou de dupla e múltipla titulação, pode contribuir significativamente para a consolidação de áreas ainda em processo de fortalecimento na Bahia. A coorientação e o compartilhamento de recursos ampliam a qualidade formativa e possibilitam acesso a diferentes nichos de inserção profissional. Entretanto, a efetividade dessas parcerias depende da construção de acordos equilibrados, nos quais haja reconhecimento mútuo de competências e compromisso com o fortalecimento institucional das partes envolvidas. Para o estado é estratégico priorizar cooperações que ampliem sua capacidade instalada e estimulem protagonismo acadêmico regional.

O estímulo à formação de redes ou consórcios de pesquisa, inspirados em modelos colaborativos já consolidados no país, pode ampliar a inserção nacional e internacional dos grupos baianos. Redes bem estruturadas favorecem a submissão de projetos cooperativos, a organização de eventos científicos e a circulação de estudantes e docentes. Contudo, é necessário assegurar que a liderança dessas redes seja compartilhada e que haja efetiva participação das instituições nordestinas na definição das agendas de pesquisa. Para a Bahia, a inserção qualificada em redes tem potencial de elevar a visibilidade científica e fortalecer áreas emergentes.

O desenvolvimento de programas de tutoria voltados à mobilidade acadêmica constitui dimensão essencial para garantir equidade de oportunidades. Muitos pós-graduandos baianos são oriundos de trajetórias marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas e por acesso recente ao ensino superior, resultado de políticas de inclusão.

A mobilidade, nesses casos, envolve desafios adicionais de ordem cultural, administrativa e financeira. Programas de tutoria podem orientar quanto a processos seletivos, oportunidades de financiamento e adaptação a novos contextos acadêmicos, ampliando a participação de grupos historicamente sub-representados.

De modo geral, a discussão aplicada à Bahia evidencia que mobilidade e equidade devem caminhar de forma articulada. A circulação de pessoas e ideias precisa fortalecer capacidades locais, evitando a reprodução de fluxos unidirecionais que concentrem talentos em polos já consolidados. A redução das assimetrias exige políticas sistêmicas, que integrem financiamento adequado, infraestrutura de pesquisa, condições de vida dignas e cooperação institucional estruturada.

Relevância das recomendações para a Bahia

A recomendação de estabelecer programas de orientação que conectem pós-graduandos com pesquisadores e profissionais de outras regiões é particularmente relevante para a Bahia, onde muitos estudantes são os primeiros de suas famílias a ingressar na pós-graduação. Programas estruturados de mentoria podem ampliar o capital acadêmico desses estudantes, facilitar sua inserção em redes científicas nacionais e reduzir o isolamento institucional. Contudo, é essencial que tais conexões sejam construídas de forma horizontal, promovendo intercâmbio bidirecional e valorizando as competências científicas já existentes no estado.

Conforme discutido no Eixo 9 deste documento, a promoção de processos híbridos de ensino e aprendizagem assume importância estratégica em um território extenso e internamente desigual como o baiano. A oferta compartilhada de disciplinas, seminários e atividades acadêmicas entre instituições da capital e do interior pode fortalecer programas emergentes e ampliar a diversidade formativa. Entretanto, a efetividade dessa medida depende da existência de infraestrutura tecnológica adequada e de capacitação pedagógica consistente, sob pena de se reproduzirem desigualdades digitais e de se limitar o alcance da iniciativa.

O desenvolvimento de parcerias entre programas de pós-graduação para oferta de programas conjuntos ou de dupla e múltipla titulação é relevante porque amplia o acesso a diferentes recursos acadêmicos e favorece a consolidação de áreas ainda em processo de amadurecimento.

Para a Bahia, tais parcerias podem representar oportunidade de elevar padrões de qualidade e ampliar inserção nacional e internacional. Entretanto, é crucial que esses acordos sejam estruturados de maneira simétrica, evitando relações de dependência institucional e assegurando fortalecimento recíproco.

O estímulo à formação de redes ou consórcios de pesquisa apresenta grande potencial para ampliar visibilidade e competitividade científica. A participação ativa de grupos baianos em redes colaborativas facilita o compartilhamento de infraestrutura, a submissão de projetos cooperativos e a organização de eventos científicos. Todavia, para que essa recomendação produza efeitos duradouros, é necessário garantir protagonismo regional na definição de agendas de pesquisa e na coordenação das iniciativas, evitando centralização excessiva em polos tradicionais.

O desenvolvimento de programas de tutoria voltados à mobilidade acadêmica é fundamental para assegurar equidade de acesso às oportunidades. Muitos pós-graduandos baianos enfrentam barreiras culturais, financeiras e burocráticas que limitam sua participação em intercâmbios e cooperações interinstitucionais. A tutoria pode oferecer orientação personalizada, apoio na identificação de oportunidades e suporte na adaptação a novos ambientes acadêmicos. Essa dimensão é estratégica para transformar mobilidade em instrumento de inclusão e não de reprodução de privilégios.

Conclusão

A superação das assimetrias regionais no SNPG exige políticas que transcendam a simples distribuição geográfica de programas. No caso da Bahia, a consolidação de uma pós-graduação regionalmente equilibrada depende da articulação entre financiamento estável, infraestrutura adequada, condições sociais favoráveis à fixação de pesquisadores e estratégias institucionais de cooperação.

As recomendações do Eixo 2 oferecem diretrizes consistentes para esse processo, mas sua efetividade dependerá da capacidade de adaptação às especificidades locais. A Bahia apresenta potencial expressivo - diversidade temática, interiorização crescente, capital humano qualificado e inserção social relevante -, mas necessita fortalecer redes, ampliar internacionalização e consolidar programas em áreas estratégicas.

A mobilidade intranacional deve ser concebida como via de mão dupla: promover circulação de talentos, mas também atrair competências para o estado; fomentar intercâmbio, mas preservar e fortalecer identidades acadêmicas locais. Em última instância, a redução das desigualdades regionais no SNPG não é apenas questão de justiça territorial, mas condição para o desenvolvimento científico sustentável do país como um todo.

EIXO 3: FOMENTO E RELAÇÕES COM A SOCIEDADE

Contexto

O eixo temático “Fomento e relações com a sociedade” deve ser compreendido como um componente essencial para a consolidação e o desenvolvimento sustentável do SNPG. Trata-se de uma questão que, até o momento, não foi devidamente resolvida e que, ao contrário, tem perpetuado o distanciamento entre a pós-graduação e os problemas reais enfrentados pela sociedade. Nesse contexto, estabelece-se como orientação central a criação de uma Agenda Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), bem como o fortalecimento do vínculo entre os programas de pós-graduação e a extensão universitária, por meio de uma atuação articulada entre os diversos atores do SNPG, o setor produtivo não acadêmico e a sociedade civil organizada. Essa articulação deve ser capaz de estruturar um planejamento estratégico com horizontes de médio e longo prazo. Cabe ainda questionar a ausência de mecanismos que facilitem a participação de representantes da sociedade civil nos colegiados dos programas e cursos de pós-graduação, de forma a incorporar, de maneira permanente, uma visão mais ampla das demandas sociais, que ultrapasse os limites das Instituições de Ensino Superior e dos Institutos de Pesquisa. Ademais, recomenda-se a revisão e o fortalecimento dos marcos regulatórios de CT&I, a garantia de fontes de financiamento estáveis, previsíveis e suficientes, bem como o estímulo à construção de novas parcerias entre o SNPG, órgãos governamentais e o setor produtivo não acadêmico, com o objetivo de ampliar a inserção de pesquisadores e contribuir para o desenvolvimento nacional. Dessa forma, o tema enfatiza o papel estratégico do SNPG no progresso socioeconômico do Brasil, indo além de sua atuação restrita aos campos científico, tecnológico, cultural e ambiental. Em outras palavras, os resultados e produtos da pós-graduação devem não apenas impulsionar a CT&I, mas também gerar impactos concretos na vida da população, promovendo melhorias na educação, na compreensão da realidade, na alimentação e na saúde, bem como no fortalecimento da igualdade de direitos e do respeito às liberdades individuais.

Recomendações pertinentes

Propor ações governamentais que articulem CAPES, CNPq, FAPs, Finep, e outras agências de fomento, para assegurar a consolidação dos programas de bolsas e apoio a pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Melhorar a interação e diálogo entre instituições de ensino, instituições de pesquisa e os órgãos de controle, considerando as particularidades das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Simplificar os procedimentos administrativos relacionados a pesquisa, reduzindo a burocracia e facilitando a execução de projetos de pesquisa;

Pagamento das taxas de processamento de artigos (APCs), para ampliar a divulgação científica;

Estimular a criação de redes de pesquisa que promovam a colaboração científica entre programas de pós-graduação, setor produtivo não acadêmico, governo e terceiro setor.

Análise e implicações

Discussão

O panorama do fomento à pós-graduação na Bahia revela uma configuração marcada por avanços importantes, mas também por assimetrias estruturais que limitam o pleno potencial do estado no SNPG. A dependência predominante das instituições de ensino superior para a manutenção da infraestrutura, aliada à forte centralidade das bolsas concedidas pela CAPES e pelo CNPq, evidencia um modelo de financiamento concentrado na formação de recursos humanos, mas ainda insuficientemente articulado com estratégias de desenvolvimento científico-tecnológico de longo prazo e com políticas estaduais robustas.

Os dados indicam que a Bahia ocupa posição de destaque no Nordeste em termos de número total de bolsas, tanto da CAPES quanto do CNPq. Entretanto, quando se observam indicadores de excelência, como as Bolsas PQ - Nível 1, o estado é superado por Pernambuco e, em certos casos, pelo Ceará. Tal discrepância sugere que o sistema baiano apresenta forte base formativa e quantitativa, mas ainda enfrenta desafios no que se refere à consolidação de núcleos de excelência científica com elevada inserção nacional e internacional.

Nesse contexto, a fragilidade orçamentária da FAPESB emerge como um dos principais entraves estruturais. Embora a legislação estadual assegure o repasse de 1% da receita tributária líquida, a execução orçamentária recente ficou muito aquém do previsto, gerando perdas acumuladas significativas. Essa descontinuidade compromete a previsibilidade do sistema e enfraquece o planejamento de médio e longo prazo. Como resultado, o estado perde autonomia estratégica para definir suas próprias agendas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Ademais, a concentração das bolsas de pesquisa em poucas instituições, com destaque para a UFBA e a Fundação Oswaldo Cruz, revela a necessidade de políticas diferenciadas de fortalecimento institucional, especialmente voltadas às universidades estaduais e às instituições emergentes. A expansão do número de programas (226 na Bahia) não tem sido acompanhada, na mesma proporção, pela elevação dos conceitos CAPES e pelo aumento do contingente de pesquisadores altamente produtivos.

Do ponto de vista das relações com a sociedade e com o setor produtivo não acadêmico, persiste um distanciamento histórico entre a pós-graduação e as demandas concretas do desenvolvimento estadual. A ausência de mecanismos sistemáticos de participação da sociedade civil nos colegiados de programas, bem como a limitada institucionalização de agendas estratégicas compartilhadas, dificulta a tradução do conhecimento científico em impacto socioeconômico. Nesse sentido, a proposição de uma Agenda Nacional de PD&I deve ser acompanhada, no plano estadual, por uma Agenda Baiana de PD&I, alinhada às vocações econômicas, ambientais e culturais do estado - como saúde pública, energias renováveis, agricultura familiar, economia criativa, biotecnologia e tecnologias sociais.

Relevância das recomendações para a Bahia

As cinco recomendações apresentadas dialogam diretamente com essas lacunas. Elas não devem ser compreendidas como medidas isoladas, mas como componentes de uma estratégia sistêmica que articule financiamento estável, governança aprimorada, simplificação administrativa, internacionalização qualificada e construção de redes colaborativas.

Considerando a primeira recomendação - que propõe a articulação entre CAPES, CNPq, FAPs, Finep e outras agências de fomento com vistas à consolidação dos programas de bolsas e ao apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação -, sua implementação na Bahia assume caráter estruturante. O estado já apresenta desempenho expressivo na captação de bolsas da CAPES e do CNPq, mas carece de maior integração estratégica entre essas fontes e a FAPESB. A criação de um mecanismo estadual permanente de coordenação interagências poderia permitir chamadas conjuntas, contrapartidas financeiras planejadas e alinhamento com prioridades baianas de PD&I. Tal articulação fortaleceria a previsibilidade do financiamento, reduziria sobreposições e ampliaria o efeito multiplicador dos recursos federais no território estadual.

No que se refere à segunda recomendação voltada à melhoria da interação e do diálogo entre instituições de ensino, instituições de pesquisa e órgãos de controle, respeitando as especificidades das atividades de pesquisa - sua relevância para a Bahia é particularmente evidente. A execução de projetos científicos envolve incertezas metodológicas, cronogramas flexíveis e necessidade de aquisições especializadas, características que nem sempre se ajustam aos modelos administrativos convencionais. A adoção de protocolos específicos para CT&I, alinhados ao Marco Legal nacional, bem como a realização de capacitações conjuntas entre gestores acadêmicos e órgãos de controle estaduais, poderia reduzir conflitos interpretativos e insegurança jurídica. Ao aprimorar esse diálogo institucional, o estado criaria ambiente mais propício à inovação e à execução eficiente dos recursos já disponíveis.

Considerando a terceira recomendação - que enfatiza a simplificação dos procedimentos administrativos relacionados à pesquisa - sua aplicação na Bahia teria impactos diretos sobre a produtividade e a competitividade dos programas de pós-graduação. A burocracia excessiva afeta sobretudo instituições com menor estrutura administrativa e programas localizados fora da capital, aprofundando desigualdades internas. A modernização de sistemas de submissão e prestação de contas da FAPESB, a digitalização integral de processos e a padronização de fluxos para instituições de educação e pesquisa do estado podem reduzir prazos, evitar retrabalho e liberar tempo dos pesquisadores para atividades-fim. Em um cenário no qual a Bahia busca ampliar o número de programas com conceitos mais elevados, a eficiência administrativa deixa de ser aspecto meramente operacional e passa a constituir variável estratégica.

No tocante à quarta recomendação - referente ao pagamento de taxas de processamento de artigos (APCs) para ampliar a divulgação científica - sua pertinência relaciona-se à necessidade de elevar a visibilidade e o impacto internacional da produção baiana. Muitos periódicos de maior circulação operam sob modelo de acesso aberto com cobrança de taxas, o que pode representar barreira significativa, especialmente para programas emergentes. A instituição de um fundo estadual específico para custear APCs, com critérios transparentes e foco em publicações de reconhecida qualidade, contribuiria para aumentar a presença da Bahia em periódicos de alto impacto e, conseqüentemente, fortalecer sua posição nas avaliações nacionais. Essa política deve ser articulada a estratégias mais amplas de internacionalização, como estímulo à coautoria internacional e à participação em redes globais.

Por fim, considerando a quinta recomendação - que propõe o estímulo à criação de redes de pesquisa envolvendo programas de pós-graduação, setor produtivo não acadêmico, governo e terceiro setor - sua relevância para a Bahia é talvez a mais abrangente. O estado possui número expressivo de programas, mas com forte heterogeneidade interna quanto à consolidação acadêmica. A indução de redes temáticas estaduais, com financiamento plurianual e metas orientadas a resultados sociais e econômicos, poderia integrar instituições consolidadas e emergentes, promover a interiorização da pesquisa e aproximar a pós-graduação das demandas do desenvolvimento regional. Redes estruturadas em áreas estratégicas - como saúde pública, energias renováveis, educação básica e sustentabilidade ambiental - favoreceriam a geração de conhecimento aplicado e a interação com o setor produtivo, ampliando o impacto social da ciência produzida no estado.

Conclusão

A análise do fomento à pós-graduação na Bahia revela um sistema robusto em termos quantitativos, mas ainda em processo de consolidação qualitativa. O estado apresenta liderança regional em número total de bolsas e em volume de programas, mas enfrenta desafios relativos à excelência científica, à previsibilidade orçamentária da FAPESB e à articulação estruturada com o setor produtivo e com a sociedade civil.

As políticas públicas estaduais voltadas à pós-graduação devem, portanto, priorizar três eixos estratégicos: (a) garantia do cumprimento integral do repasse constitucional à FAPESB, assegurando estabilidade financeira; (b) indução à excelência e à internacionalização, com foco na elevação dos conceitos CAPES e no fortalecimento de grupos de pesquisa consolidados; e (c) integração sistêmica entre universidade, governo e setor produtivo, por meio de redes colaborativas e agendas estratégicas de PD&I.

As recomendações indicadas, quando analisadas à luz das especificidades baianas, revelam não apenas pertinência conceitual, mas potencial concreto de orientar políticas públicas estaduais capazes de elevar a qualidade, a relevância e a sustentabilidade da pós-graduação na Bahia.

Em síntese, a melhoria da pós-graduação na Bahia não depende apenas do aumento de recursos, mas da construção de um modelo de governança articulado, previsível e orientado a resultados sociais. Se adequadamente implementadas, as recomendações aqui discutidas podem contribuir para transformar a pós-graduação baiana em um instrumento ainda mais decisivo para o desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico do estado, consolidando sua posição de liderança no Nordeste e ampliando sua relevância no cenário nacional.

EIXO 4: FUTURO DOS EGRESSOS E INGRESSANTES

Contexto

O eixo temático “Futuro dos egressos e ingressantes” tem como ponto de partida o diagnóstico de um cenário marcado pela diminuição da procura e pelo desinteresse de potenciais candidatos à pós-graduação. Em determinados contextos, a formação pós-graduada deixou de apresentar o mesmo grau de atratividade observado antes do período pandêmico (2020–2022), seja em razão do tempo excessivamente prolongado dos cursos, das limitadas oportunidades de inserção profissional fora do meio acadêmico, da frágil articulação com as demandas locais, regionais e nacionais, ou ainda do distanciamento entre o conhecimento disciplinar produzido e as formas como ele é difundido e apropriado na sociedade globalizada.

Diante desse quadro, as recomendações apontam para a necessidade de uma reformulação abrangente das estruturas curriculares da pós-graduação, bem como para a criação de um ecossistema acadêmico mais integrado, que contemple ações de orientação, fortalecimento de redes de contato, desenvolvimento de competências e estabelecimento de parcerias com espaços não acadêmicos, como empresas, governos e organizações da sociedade civil. Além disso, destaca-se a importância do acompanhamento sistemático de situações de afastamento e evasão, com o objetivo de criar condições que favoreçam a permanência dos estudantes em seus percursos formativos. Por fim, propõe-se a implementação de políticas que promovam maior articulação com o setor profissional, buscando, de forma simultânea, fortalecer os ecossistemas nacionais de inovação e ampliar as oportunidades de empregabilidade dos egressos da pós-graduação.

Recomendações pertinentes

Induzir o debate sobre a formação na pós-graduação, no qual deverá ser incluído o aprendizado de competências e habilidades interativas e digitais, vocacionadas a responder as mudanças de cenários;

Dar acesso a programas de orientação profissional especificamente desenhados para pósgraduandos, informando sobre as estratégias para a busca de emprego, redação de CVs, cartas de apresentação, preparação para entrevistas e informações específicas sobre a área de atuação;

Monitorar os casos de afastamento e evasão criando condições para a manutenção do pósgraduando em seu processo formativo;

Oferecer oportunidades de envolvimento dos pós-graduandos com profissionais, por meio de estágios, projetos colaborativos ou eventos concentrados no setor produtivo não acadêmico e instituições. Com isso, além de ganhar experiência prática, os pós-graduandos podem estabelecer conexões diretas com os ambientes desejados;

Incentivar a interação com profissionais de suas áreas, participar de conferências e congressos, participar de associações profissionais, inclusive online, auxiliando a formação de um networking com conexões valiosas e referências profissionais.

Análise e implicações

Discussão

O crescimento expressivo do número de ingressos e egressos dos programas de mestrado e doutorado da Bahia, impulsionado por políticas públicas federais e estaduais, produziu transformações significativas tanto no sistema de ensino superior quanto no mercado de trabalho qualificado. Contudo, esse crescimento quantitativo não foi acompanhado, de forma homogênea, pela expansão de oportunidades profissionais fora do setor acadêmico, o que coloca desafios estruturais particularmente visíveis em estados como a Bahia.

O panorama nacional fornece um ponto de partida indispensável. O já mencionado relatório do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2024) demonstra que, entre 2009 e 2021, houve um aumento expressivo do número de mestres e doutores empregados formalmente no país. O contingente de mestres com vínculo formal de trabalho passou de aproximadamente 184 mil para cerca de 442 mil, enquanto o número de doutores empregados cresceu de cerca de 74 mil para mais de 216 mil no mesmo período. Esse crescimento foi substancialmente superior ao verificado no emprego formal total da economia brasileira, evidenciando a crescente importância da qualificação *stricto sensu* na estrutura ocupacional do país.

Esse movimento está diretamente relacionado ao aumento dos ingressos e egressos nos programas de pós-graduação no país e na Bahia foi retratado na seção desse documento que trata do panorama da pós-graduação baiana. O aumento dos ingressos nos programas de pós-graduação na Bahia decorreu de múltiplos fatores. Em primeiro lugar, a expansão das universidades públicas no interior do estado criou novas demandas por qualificação docente, estimulando a formação de mestres e doutores locais. Em segundo lugar, a política de concessão de bolsas, tanto federais quanto estaduais, incentivou a permanência de estudantes na pós-graduação. Em terceiro lugar, a crescente valorização social do título acadêmico contribuiu para elevar a demanda por cursos *stricto sensu*.

O aumento dos ingressos implica, inevitavelmente, o aumento do número de egressos. A cada ano, um contingente significativo de mestres e doutores conclui sua formação e busca inserção no mercado de trabalho. A questão central que se coloca é: em que medida o mercado baiano tem sido capaz de absorver esses profissionais altamente qualificados?

Os dados disponíveis indicam que, na Bahia, a principal via de inserção profissional para mestres e doutores continua sendo o setor educacional, especialmente o ensino superior. Informações do Governo da Bahia¹⁷ apontam que, entre 2013 e 2018, o percentual de docentes com doutorado no ensino superior baiano aumentou de 28% para 41%. Em 2018, registravam-se 8.693 doutores e 9.014 mestres atuando como docentes no estado, num universo de pouco mais de 21 mil professores de ensino superior. Esses números revelam dois aspectos fundamentais: por um lado, a elevação do padrão de qualificação do corpo docente; por outro, a forte concentração ocupacional dos egressos da pós-graduação no próprio sistema educacional.

Essa concentração sugere que o sistema de pós-graduação, ao mesmo tempo em que forma novos pesquisadores e docentes, depende estruturalmente da expansão contínua das instituições de ensino superior para garantir a absorção de seus egressos. Quando essa expansão desacelera, seja por restrições fiscais, seja por mudanças nas prioridades governamentais, o mercado acadêmico tende a se tornar mais competitivo e restritivo. Nesse contexto, a diversificação das oportunidades de emprego fora da academia torna-se crucial.

No plano nacional, o CGEE (2024) evidencia que a empregabilidade formal de mestres e doutores cresceu não apenas na educação, mas também em setores como administração pública, saúde, indústria e serviços especializados. Contudo, a distribuição regional dessas oportunidades é desigual. Estados com maior densidade industrial e maior investimento em inovação tecnológica tendem a apresentar maior absorção de doutores fora do setor acadêmico. A Bahia, embora possua um parque industrial relevante, especialmente nas áreas petroquímica, química e de energia, não alcança os níveis de inserção observados em estados como São Paulo ou Minas Gerais.

¹⁷ Ver: Bahia, Relatório Executivo Monitoramento do PEE – Bahia (Versão 2023). Salvador: Governo da Bahia, 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/educacao/sites/site-sec/files/2025-02/RELATO%CC%81RIO%20EXECUTIVO%20PEE%202023%20%286%29.pdf>

Estudos divulgados pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC, 2021), com apoio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI, 2023), indicaram que a Bahia perdeu posições no ranking nacional de inserção de mestres e doutores na indústria, caindo da sexta para a décima terceira colocação em determinado período. Embora o estado já tenha ocupado posição de destaque no Nordeste, a tendência recente sugere dificuldades em consolidar uma estratégia consistente de absorção de profissionais altamente qualificados no setor produtivo.

Os setores industriais que mais empregam mestres e doutores na Bahia incluem a extração de petróleo e gás, a indústria química e a produção farmoquímica. Ainda assim, a participação percentual de profissionais com doutorado nesses segmentos permanece relativamente baixa. Isso indica que a estrutura produtiva do estado, embora relevante em termos de volume econômico, não é intensiva em pesquisa e desenvolvimento na mesma medida que outros polos industriais do país.

A análise dos egressos também deve considerar a qualidade da inserção profissional. Relatórios da CAPES apontam que, no Brasil, entre 20% e 25% dos titulados podem enfrentar dificuldades para alcançar uma posição profissional plenamente adequada à sua formação mesmo após cinco a dez anos da titulação, percentual significativamente superior ao observado em países da OCDE (CAPES, 2024). Embora esses dados não sejam desagregados especificamente para a Bahia, é plausível supor que estados com menor dinamismo econômico e menor densidade de atividades intensivas em conhecimento enfrentem desafios ainda maiores.

No caso baiano, a expansão dos ingressos nos programas de pós-graduação gerou um ciclo virtuoso no interior das universidades, elevando a produção científica, ampliando redes de cooperação e fortalecendo a formação de recursos humanos. Contudo, do ponto de vista do mercado de trabalho, o aumento contínuo de egressos exige políticas articuladas de desenvolvimento regional que integrem ciência, tecnologia e inovação ao setor produtivo.

A questão central, portanto, não é apenas quantitativa - quantos ingressam e quantos se titulam - mas qualitativa: quais são as trajetórias profissionais desses egressos? Permanecem na academia? Migram para outros estados? Inserem-se na

administração pública? Empreendem? Trabalham em setores privados de alta tecnologia? A ausência de sistemas sistemáticos de acompanhamento de egressos em nível estadual dificulta respostas mais precisas.

Ainda assim, algumas tendências podem ser inferidas. A forte presença de mestres e doutores no ensino superior sugere que a expansão dos ingressos foi, em grande medida, absorvida pela própria ampliação do sistema universitário. Contudo, a desaceleração recente na criação de vagas docentes, associada a restrições orçamentárias, pode alterar esse equilíbrio. Se o número de ingressos permanecer elevado enquanto as oportunidades acadêmicas se estabilizam ou diminuem, a pressão sobre o mercado não acadêmico tenderá a aumentar.

Nesse cenário, torna-se fundamental fortalecer políticas de inovação e desenvolvimento tecnológico no estado. A articulação entre universidades, centros de pesquisa e empresas, frequentemente descrita no modelo da “hélice tríplice”, pode ampliar as oportunidades para egressos da pós-graduação. A consolidação de parques tecnológicos, incubadoras e programas de estímulo à inovação empresarial pode criar novos espaços de atuação para mestres e doutores fora do ambiente tradicional da sala de aula e do laboratório universitário.

Em síntese, a Bahia acompanhou o movimento nacional de expansão dos ingressos e egressos da pós-graduação *stricto sensu*, contribuindo para elevar significativamente o número de profissionais altamente qualificados no estado. A empregabilidade formal desses profissionais, à semelhança do cenário nacional, cresceu ao longo da última década. Contudo, a inserção permanece fortemente concentrada no setor educacional, e a absorção pelo setor produtivo ainda é limitada quando comparada a estados com maior intensidade tecnológica.

O desafio futuro reside em equilibrar a expansão da formação avançada com a criação de oportunidades diversificadas de trabalho qualificado. A sustentabilidade do sistema de pós-graduação baiano dependerá não apenas da manutenção dos ingressos e da qualidade dos programas, mas também da capacidade do estado de integrar seus egressos a uma estratégia mais ampla de desenvolvimento econômico baseado em conhecimento. Somente assim o investimento contínuo na formação de mestres e doutores poderá traduzir-se plenamente em ganhos sociais, científicos e produtivos para a Bahia.

Relevância das recomendações para a Bahia

A incorporação das recomendações do Plano Nacional de Pós-Graduação à política de pós-graduação da Bahia revela-se particularmente pertinente à luz do quadro anteriormente delineado. Se, por um lado, o estado acompanhou o movimento nacional de expansão da formação *stricto sensu*, por outro, enfrenta limitações estruturais quanto à absorção diversificada de seus egressos. Nesse contexto, as diretrizes do PNPG oferecem um referencial estratégico capaz de contribuir para o reequilíbrio entre formação avançada e inserção profissional qualificada.

A primeira recomendação (induzir o debate sobre a formação na pós-graduação, incorporando competências interativas e digitais) dialoga diretamente com os desafios observados na empregabilidade dos mestres e doutores baianos. A tradição acadêmica brasileira, historicamente orientada à formação de docentes e pesquisadores para o próprio sistema universitário, nem sempre priorizou habilidades transversais, como comunicação científica para públicos não especializados, gestão de projetos, liderança de equipes multidisciplinares, análise de dados aplicada ou domínio de ferramentas digitais avançadas. Em um estado cuja estrutura produtiva ainda é pouco intensiva em pesquisa e desenvolvimento, a ampliação dessas competências pode aumentar a empregabilidade fora da academia, permitindo que os egressos atuem em consultorias, empresas de base tecnológica, organizações do terceiro setor e na administração pública estratégica.

A segunda recomendação (oferecer programas de orientação profissional específicos para pósgraduandos) assume relevância ainda maior no caso baiano. A ausência de tradição consolidada de transição para o setor produtivo faz com que muitos estudantes ingressem na pós-graduação com expectativas quase exclusivas de carreira acadêmica. Quando as oportunidades docentes se mostram escassas, sobretudo em períodos de restrição fiscal, instala-se frustração e subaproveitamento de capital humano. A institucionalização de núcleos de orientação profissional nas universidades baianas, como a Universidade Federal da Bahia ou a Universidade do Estado da Bahia, poderia contribuir para ampliar horizontes, fornecendo informações concretas sobre trajetórias alternativas, demandas do mercado regional e estratégias de inserção. Tal medida favoreceria uma cultura de planejamento de carreira mais alinhada às condições reais do estado.

A terceira recomendação (monitorar afastamento e evasão) também possui implicações estratégicas. A expansão do número de ingressos foi incentivada por políticas públicas e bolsas da FAPESP. Portanto, a evasão não é apenas um problema individual, é também uma perda do investimento público. O acompanhamento sistemático das trajetórias acadêmicas permitiria identificar fatores de risco (dificuldades financeiras, inserção precoce no mercado de trabalho, desalinhamento de expectativas) e formular políticas de permanência mais eficazes. Ademais, sistemas robustos de acompanhamento poderiam evoluir para mecanismos permanentes de rastreamento de egressos, suprimindo a lacuna atualmente existente quanto a dados precisos sobre trajetórias profissionais no estado.

A quarta recomendação (ampliar oportunidades de envolvimento com o setor produtivo não acadêmico) talvez seja a mais decisiva para a realidade baiana. A limitada absorção de doutores pela indústria indica a necessidade de políticas de aproximação entre universidades e empresas. Estágios doutorais em empresas, projetos cooperativos financiados por editais estaduais e programas de inovação aberta podem contribuir para reduzir a distância cultural e institucional entre academia e setor produtivo. Iniciativas dessa natureza reforçam o modelo da “hélice tríplice”, integrando universidade, governo e empresa em estratégias comuns de desenvolvimento. Para a Bahia, cuja base industrial inclui segmentos petroquímicos, energéticos e farmacêuticos, o fortalecimento dessas conexões pode estimular a internalização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, ampliando a demanda por profissionais altamente qualificados.

A quinta recomendação (incentivar networking e participação em associações profissionais) complementa as anteriores ao reconhecer que a empregabilidade não depende apenas de competências técnicas, mas também de capital social. Em um estado marcado por desigualdades regionais internas, a inserção em redes nacionais e internacionais pode ampliar oportunidades para egressos formados fora dos grandes centros econômicos. A participação em congressos, associações e comunidades profissionais on-line facilita o acesso a informações sobre vagas, projetos e parcerias, mitigando a tendência de concentração de oportunidades em estados mais industrializados.

Conclusão

Consideradas em conjunto, as cinco recomendações do PNPG apontam para uma concepção de pós-graduação menos autocentrada e mais articulada às dinâmicas econômicas e sociais. Para a Bahia, isso significa transcender o modelo predominantemente acadêmico de absorção de egressos e construir uma política de pós-graduação integrada a uma estratégia de desenvolvimento regional baseada em conhecimento. Tal integração exige coordenação entre universidades, agências de fomento, governo estadual e setor produtivo.

Em última instância, a relevância dessas recomendações reside em sua capacidade de contribuir para a sustentabilidade do sistema de pós-graduação baiano. A continuidade da expansão quantitativa, desacompanhada de diversificação qualitativa das trajetórias profissionais, pode gerar tensões crescentes no mercado de trabalho. Ao promover competências ampliadas, orientação profissional estruturada, permanência acadêmica, interação com o setor produtivo e fortalecimento de redes, o estado poderá transformar o aumento de ingressos e egressos em verdadeiro vetor de desenvolvimento científico, econômico e social.

EIXO 5: INTERNACIONALIZAÇÃO E VISIBILIDADE GLOBAL

Contexto

No eixo “Internacionalização e visibilidade global”, o Plano Nacional de Pós-Graduação 2025- 2029 reafirma a cooperação internacional como dimensão estratégica para o aprimoramento da formação pós-graduada, a ampliação da visibilidade da produção científica nacional e o fortalecimento dos intercâmbios entre países, instituições, docentes e discentes, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural do Brasil. Apesar de iniciativas federais relevantes, como o Programa Ciência sem Fronteiras e o CAPES-Print, o grau de internacionalização da pós-graduação brasileira permanece limitado. Tal cenário se evidencia, por exemplo, no fato de que apenas cerca de 20% dos programas alcançam notas 6 ou 7 na avaliação da CAPES, patamar associado à inserção internacional, e em estimativas segundo as quais menos de 1% dos pós-graduandos no país são estrangeiros. Observa-se, ademais, a carência de estudos qualitativos sistemáticos que analisem o impacto efetivo das estratégias de internacionalização adotadas, identificando boas práticas e seus resultados acadêmicos, científicos e institucionais.

A redução de investimentos recentes tem se combinado a um modelo que tende a reproduzir desigualdades regionais e intrarregionais, sem evidenciar políticas robustas de valorização da diversidade que caracteriza a sociedade brasileira. Persistem também desafios estruturais nas universidades, que precisam assegurar condições adequadas de acolhimento a estudantes e docentes estrangeiros, incluindo moradia, oferta de cursos de línguas, infraestrutura digital, bibliotecas e suporte administrativo eficiente. Por fim, a cooperação internacional segue fortemente concentrada em países da Europa e da América do Norte, indicando a necessidade de diversificar parcerias, especialmente no eixo Sul-Sul, com nações africanas, asiáticas e latinoamericanas, além de iniciativas estratégicas no âmbito dos BRICS e dos países lusófonos. Tornase, portanto, essencial ampliar o intercâmbio de docentes e discentes e integrar as estratégias de internacionalização aos planos institucionais de desenvolvimento das universidades.

Recomendações pertinentes

Promover a internacionalização dos programas de pós-graduação articulada com suas instituições, dentro de um planejamento claro, estimulando a criação de um ambiente internacionalizado nas universidades e centros de pesquisa do país;

Articular e mobilizar os atores estratégicos do SNPG envolvidos com o tema da internacionalização para formular a política;

Promover o multilinguismo, induzindo o aumento da proficiência em idiomas estrangeiros da comunidade do SNPG, e o aumento da proficiência em língua portuguesa da comunidade acadêmica mundial;

Promover ações para ampliar a visibilidade internacional dos programas de pós-graduação baianos;

Aumentar o intercâmbio de forma estratégica, conectando-o com os planos de cada instituição e com temas importantes para o desenvolvimento do país e da Bahia.

Análise e implicações

Discussão

A internacionalização da pós-graduação (PG) na Bahia deve ser compreendida como processo estruturante e não apenas como conjunto de ações pontuais de mobilidade ou assinatura de acordos formais. O fato de que aproximadamente 10% dos cursos de doutorado no estado alcançam notas 6 ou 7 na avaliação da CAPES evidencia que a inserção internacional ainda é limitada, sobretudo quando comparada aos estados com maior tradição de cooperação científica internacional. Considerando que, no plano nacional, cerca de 20% dos programas atingem esses conceitos, a Bahia encontra-se abaixo da média brasileira nesse indicador estratégico.

A mobilidade acadêmica, tanto de docentes quanto de discentes, permanece concentrada em iniciativas individuais ou em programas induzidos, sem necessariamente integrar um projeto institucional de internacionalização. A experiência acumulada com o Programa Ciência sem Fronteiras e, mais recentemente, com o CAPES-Print demonstrou que a mobilidade pode ampliar redes e qualificar a formação, mas seus efeitos tendem a ser assimétricos quando não acompanhados de políticas internas de consolidação de parcerias, de estímulo à produção conjunta e de fortalecimento de grupos de pesquisa.

Outro aspecto crítico refere-se à qualidade e densidade dos acordos internacionais firmados pelas instituições baianas. Em muitos casos, os convênios não se traduzem em projetos colaborativos, cotutelas, missões de trabalho ou publicações conjuntas. A internacionalização substantiva exige vínculos duradouros, baseados em agendas de pesquisa compartilhadas, com metas claras de coautoria, captação de recursos internacionais e participação em redes multilaterais.

Além disso, a produção científica internacionalizada (medida por publicações em coautoria com pesquisadores estrangeiros, participação em consórcios internacionais e inserção em periódicos de alto impacto), ainda se concentra em áreas específicas e em poucos programas. A ausência de uma política estadual articulada de internacionalização tende a reforçar desigualdades intrarregionais, privilegiando instituições e áreas já consolidadas, enquanto limita a expansão qualitativa do conjunto do sistema.

Por fim, persistem desafios estruturais nas universidades baianas quanto à criação de um ambiente internacionalizado: oferta insuficiente de disciplinas em língua estrangeira, apoio administrativo restrito à mobilidade, dificuldades de acolhimento a docentes visitantes e limitada proficiência em idiomas. Esses fatores reduzem a atratividade internacional e restringem a capacidade de estabelecer cooperações simétricas.

Relevância das recomendações para a Bahia

As recomendações do eixo “Internacionalização e visibilidade global” do Plano Nacional de Pós-Graduação 2025-2029 apresentam elevada pertinência para o contexto baiano. Em primeiro lugar, a articulação entre internacionalização dos programas e planejamento institucional é fundamental para evitar a fragmentação de iniciativas. A incorporação de metas explícitas de cooperação internacional nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) pode alinhar estratégias de mobilidade, pesquisa conjunta e captação de recursos externos.

Em segundo lugar, a mobilização dos atores do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) é particularmente relevante para um estado que busca ampliar sua presença em redes científicas globais. A construção de consórcios interinstitucionais baianos pode fortalecer a capacidade de negociação com universidades estrangeiras e ampliar a escala de projetos colaborativos.

A promoção do multilinguismo é outro eixo estratégico. Investimentos em formação linguística de docentes e discentes, bem como na oferta de disciplinas e seminários em inglês e espanhol, são condições essenciais para ampliar a participação em redes internacionais e aumentar a coautoria com pesquisadores estrangeiros.

A ampliação da visibilidade internacional dos programas baianos requer ações coordenadas de comunicação científica, incentivo à publicação em periódicos internacionais de qualidade e estímulo à participação em eventos acadêmicos globais. Do mesmo modo, é necessário diversificar parcerias, expandindo a cooperação para além dos eixos tradicionais Europa–América do Norte, com atenção especial às possibilidades do eixo Sul–Sul, incluindo América Latina, África e países lusófonos, além de articulações estratégicas no âmbito dos BRICS.

Por fim, o intercâmbio deve ser orientado por prioridades temáticas relacionadas ao desenvolvimento da Bahia, como sustentabilidade ambiental, saúde pública, inovação tecnológica e desigualdades sociais, de modo que a internacionalização contribua diretamente para o fortalecimento regional.

Conclusão

O fortalecimento da internacionalização da pós-graduação na Bahia constitui condição indispensável para elevar a qualidade, a visibilidade e o impacto social da produção científica estadual. O baixo percentual de programas com notas 6 e 7 revela não apenas limitações na inserção internacional, mas também a necessidade de uma estratégia mais integrada e sistêmica.

Mais do que ampliar números de mobilidade, a Bahia precisa consolidar parcerias estruturantes, fomentar pesquisas colaborativas de longo prazo e ampliar a produção científica em coautoria internacional. A internacionalização deve deixar de ser um atributo restrito a poucos programas de excelência e tornar-se componente transversal do sistema estadual de pós-graduação.

Se articuladas a um planejamento institucional consistente, as recomendações do PNPG podem contribuir para reduzir assimetrias, ampliar a presença internacional das universidades baianas e posicionar o estado de forma mais competitiva no cenário científico global. A internacionalização, nesse sentido, não é apenas um indicador de prestígio acadêmico, mas instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da Bahia.

EIXO 6: PESQUISA INSTITUCIONALIZADA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

Contexto

Ao aprofundar o tema “Pesquisa Institucionalizada, Extensão e Inovação”, o novo Plano aprofunda a abordagem sistêmica das recomendações presentes no PNPG anterior, especialmente no que se refere ao fortalecimento da base científica e tecnológica nacional. Para assegurar a consolidação e o êxito de atividades estruturantes e produtivas no campo da inovação, torna-se fundamental que essas ações estejam articuladas às políticas públicas de caráter regulatório, econômico, social, cultural e ambiental, além de promover a institucionalização e a expansão da pesquisa básica e aplicada como componentes indissociáveis da pós-graduação.

A superação do atual quadro de baixo desempenho nos indicadores globais de inovação, em que o Brasil ocupa a 49ª posição no Índice Global de Inovação (IGI), a 60ª em competitividade e a 96ª no ranking mundial de produtividade, exige a implementação de políticas capazes de fortalecer a pesquisa, o empreendedorismo e a inovação no ambiente universitário, especialmente por meio da intensificação da cooperação com o setor empresarial. Nessa perspectiva, iniciativas bem-sucedidas, como o Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação (MAI/DAI), lançado pelo CNPq e voltado ao apoio a pós-graduandos no desenvolvimento de projetos em parceria com empresas, devem ser preservadas e ampliadas. Para que a agenda de pesquisa institucionalizada e inovação avance de forma consistente nos próximos anos, é imprescindível diversificar as fontes e os destinos dos recursos financeiros, bem como criar alternativas que estimulem novos percursos formativos. Paralelamente, faz-se necessário consolidar, no contexto da sociedade brasileira, a noção de que a inovação é um vetor estratégico do desenvolvimento nacional baseado no conhecimento, tanto no plano legal quanto no institucional e no imaginário coletivo. Nesse sentido, destaca-se como medida fundamental a implementação de mecanismos menos burocráticos que viabilizem acordos com empresas, permitindo que seus profissionais realizem cursos de mestrado e doutorado nas universidades, sem exigência de dedicação exclusiva e com prazos mais flexíveis para a conclusão da formação.

Recomendações pertinentes

Disseminar as possibilidades de aplicação do conhecimento gerado pela pós-graduação;

Fortalecer a articulação dos programas de pós-graduação com os ecossistemas de inovação, polos de tecnologias sociais e arranjos produtivos locais;

Incentivar que os programas de pós-graduação incluam a inovação e a interação com os setores não acadêmicos como forma de impulsionar o desenvolvimento educacional, científico, tecnológico e empresarial nacional;

Incentivar o desenvolvimento de ambientes de inovação nas universidades e seus arredores (parques tecnológicos), de modo a transformar conhecimento em desenvolvimento e criar oportunidades de absorção do capital humano formado nos cursos de mestrado e doutorado;

Aproximar, por meio da extensão, a pesquisa, a tecnologia e a inovação das necessidades dos diferentes segmentos da sociedade.

Análise e implicações

Discussão

O eixo “Pesquisa Institucionalizada, Extensão e Inovação” assume relevância estratégica quando analisado a partir das especificidades estruturais, econômicas e sociais da Bahia. O estado reúne condições singulares: possui a maior população do Nordeste, território extenso e heterogêneo, forte diversidade econômica e presença consolidada de instituições públicas de ensino superior com tradição em pesquisa. Ao mesmo tempo, enfrenta desafios históricos relacionados à desigualdade social, à baixa produtividade média da economia e à limitada incorporação de inovação em amplos segmentos produtivos. Nesse cenário, a articulação entre pesquisa institucionalizada, extensão e inovação não pode ser compreendida apenas como diretriz normativa do Plano Nacional de Pós-Graduação, mas como elemento estruturante de um projeto de desenvolvimento estadual baseado no conhecimento.

No plano internacional, o Brasil ocupa posições pouco expressivas em rankings de competitividade e produtividade. Esses indicadores refletem dificuldades estruturais na transformação do conhecimento científico em inovação econômica. Na Bahia, tais limitações assumem contornos próprios. Embora o estado detenha o maior PIB do Nordeste, sua produtividade média permanece abaixo da média nacional, e a maior parte das empresas opera com baixa intensidade tecnológica. Essa realidade evidencia a necessidade de fortalecer a conexão entre os programas de pós-graduação e os setores produtivos, de modo a criar um ciclo virtuoso entre geração de conhecimento, inovação e crescimento econômico.

A institucionalização da pesquisa implica que ela esteja integrada ao planejamento estratégico das universidades e às prioridades do estado. Sua consolidação como eixo de inovação exige superar fragmentações internas e fortalecer políticas institucionais de longo prazo. Não se trata apenas de ampliar o número de publicações ou de programas avaliados com notas elevadas pela CAPES, mas de assegurar que a produção científica dialogue com desafios concretos da sociedade baiana. O semiárido, por exemplo, ocupa grande parte do território estadual e enfrenta problemas relacionados à escassez hídrica, desertificação e vulnerabilidade socioeconômica.

Pesquisas em tecnologias de convivência com o semiárido, energias solares descentralizadas, manejo sustentável da caatinga e agricultura resiliente ao clima podem gerar impactos diretos na qualidade de vida da população.

Além disso, a Bahia destaca-se no cenário nacional pela expansão de energias renováveis, especialmente eólica e solar. A consolidação desse setor exige formação de recursos humanos altamente qualificados e pesquisa aplicada em armazenamento de energia, redes inteligentes e eficiência energética. A pós-graduação pode desempenhar papel decisivo na formação desses quadros e na geração de soluções tecnológicas que agreguem valor às cadeias produtivas locais.

Outro setor relevante é o agronegócio do oeste baiano, responsável por significativa parcela da produção de grãos do estado. A incorporação de inovação tecnológica nesse setor, incluindo agricultura de precisão, biotecnologia e gestão sustentável de recursos naturais, depende de interação estruturada com universidades e centros de pesquisa. A ausência dessa articulação limita o potencial de ganhos de produtividade e sustentabilidade ambiental.

A extensão universitária, nesse contexto, desempenha função estratégica ao aproximar conhecimento acadêmico e demandas sociais. Projetos de extensão vinculados à pós-graduação podem traduzir resultados científicos em tecnologias sociais, capacitações e soluções práticas para comunidades urbanas e rurais. Em estado com elevados índices de desigualdade, a extensão amplia a legitimidade social da universidade pública e fortalece a percepção de que o investimento em pesquisa gera benefícios concretos.

Contudo, persistem entraves institucionais. A burocracia para celebração de convênios com empresas, a rigidez de normas relativas à dedicação exclusiva e as dificuldades de execução orçamentária reduzem a agilidade necessária à inovação. Pesquisadores frequentemente enfrentam atrasos na aquisição de equipamentos ou na formalização de parcerias, o que compromete competitividade e desestimula colaboração com o setor produtivo. Superar essas barreiras é condição essencial para transformar pesquisa em inovação.

A formação de ambientes de inovação, como parques tecnológicos e incubadoras, constitui estratégia promissora. Esses espaços favorecem o empreendedorismo acadêmico, estimulam a criação de startups e ampliam a absorção de mestres e doutores pelo setor privado. Na Bahia, a consolidação e a expansão desses ambientes podem contribuir para retenção de talentos formados no próprio estado reduzindo a migração de doutores para centros mais desenvolvidos.

Além disso, iniciativas como o Programa MAI/DAI, coordenado pelo CNPq, oferecem modelo de integração entre pós-graduação e empresas. A ampliação da participação de programas baianos nesse tipo de iniciativa pode fortalecer vínculos com cadeias produtivas estratégicas e gerar cultura institucional mais orientada à inovação.

Por fim, a consolidação da inovação como valor social requer transformação cultural. É necessário que gestores públicos, empresários e sociedade reconheçam a universidade como parceira estratégica no desenvolvimento. Essa mudança depende de comunicação eficaz dos resultados da pesquisa e da demonstração de impactos concretos.

Relevância das recomendações para a Bahia

A primeira recomendação (disseminar as possibilidades de aplicação do conhecimento gerado pela pós-graduação) é crucial para ampliar a visibilidade e o impacto social da produção científica baiana. Relatórios executivos, plataformas digitais e eventos de inovação podem facilitar a transferência de conhecimento para empresas, gestores públicos e organizações sociais.

A segunda recomendação (fortalecer a articulação com ecossistemas de inovação e arranjos produtivos locais) dialoga diretamente com a diversidade econômica do estado. Integrar programas de pós-graduação ao agronegócio do oeste, ao polo industrial de Camaçari e ao setor de energias renováveis no interior pode elevar o patamar tecnológico dessas cadeias. De igual relevância é a sugestão de que as instituições acadêmicas implementem as possibilidades trazidas pelo marco legal brasileiro que incentiva a pesquisa científica, tecnológica e a inovação no ambiente produtivo, fomentando as parcerias entre universidades e empresas.¹⁸

A terceira recomendação (incentivar a inclusão da inovação nos programas) implica revisão curricular e cultural. Projetos interdisciplinares, estágios em empresas e orientação compartilhada ampliam a formação prática dos estudantes e fortalecem empregabilidade.

A quarta recomendação (desenvolver ambientes de inovação) pode transformar universidades em polos dinâmicos de desenvolvimento regional, criando oportunidades de absorção do capital humano formado.

¹⁸ Ver Lei de Inovação no. 10973/2004 e normas subsequentes. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm

A quinta recomendação (aproximar pesquisa e inovação das necessidades sociais por meio da extensão) reforça compromisso da universidade pública com redução de desigualdades e promoção de desenvolvimento inclusivo.

Conclusão

A integração entre pesquisa institucionalizada, extensão e inovação representa oportunidade estratégica para que a Bahia consolide um modelo de desenvolvimento efetivamente baseado no conhecimento. Ao alinhar de forma mais orgânica a produção científica às demandas econômicas e sociais do estado, fortalecer ambientes de inovação e reduzir entraves burocráticos que limitam a cooperação com o setor produtivo, a pós-graduação poderá ampliar de maneira consistente sua contribuição para o crescimento sustentável, a geração de empregos qualificados e a melhoria da qualidade de vida da população.

Esse movimento exige planejamento de longo prazo, coordenação entre universidades, governo e empresas, e estabilidade nas políticas de fomento. Implica também consolidar cultura institucional que valorize a inovação sem perder de vista a centralidade da pesquisa básica e da função social da universidade pública. Em um estado marcado por profundas desigualdades regionais e sociais, a articulação entre ciência, tecnologia e extensão pode funcionar como instrumento de coesão territorial, promovendo soluções adaptadas às especificidades do semiárido, do litoral, do oeste agrícola e das áreas metropolitanas.

Assim, mais do que atender às diretrizes do Plano Nacional, trata-se de afirmar a pós-graduação baiana como protagonista de um projeto estratégico de futuro, no qual conhecimento, inclusão e desenvolvimento caminhem de forma indissociável.

EIXO 7: PÓS-GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA

Contexto

O eixo “Pós-graduação e Educação Básica” é entendido como estratégico e transversal, estando presente nas conclusões dos demais temas analisados. Parte-se do entendimento de que a educação, em todas as suas etapas, desempenha um papel fundamental no enfrentamento das injustiças sociais e das desigualdades que ainda persistem e exigem atenção contínua.

Ao reconhecer a contribuição da pós-graduação para a superação de um quadro educacional historicamente marcado por assimetrias e pela negação do direito social à educação, recomenda-se a implementação e o fortalecimento de linhas de pesquisa, bem como de outras ações, como projetos de extensão e atividades de assessoria, voltadas à integração entre a pós-graduação e a educação básica. Além de contribuir para o avanço do conhecimento sobre a educação básica e para a identificação de possíveis soluções para os problemas enfrentados, tal integração permite que mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos estejam inseridos em ambientes de pesquisa comprometidos com a realidade da educação básica brasileira. Destaca-se, ainda, a importância da realização de processos sistemáticos de acompanhamento e avaliação dos programas e ações indutoras da CAPES e de outras agências que atuam na área da educação. Essa aproximação tem como objetivo contribuir de forma mais efetiva para a formação de professores e para o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem, do desenvolvimento curricular e das práticas avaliativas na educação, em todos os níveis de ensino.

Recomendações pertinentes

Incentivar ações que fortaleçam a relação entre a pós-graduação, suas diversas áreas, e a educação básica, no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG);

Consolidar e expandir programas *stricto sensu* profissionais para a qualificação dos professores da Educação Básica da rede pública;

Atrair egressos das licenciaturas para a pós-graduação *stricto sensu*, especialmente na modalidade profissional;

Promover a aproximação dos programas de pós-graduação que possuem linhas de pesquisa voltadas a educação básica, aos programas de formação dos profissionais da educação básica da CAPES e aos sistemas e as redes de ensino;

Incentivar a criação de grupos de pesquisa nas áreas de educação e ensino, envolvendo profissionais do magistério da educação básica e superior.

Discussão

A discussão sobre a relação entre pós-graduação e Educação Básica na Bahia deve partir de um dado incontornável: o desempenho educacional do estado permanece aquém do desejável quando comparado a médias nacionais e a unidades federativas com condições socioeconômicas semelhantes. Indicadores de aprendizagem, taxas de conclusão, distorção idade-série e desempenho em avaliações padronizadas revelam um quadro persistente de desigualdades, especialmente em municípios do interior e em contextos de maior vulnerabilidade social. Esse cenário compromete não apenas o direito à educação, mas também o potencial de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do estado.

A superação desse quadro não pode ser atribuída exclusivamente às redes escolares ou às secretarias de educação. Trata-se de um desafio sistêmico que envolve formação inicial e continuada de professores, produção e disseminação de conhecimento aplicado, desenvolvimento curricular, inovação pedagógica e avaliação educacional. Nesse contexto, os programas de pós-graduação sediados na Bahia, em todas as áreas do conhecimento, assumem papel estratégico.

É fundamental destacar que a contribuição da pós-graduação para a Educação Básica não se restringe aos programas das áreas de Educação e Ensino. Todas as áreas acadêmicas possuem potencial significativo para impactar a escola pública, seja por meio da formação de professores em conteúdos específicos, seja pela produção de materiais didáticos inovadores, desenvolvimento de tecnologias educacionais, oferta de cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização e formulação de metodologias de ensino baseadas em evidências ou pesquisas sobre políticas públicas educacionais.

A articulação entre pós-graduação e Educação Básica deve ser entendida como dimensão transversal da missão acadêmica. Ao inserir mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos em projetos voltados às redes públicas de ensino, amplia-se a capacidade de gerar conhecimento aplicado às necessidades reais das escolas. Ao mesmo tempo, fortalece-se a formação desses pesquisadores, que passam a compreender de forma mais concreta os desafios educacionais do estado.

No caso baiano, a interiorização da pós-graduação oferece oportunidade singular. A presença de universidades estaduais e federais em diferentes regiões pode favorecer a criação de polos regionais de inovação educacional, conectando pesquisa acadêmica e redes municipais e estaduais de ensino. Contudo, essa potencialidade ainda não foi plenamente explorada de maneira coordenada e sistêmica.

Outro aspecto relevante diz respeito à formação docente. A melhoria da Educação Básica depende, em grande medida, da qualificação continuada dos professores em exercício. Os programas *stricto sensu*, especialmente na modalidade profissional, podem desempenhar papel decisivo ao oferecer formação avançada articulada às demandas concretas da prática escolar. Além disso, essa formação precisa dialogar com políticas públicas estaduais e municipais, evitando dispersão de esforços e garantindo escala.

Além disso, o acompanhamento e a avaliação sistemática dos programas indutores da CAPES e de outras agências tornam-se essenciais para assegurar que os investimentos realizados produzam impacto mensurável na qualidade da educação. A cultura de avaliação, já consolidada na pós-graduação, pode contribuir para fortalecer a gestão baseada em evidências também no âmbito da Educação Básica.

Portanto, a relação entre pós-graduação e Educação Básica deve ser concebida como política estruturante para o desenvolvimento da Bahia. A melhoria dos indicadores educacionais não apenas amplia oportunidades individuais, mas também fortalece o próprio sistema de pós-graduação, ao elevar a qualidade da formação inicial dos estudantes que futuramente ingressarão no ensino superior e nos PPGs.

Relevância das recomendações para a Bahia

Considerando a primeira recomendação (incentivar ações que fortaleçam a relação entre a pós-graduação, em suas diversas áreas, e a Educação Básica), sua implementação na Bahia deve ultrapassar iniciativas pontuais e assumir caráter institucional. Cada programa de pós-graduação pode mapear como suas linhas de pesquisa dialogam com desafios educacionais concretos.

Programas em Ciências podem desenvolver metodologias inovadoras para o ensino de matemática e ciências; programas em Saúde podem contribuir com projetos de educação em saúde e promoção do bem-estar nas escolas; áreas de Tecnologia e Engenharias podem criar soluções digitais para apoio ao ensino; programas em Ciências Humanas podem analisar políticas públicas e práticas pedagógicas; programas em Letras podem desenvolver metodologias para o letramento. A transversalidade dessa agenda amplia significativamente o potencial de impacto sistêmico.

No que se refere à segunda recomendação (consolidar e expandir programas *stricto sensu* profissionais voltados à qualificação de professores da rede pública), sua relevância é particularmente expressiva em um estado com desempenho educacional insatisfatório. A expansão de mestrados e doutorados profissionais articulados às redes estadual e municipais pode fortalecer a formação continuada, promover inovação pedagógica e gerar produtos educacionais aplicáveis às realidades locais. Para alcançar maior efetividade, tais programas devem manter forte vínculo com as secretarias de educação, garantindo alinhamento entre projetos de pesquisa e necessidades da rede.

Considerando a terceira recomendação (atrair egressos das licenciaturas para a pós-graduação *stricto sensu*, especialmente na modalidade profissional), sua implementação pode contribuir para elevar o nível de qualificação do corpo docente da Educação Básica no médio e longo prazo. Políticas de bolsas específicas, flexibilização de horários e integração com planos de carreira do magistério podem estimular jovens licenciados talentosos a permanecer na rede pública, ao mesmo tempo em que avançam academicamente. Essa estratégia fortalece a escola pública e amplia o alcance social da pós-graduação.

No tocante à quarta recomendação (promover maior aproximação entre programas de pós-graduação com linhas voltadas à Educação Básica e os programas de formação da CAPES e das redes de ensino), sua relevância reside na necessidade de coordenação institucional. A integração entre projetos acadêmicos e políticas públicas evita sobreposição de iniciativas e aumenta a escala das ações. A criação de comitês interinstitucionais envolvendo universidades e secretarias pode favorecer planejamento conjunto, definição de prioridades e monitoramento de resultados.

Por fim, considerando a quinta recomendação (incentivar a criação de grupos de pesquisa envolvendo profissionais da Educação Básica e do ensino superior), sua adoção pode fortalecer a cultura de colaboração e a produção de conhecimento. Professores da rede pública, ao participarem de grupos de pesquisa, tornam-se protagonistas na construção de soluções para seus próprios desafios. Essa aproximação reduz a distância entre teoria e prática e favorece a disseminação de inovações pedagógicas baseadas em evidências.

Em conjunto, essas recomendações apontam para um modelo de integração estruturada entre pós-graduação e escola pública, no qual a pesquisa acadêmica deixa de ser atividade isolada e passa a dialogar de forma contínua com a realidade educacional do estado.

Conclusão

O desempenho insatisfatório da Educação Básica na Bahia constitui desafio central para o desenvolvimento social e econômico do estado. A superação desse quadro exige políticas públicas consistentes, financiamento adequado e gestão eficiente, mas também demanda participação ativa e estratégica dos programas de pós-graduação.

A integração entre pós-graduação e Educação Básica não deve ser vista como responsabilidade exclusiva dos programas das áreas de Educação e Ensino. Todos os campos do conhecimento possuem potencial para contribuir com soluções inovadoras, formação qualificada de professores e produção de conhecimento aplicado às necessidades da escola pública.

A adoção articulada das recomendações aqui analisadas pode transformar a pós-graduação baiana em agente decisivo de melhoria educacional. Ao fortalecer a formação continuada, estimular redes colaborativas, atrair talentos para o magistério e promover pesquisa aplicada, os programas de pós-graduação ampliam seu impacto social e reafirmam sua relevância pública.

Em síntese, a melhoria da Educação Básica e o fortalecimento da pós-graduação são processos interdependentes. Investir na aproximação entre esses dois níveis educacionais significa não apenas enfrentar desigualdades históricas, mas também construir bases mais sólidas para o futuro científico, tecnológico e humano da Bahia.

EIXO 8: PROGRAMAS PROFISSIONAIS

Contexto

No contexto do PNPG, especialmente a partir do PNPG 2011–2020, os programas profissionais passaram a ser vistos como instrumentos estratégicos para ampliar o impacto social da pós-graduação, estimular a inovação e fortalecer a interação com empresas e instituições públicas. O PNPG 2025–2029 aprofunda essa perspectiva de forma indireta, ao valorizar a diversidade de perfis formativos e a contribuição da pós-graduação para o desenvolvimento nacional. Contudo, diante de argumentos contundentes a favor e contra os programas profissionais, a comissão responsável pela elaboração do novo Plano não chegou a um consenso sobre o valor dessa modalidade e, por essa razão, não incluiu o tema entre os eixos de destaque do documento. Os argumentos favoráveis aos programas profissionais enfatizam sua capacidade de traduzir o conhecimento científico em soluções aplicadas, formar quadros especializados para enfrentar problemas complexos do mundo real e ampliar o alcance social da pós-graduação. Seus defensores sustentam que esses programas preservam o rigor acadêmico, ainda que expressem seus resultados por meio de produtos técnicos, processos inovadores e impactos mensuráveis. Entretanto, há críticas relevantes. Um ponto central contrário refere-se à fragilidade da identidade própria dos programas profissionais, que muitas vezes se organizam de maneira muito semelhante aos programas acadêmicos, diferenciando-se apenas nominalmente. Para esses críticos, seria mais adequado que cada programa definisse sua natureza e seus objetivos específicos, sem a imposição de uma modalidade formal previamente determinada pela CAPES. Soma-se a isso o fato de que os programas profissionais, em geral, não contam com financiamento da CAPES para bolsas, o que limita o acesso, aprofunda desigualdades e fragiliza sua consolidação. Dessa forma, no âmbito do PNPG, os programas profissionais representam simultaneamente uma inovação necessária e um desafio estrutural, exigindo reflexão contínua sobre identidade, financiamento e critérios de avaliação para que possam cumprir plenamente sua função social. É por essa razão que, diferentemente da versão do PNPG 2025–2029, o documento referente à pós-graduação no estado da Bahia inclui os programas profissionais como um dos temas que merecem atenção especial.

Recomendações pertinentes

Assegurar que as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos programas profissionais tenham origem em problemas profissionais concretos, e não exclusivamente em referenciais teóricos, de modo a oferecer soluções passíveis de operacionalização e aplicação no curto e/ou médio prazo;

Incentivar que os docentes dos programas profissionais possuam experiência prévia significativa no campo profissional ao qual o programa está vinculado, permitindo também a participação, no corpo docente, de profissionais que, embora não detenham titulação de doutorado, apresentem competência profissional excepcional e reconhecida;

Criar condições para que os discentes dos programas profissionais possam permanecer inseridos em seus contextos de atuação durante o curso, utilizando o ambiente de trabalho como espaço de experimentação e de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

Conceber o TCC dos programas profissionais como um instrumento voltado à prática profissional, no qual problemas oriundos do contexto ocupacional sejam investigados e soluções concretas sejam propostas, sendo o trabalho apresentado em documento redigido de forma acessível à comunidade profissional de referência e avaliado por uma banca que inclua representantes do contexto profissional investigado;

Viabilizar a permanência dos estudantes dos programas profissionais em atividades ocupacionais durante seus estudos de pós-graduação, assegurando flexibilidade quanto aos horários e aos formatos de aprendizagem, por meio da adoção de estratégias híbridas e do uso de plataformas de educação a distância, a fim de atender às necessidades específicas de estudantes com restrições de tempo e de acesso geográfico.

Discussão

A análise da oferta de pós-graduação *stricto sensu* na Bahia revela um movimento de expansão particularmente intenso no âmbito dos programas profissionais, sobretudo no mestrado profissional, cuja produção anual quadruplicou ao longo do período analisado. Dos 226 programas existentes no estado no início de 2026, 48 eram de natureza profissional, representando proporção superior à média nacional. Esse dado, por si só, sugere que a Bahia vem assumindo papel de destaque regional na consolidação dessa modalidade, concentrando 5,3% dos programas profissionais do país e 46,6% daqueles ofertados no Nordeste.

Tal expansão deve ser interpretada à luz das orientações estabelecidas pelo PNPG 2011–2020 e, de modo indireto, o PNPG 2025–2029, que reforçam a importância da diversificação de perfis formativos e da ampliação do impacto social da pós-graduação. Ainda que o novo Plano não tenha conferido centralidade explícita aos programas profissionais, sua ênfase na contribuição da pós-graduação para o desenvolvimento nacional cria um ambiente normativo favorável à consolidação dessa modalidade. Nesse contexto, a decisão de incluir os programas profissionais como tema estratégico no planejamento da pós-graduação da Bahia revela sensibilidade às especificidades regionais e às demandas concretas de desenvolvimento econômico, social e educacional.

Entretanto, a expansão quantitativa não elimina as tensões estruturais associadas à identidade dos programas profissionais. A análise dos dados de eficiência, 86,0% no mestrado acadêmico, 75,9% no mestrado profissional e 76,6% no doutorado, indica desempenho relativamente satisfatório, mas também evidencia que os programas profissionais ainda enfrentam desafios em termos de permanência e conclusão. Parte dessas dificuldades pode estar associada ao perfil dos estudantes, frequentemente vinculados ao mercado de trabalho, com restrições de tempo e recursos.

O caso do Doutorado Profissional (DP) merece atenção especial. Embora ainda incipiente na Bahia, seu crescimento supera a média nacional, o que indica potencial de consolidação. Contudo, a mera oferta de DP por instituições que não dispõem de Doutorado Acadêmico não constitui justificativa suficiente para sua existência. O DP não deve ser concebido como alternativa de menor exigência ou como estratégia de expansão institucional, mas como modalidade dotada de finalidade própria, voltada à formação de lideranças profissionais capazes de intervir qualificada e estrategicamente em seus contextos de atuação.

A construção dessa identidade própria constitui, provavelmente, o principal desafio futuro. O fato de que a totalidade dos docentes atualmente vinculados aos DPs seja formada em doutorados acadêmicos contribui para a reprodução de referenciais teóricos e formatos tradicionais de pesquisa. Embora o rigor científico deva ser preservado, é necessário que o DP se distancie da lógica exclusivamente acadêmica e fortaleça competências como liderança institucional, tomada de decisão baseada em evidências, comunicação estratégica e inovação aplicada. A produção de conhecimento novo pode e deve ocorrer, mas ancorada em problemas concretos e em impactos verificáveis no campo profissional.

Nesse sentido, a consolidação dos programas profissionais na Bahia dependerá menos da continuidade da expansão numérica e mais da capacidade de redefinir sua missão, seus critérios de avaliação e seus mecanismos de financiamento. A ausência de bolsas específicas para essa modalidade constitui obstáculo relevante, pois limita o acesso e aprofunda desigualdades. Ao mesmo tempo, a necessidade de flexibilidade formativa, especialmente por meio do ensino híbrido e da Educação a Distância, coloca em evidência a importância de uma revisão das normativas nacionais que restringem tais modalidades na pós-graduação.

Assim, as implicações centrais deste diagnóstico apontam para três dimensões estratégicas: (a) consolidação de identidade; (b) adequação de modelos formativos ao perfil do estudante trabalhador; e (c) articulação entre avaliação, financiamento e impacto social.

Relevância das recomendações para a Bahia

As cinco recomendações apresentadas respondem diretamente às tensões e potencialidades identificadas na análise.

A primeira recomendação (assegurar que as pesquisas tenham origem em problemas profissionais concretos) é fundamental para diferenciar estruturalmente os programas profissionais dos acadêmicos. Ao deslocar o ponto de partida da investigação para demandas reais do campo ocupacional, fortalece-se a legitimidade social da modalidade e amplia-se sua capacidade de produzir inovação aplicada. Tal orientação contribui para superar a crítica recorrente de que muitos programas profissionais reproduzem modelos acadêmicos apenas com nomenclatura distinta.

A segunda recomendação (incentivar a presença de docentes com experiência profissional significativa, inclusive admitindo profissionais de notório saber sem doutorado) possui elevada relevância estratégica. Ela amplia a conexão com o mundo do trabalho e diversifica o capital simbólico do corpo docente. Essa medida pode contribuir para alterar a cultura institucional, favorecendo uma abordagem mais pragmática e orientada a resultados. Ao mesmo tempo, requer critérios rigorosos de seleção e mecanismos claros de avaliação, de modo a preservar o padrão de qualidade.

A terceira recomendação (permitir que os discentes permaneçam inseridos em seus contextos de atuação) dialoga diretamente com o perfil do público-alvo dos programas profissionais. A utilização do ambiente de trabalho como espaço de experimentação transforma o curso em laboratório vivo de intervenção e aprendizagem, aumentando a relevância prática das atividades acadêmicas e reduzindo a evasão decorrente da incompatibilidade entre estudo e ocupação.

A quarta recomendação (redefinir o TCC como instrumento voltado à prática profissional, com linguagem acessível e participação de avaliadores externos ao meio acadêmico) representa passo decisivo para a consolidação da identidade do programa. Ao incluir representantes do campo profissional nas bancas, cria-se mecanismo de validação social do conhecimento produzido, aproximando avaliação acadêmica e impacto concreto.

Por fim, a quinta recomendação (assegurar flexibilidade por meio de estratégias híbridas e uso de plataformas de Educação a Distância) constitui condição quase estrutural para a sustentabilidade da modalidade. Em um estado com desigualdades regionais significativas e extensões territoriais amplas como a Bahia, a incorporação de formatos híbridos pode ampliar o acesso, reduzir custos indiretos e favorecer a interiorização da pós-graduação. Tal medida também reforça a coerência entre a proposta dos programas profissionais e as demandas contemporâneas por inovação pedagógica.

Conjuntamente, as cinco recomendações formam um conjunto coerente e articulado, que atua simultaneamente sobre currículo, corpo docente, perfil discente, produto final e modelo pedagógico. Sua implementação integrada tende a fortalecer a identidade dos programas profissionais, elevar sua eficiência e ampliar seu impacto social.

Conclusão

A trajetória recente dos programas profissionais na Bahia evidencia expansão significativa e potencial estratégico para o desenvolvimento regional. Contudo, o crescimento quantitativo, embora relevante, não é suficiente para assegurar consolidação institucional e reconhecimento social duradouro.

O principal desafio reside na construção de uma identidade própria, claramente diferenciada do modelo acadêmico tradicional, mas igualmente rigorosa e socialmente legítima. Essa identidade deve estar ancorada na resolução de problemas concretos, na formação de lideranças profissionais e na produção de soluções aplicáveis, sem abrir mão da fundamentação teórica e metodológica consistente.

As cinco recomendações apresentadas oferecem diretrizes concretas para enfrentar esse desafio. Ao fortalecer a vinculação com problemas reais, diversificar o perfil docente, integrar o ambiente de trabalho ao processo formativo, redefinir o TCC e ampliar a flexibilidade pedagógica, cria-se base estruturante para um modelo de pós-graduação profissional coerente com as demandas contemporâneas.

No caso específico do Doutorado Profissional, o momento é particularmente decisivo. Sua consolidação dependerá de esforço coletivo dos programas e de articulação com as políticas nacionais de avaliação e financiamento. A revisão de restrições relativas ao ensino híbrido e à Educação a Distância, bem como a ampliação de mecanismos de apoio financeiro, constituem medidas essenciais para sua sustentabilidade.

Em síntese, os programas profissionais representam, para a Bahia, não apenas uma modalidade alternativa de formação, mas uma oportunidade estratégica de alinhar a pós-graduação às necessidades do desenvolvimento regional. Sua consolidação exigirá clareza conceitual, inovação pedagógica e compromisso institucional, mas os dados indicam que o estado dispõe de base suficiente para avançar nessa direção de forma consistente e sustentável.

EIXO 9: PROGRAMAS A DISTÂNCIA E O ENSINO HÍBRIDO

Contexto

A incorporação da educação a distância (EAD) na pós-graduação brasileira é resultado de um processo gradual, marcado por avanços tecnológicos, mudanças regulatórias e intensos debates acadêmicos. Inicialmente associada sobretudo à educação básica e à graduação, a EAD passou a ser considerada de forma mais sistemática na pós-graduação *stricto sensu* a partir dos anos 2000, com o fortalecimento das tecnologias digitais de informação e comunicação e a ampliação das políticas de democratização do acesso ao ensino superior. O Conselho Nacional de Educação, historicamente cauteloso, reconheceu a EAD como modalidade possível na pós-graduação em 2017, designando a CAPES como responsável por sua regulação e avaliação. Contudo, até o presente momento, apenas um programa nessa modalidade foi aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES, refletindo um debate acirrado sobre sua relevância para o nível mais elevado da estrutura educacional do país. O tema não é abordado diretamente no PNPG 2025–2029, apesar de sua forte associação com a agenda de expansão, inclusão, interiorização e redução de desigualdades regionais. Sua omissão como eixo específico, assim como ocorreu no caso dos programas profissionais, decorre da falta de consenso entre os membros da comissão responsável pela elaboração do Plano, uma vez que as vantagens da EAD são frequentemente relativizadas por cautelas relacionadas à preservação do rigor acadêmico, da interação formativa e da qualidade da pesquisa. Também omitida do novo Plano, por razões paralelas, está a questão do uso do ensino híbrido, compreendido não como uma modalidade, mas como uma metodologia de ensino e aprendizagem que combina, de forma planejada, atividades presenciais e mediadas por tecnologias digitais. Diferentemente da EAD, o ensino híbrido pode ser aplicado tanto em programas presenciais quanto em programas a distância, reorganizando tempos, espaços e práticas pedagógicas.

Seus defensores destacam o potencial de personalização da aprendizagem, o estímulo à autonomia discente e a ampliação das possibilidades de interação e colaboração acadêmica. As críticas, contudo, alertam para o risco de confusão conceitual entre modalidade e metodologia, o que pode levar à adoção acrítica de soluções tecnológicas sem o devido suporte pedagógico e institucional. Também se apontam desigualdades no acesso à infraestrutura digital, sobrecarga docente e desafios na avaliação da qualidade formativa. Assim, no debate contemporâneo da pós-graduação brasileira, a distinção clara entre programas EAD e ensino híbrido revela-se fundamental para orientar políticas públicas, práticas institucionais e estratégias de avaliação, garantindo inovação com qualidade e compromisso acadêmico. É por essa razão que, diferentemente do PNPG 2025–2029, um tema abrangendo ambos os processos, baseados no uso intensivo de tecnologias digitais, é incluído no presente documento.

Recomendações pertinentes

Promover a capilarização da pós-graduação na Bahia por meio da educação a distância de qualidade, ampliando o acesso e oferecendo oportunidades de formação àqueles que, até o momento, encontram-se excluídos da pós-graduação em razão de limitações geográficas e ocupacionais;

Assegurar a qualidade da oferta de pós-graduação a distância, por meio de processos sistemáticos de avaliação interna e externa, envolvendo as instituições de educação superior, seus departamentos e seus docentes em todas as etapas desses processos;

Estimular a capilarização da pós-graduação na Bahia por meio do ensino híbrido de qualidade, integrando atividades presenciais e remotas de forma planejada e pedagógica, com vistas à ampliação do acesso à pós-graduação;

Garantir a qualidade dos cursos de pós-graduação ofertados na modalidade híbrida, mediante mecanismos contínuos de avaliação e acompanhamento, com a participação das instituições de educação superior, de seus departamentos acadêmicos e do corpo docente;

Aperfeiçoar as tecnologias de ensino aplicadas à pós-graduação, por meio do incentivo à pesquisa, à inovação pedagógica e a ações de fomento promovidas por instituições de ensino superior e/ou de pesquisa do estado da Bahia.

Análise e implicações

Discussão

A expansão e a transformação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, nas últimas décadas, impõem a necessidade de repensar suas formas de organização acadêmica, seus modelos pedagógicos e suas estratégias de inclusão territorial. Nesse contexto, dois conceitos assumem centralidade no debate contemporâneo: a Educação a Distância (EAD) e o Ensino Híbrido. Embora frequentemente tratados como equivalentes no discurso público, trata-se de concepções distintas, com fundamentos normativos, pedagógicos e institucionais próprios. Compreendê-las separadamente é condição para avaliar seu potencial estratégico para a pós-graduação, especialmente em estados com grandes desigualdades regionais, como a Bahia.

A Educação a Distância é uma modalidade educacional formalmente reconhecida pela legislação brasileira e regulamentada, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, pela CAPES. Diferentemente do ensino presencial, cuja lógica se organiza em torno da presença física regular entre docentes e discentes, a EAD estrutura-se com base na mediação pedagógica realizada por tecnologias digitais de informação e comunicação. Essa mediação não é complementar, mas constitutiva do modelo.

A EAD envolve desenho curricular específico, organização administrativa própria, infraestrutura tecnológica adequada, materiais didáticos planejados para mediação remota, sistemas de tutoria e mecanismos de acompanhamento e avaliação coerentes com a modalidade. Não se trata de mera transposição de conteúdos presenciais para plataformas digitais, mas da concepção de um projeto pedagógico originalmente estruturado para funcionar em ambiente mediado tecnologicamente.

No Brasil, a EAD consolidou-se de forma robusta na graduação. Na pós-graduação *stricto sensu*, contudo, sua implementação foi tardia e cercada de cautelas. A partir de 2019, a CAPES passou a regulamentar e autorizar programas nessa modalidade, reconhecendo seu potencial para ampliar o acesso e promover a interiorização qualificada. Paradoxalmente, no momento atual observa-se movimento de maior restrição e desincentivo à modalidade, apesar de sua relevância estratégica para estados extensos e desiguais.

Até o presente, existe apenas um programa de pós-graduação *stricto sensu* plenamente estruturado na modalidade EAD no país, fato que evidencia o caráter ainda incipiente dessa política. Em um sistema que titula anualmente dezenas de milhares de mestres e doutores, a existência de apenas um programa EAD revela parcimônia excessiva. Em vez de representar risco sistêmico à qualidade, a modalidade permanece residual e altamente regulada.

Para a Bahia, essa realidade é particularmente significativa. Com mais de 560 mil km² de extensão territorial e 417 municípios, muitos deles distantes dos principais polos universitários, concentrados em Salvador, Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, Vitória da Conquista, Barreiras e Cruz das Almas —, a oferta predominantemente presencial limita o acesso de profissionais residentes no semiárido, no Oeste e no extremo sul. O número de estudantes de pós-graduação *stricto sensu* em relação à população total do estado permanece relativamente baixo quando comparado às regiões Sul e Sudeste, onde a densidade de programas por habitante é historicamente maior.

Além disso, a Bahia possui uma das maiores redes estaduais de educação básica do país, com dezenas de milhares de professores em exercício. Grande parte desses profissionais encontra dificuldades para afastar-se de seus municípios para cursar mestrado ou doutorado presenciais. A EAD de qualidade poderia ampliar significativamente o acesso desses docentes à formação avançada, com impacto direto na melhoria da educação básica e na qualificação da gestão pública municipal.

A pandemia de Covid-19 demonstrou, ainda que de forma emergencial, a viabilidade técnica de interações acadêmicas mediadas digitalmente. Orientações por videoconferência, bancas remotas, seminários virtuais e redes de pesquisa interinstitucionais tornaram-se práticas consolidadas. Ignorar esse aprendizado institucional significa desperdiçar capital tecnológico e pedagógico já acumulado.

O Ensino Híbrido, por sua vez, não constitui modalidade autônoma, mas abordagem pedagógica aplicada a cursos presenciais. Caracteriza-se pela integração intencional entre atividades presenciais e atividades mediadas por tecnologias digitais, reorganizando tempos, espaços e metodologias.

Enquanto a EAD responde prioritariamente a desafios de acesso e territorialidade, o ensino híbrido responde a desafios de inovação pedagógica e qualificação do processo formativo. Ele redefine o papel do docente e do discente, incorporando metodologias ativas, aprendizagem baseada em problemas, projetos colaborativos e uso estratégico de ambientes virtuais de aprendizagem.

Na pós-graduação baiana, o ensino híbrido pode ampliar significativamente redes de cooperação científica. Disciplinas compartilhadas entre instituições de educação superior envolvendo parceiros tanto dentro como fora do estado poderiam integrar momentos presenciais e remotos, racionalizando recursos e ampliando o acesso a especialistas. Bancas com membros internacionais podem ocorrer sem custos elevados de deslocamento, fortalecendo a inserção global dos programas.

Em termos quantitativos, mesmo uma flexibilização parcial da carga horária presencial pode ampliar a atratividade dos cursos para profissionais em exercício. O ensino híbrido, portanto, não substitui a presencialidade, mas a qualifica e a torna mais inclusiva.

Relevância das recomendações para a Bahia

As cinco recomendações apresentadas no início deste texto devem ser compreendidas como componentes integrados de uma política estadual de pós-graduação voltada à expansão com qualidade e equidade.

A promoção da capilarização por meio da EAD responde diretamente à geografia e à demografia baianas. Em um estado com grande dispersão populacional e desigualdades regionais acentuadas, restringir a expansão da modalidade significa limitar oportunidades para milhares de potenciais estudantes qualificados.

A garantia de qualidade na EAD é condição indispensável para sua legitimidade. Avaliações rigorosas conduzidas pela CAPES, combinadas com sistemas internos de monitoramento, podem assegurar padrões equivalentes aos presenciais. A experiência internacional demonstra que qualidade e mediação digital não são categorias antagônicas.

O estímulo ao ensino híbrido amplia o alcance dos programas existentes sem necessidade imediata de criação de novos campi físicos. Trata-se de estratégia eficiente do ponto de vista orçamentário e acadêmico, especialmente em contextos de restrição fiscal.

A avaliação contínua dos cursos híbridos e a participação ativa de departamentos e docentes fortalecem a cultura institucional de qualidade, evitando improvisações e garantindo integração pedagógica real.

Por fim, o aperfeiçoamento das tecnologias de ensino e o incentivo à inovação pedagógica posicionam a Bahia na vanguarda de um movimento global de transformação digital da educação superior. Investimentos coordenados da FAPESB e das universidades estaduais e federais podem estimular pesquisas sobre metodologias digitais aplicadas à formação de mestres e doutores, criando inclusive nichos de especialização científica no próprio estado.

Conclusão

Educação a Distância e Ensino Híbrido representam respostas distintas e complementares aos desafios contemporâneos da pós-graduação brasileira. No caso da Bahia, sua relevância é ampliada por fatores territoriais, demográficos e socioeconômicos específicos. A existência de apenas um programa *stricto sensu* EAD no país evidencia que não há expansão descontrolada a ser contida, mas sim potencial ainda pouco explorado. Um movimento de desincentivo à modalidade pode comprometer estratégias de interiorização e democratização do acesso justamente em estados onde a relação entre número de pós-graduandos e população é relativamente baixa.

A construção de uma política estadual que incorpore, com rigor e planejamento, a EAD e o Ensino Híbrido pode contribuir para ampliar o acesso, fortalecer a qualidade acadêmica e promover desenvolvimento regional sustentável baseado no conhecimento. O desafio não reside em opor modalidades, mas em utilizá-las estrategicamente para que a pós-graduação baiana avance em direção a maior capilaridade, excelência e impacto social.

EIXO 10: AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Contexto

O capítulo do PNPG dedicado à avaliação aponta como desafio central a necessidade de repensar e reformular o modelo avaliativo atualmente em vigor. Entretanto, o foco deste documento não é a avaliação da CAPES em si, mas sim suas repercussões para as instituições do estado da Bahia, incluindo as IES, os programas e as agências. Parte-se do entendimento de que a avaliação deve estar, sobretudo, orientada para a sociedade, estimulando a reflexão sobre a conversão do conhecimento produzido em valor econômico e/ou social. Nesse sentido, deve priorizar a qualidade do processo formativo na pós-graduação, bem como o impacto social, cultural, ambiental e econômico dos programas de pós-graduação, atribuindo centralidade à autoavaliação e ao planejamento estratégico dos programas e das instituições. Ademais, o modelo avaliativo deve reconhecer e valorizar a diversidade constitutiva do SNPG, considerando os distintos modos de produção e circulação do conhecimento científico na sociedade contemporânea e interconectada. A diversidade entre as áreas de avaliação deve ser compreendida como um valor a ser preservado, evitando-se preconceitos e formas de dominação cultural ainda presentes no sistema de organização do conhecimento. Nessa perspectiva, os processos de avaliação no âmbito do SNPG devem buscar: (a) reduzir ou minimizar as assimetrias regionais e intrarregionais, respeitando a diversidade de objetivos e de escopos de atuação das IES brasileiras e vinculando a avaliação dos programas consolidados a estratégias de solidariedade voltadas a esse propósito; (b) promover maior equidade na representação da diversidade étnica, social, sexual e de gênero nos programas e nas IES, estimulando a construção de ambientes plurais e inclusivos; (c) atender às demandas específicas de pessoas com adoecimento físico ou mental, conferindo maior humanização aos processos avaliativos; e (d) induzir a convergência científica e tecnológica, fomentando o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento na busca de soluções para desafios relacionados à ampliação da cognição e da comunicação humanas e ao aprimoramento das relações sociais.

Recomendações pertinentes

Induzir a implementação da política de autoavaliação dos PPGs, para que estes definam de modo claro e consistente sua capacidade formadora, assegurando a participação dos agentes envolvidos na autoavaliação e valorizando um olhar global e construtivo;

Promover o debate sobre a diversidade regional de IESs e PPGs, apoiando a criação de cursos de qualidade que apresentem objetivos estratégicos, voltados para a inserção local e/ ou regional;

Utilizar a avaliação como base para a elaboração de políticas públicas que contribuam para a correção das assimetrias entre as regionais da Bahia;

Incentivar a formulação de políticas afirmativas por parte de PPGs e IESs, tornando-as parâmetros relevantes da avaliação;

Incluir na avaliação da pós-graduação parâmetros que valorizam as práticas desenvolvidas pelos PPGs para proporcionar um ambiente acadêmico mais saudável e monitorar os casos de atraso, evasão ou afastamento causados por problemas de saúde física e mental.

Análise e implicações

Discussão

A discussão sobre avaliação da pós-graduação na Bahia deve partir do reconhecimento de que o modelo conduzido pela CAPES exerce influência estruturante sobre o funcionamento dos programas de pós-graduação, moldando prioridades institucionais, estratégias de financiamento, políticas de contratação docente e critérios de internacionalização. Embora o presente texto não tenha como foco a reformulação do sistema nacional de avaliação, suas repercussões no contexto baiano são profundas e exigem resposta estratégica por parte das instituições de educação superior e dos próprios programas.

A elevação da nota CAPES não depende exclusivamente do aumento da produção bibliográfica, mas da consolidação de um projeto acadêmico coerente, consistente e socialmente relevante. Nesse sentido, a autoavaliação emerge como instrumento central de governança acadêmica.

A autoavaliação, quando compreendida apenas como exigência formal, tende a produzir relatórios descritivos pouco transformadores. Entretanto, quando incorporada como política permanente de gestão, torna-se mecanismo estratégico para alinhar missão, metas e resultados.

Para os programas baianos, isso implica a construção de indicadores próprios, articulados aos critérios da CAPES, mas adaptados às vocações institucionais e regionais. Na busca para sua melhoria, programas devem demonstrar clareza quanto à sua identidade científica, à coerência entre linhas de pesquisa e produção docente, à qualidade das dissertações e teses defendidas e à inserção social efetiva.

A experiência da UFBA com o estabelecimento da Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento (SUPAD) indica a importância de dispor de uma coordenação central para orientar e monitorar os processos de autoavaliação promovidos pelos PPGs da instituição, bem como para manter um sistema institucional de acompanhamento de egressos.

Os dados de avaliações recentes da CAPES mostram que programas com conceitos 5 ou superiores apresentam algumas características recorrentes: produção científica qualificada e distribuída entre docentes permanentes; presença significativa de bolsas de produtividade; inserção internacional consistente; tempo médio de titulação adequado; baixa evasão; e planejamento estratégico institucionalizado. Na Bahia, a superação das assimetrias internas passa necessariamente pela adoção sistemática de práticas de monitoramento contínuo desses indicadores.

Além disso, a avaliação contemporânea exige demonstração de impacto social. A Bahia, com suas especificidades socioeconômicas e culturais, oferece amplo campo para produção de conhecimento aplicado a desafios concretos - saúde pública, educação básica, sustentabilidade ambiental, agricultura familiar, inovação social e tecnológica. Programas que articulam pesquisa de qualidade com impacto mensurável na realidade regional tendem a fortalecer sua posição avaliativa, pois demonstram aderência às diretrizes mais recentes da CAPES.

Outro aspecto crucial refere-se à redução das assimetrias regionais e intrarregionais. No interior do estado, muitos programas enfrentam limitações estruturais que dificultam sua consolidação. A política de avaliação deve ser interpretada não apenas como mecanismo de classificação, mas como instrumento indutor de solidariedade acadêmica. Programas consolidados podem contribuir por meio de redes de cooperação, projetos interinstitucionais e coorientações, fortalecendo o sistema estadual como um todo.

A promoção da equidade e da diversidade também deve ser integrada ao planejamento estratégico dos programas de pós-graduação. A avaliação tende a valorizar ambientes acadêmicos inclusivos e atentos às políticas afirmativas. A adoção de ações estruturadas voltadas à diversidade étnicoracial, social e de gênero, bem como o monitoramento de indicadores de permanência e sucesso acadêmico, pode contribuir tanto para a qualidade formativa quanto para o desempenho avaliativo.

Finalmente, a humanização dos processos formativos constitui dimensão crescente da avaliação. A atenção às condições de saúde física e mental dos discentes e docentes, bem como a implementação de mecanismos de acompanhamento e apoio, não apenas melhora o ambiente acadêmico, mas reduz atrasos e evasão (indicadores diretamente observados nos relatórios de avaliação).

Relevância das recomendações para a Bahia

Considerando a primeira recomendação (induzir a implementação da política de autoavaliação dos programas), sua relevância para a Bahia é decisiva. Programas que desejam elevar sua nota na CAPES precisam transformar a autoavaliação em prática institucional contínua, com participação efetiva de docentes, discentes, egressos e parceiros externos. Isso implica a definição clara de metas plurianuais, análise sistemática da produção intelectual, acompanhamento do tempo de titulação e avaliação do impacto das ações de internacionalização e inserção social. A criação de comissões permanentes de autoavaliação, com relatórios anuais e planos de melhoria, pode fortalecer a cultura de planejamento estratégico e antecipar fragilidades antes do ciclo avaliativo oficial.

No que se refere à segunda recomendação (promover o debate sobre diversidade regional e apoiar cursos com objetivos estratégicos voltados à inserção local), sua implementação pode contribuir para consolidar a identidade dos programas baianos. Nem todos os programas de pós-graduação precisam seguir o mesmo modelo de internacionalização ou de perfil produtivo. Programas com forte inserção regional podem alcançar excelência ao demonstrar impacto local consistente, desde que mantenham rigor acadêmico e produção qualificada. A clareza de missão e a coerência entre objetivos, linhas de pesquisa e resultados constituem elementos valorizados na avaliação.

Considerando a terceira recomendação (utilizar a avaliação como base para políticas públicas de correção de assimetrias), sua importância para a Bahia é estratégica. A análise dos conceitos CAPES pode orientar políticas estaduais de fomento diferenciado, priorizando programas emergentes com potencial de crescimento. O apoio direcionado à qualificação docente, à atração de pesquisadores produtivos e à consolidação de grupos de pesquisa pode acelerar a elevação de notas em áreas estratégicas. Programas com conceito 3 ou 4 podem avançar ao fortalecer produção qualificada, ampliar cooperação interinstitucional e melhorar indicadores de formação discente.

No tocante à quarta recomendação (incentivar políticas afirmativas nos programas de pós-graduação), sua adoção não apenas responde a demandas sociais, mas pode fortalecer o ambiente acadêmico e a avaliação institucional. Programas que implementam ações afirmativas estruturadas, com monitoramento de permanência e sucesso acadêmico, demonstram compromisso com equidade e responsabilidade social. A valorização dessas práticas nos relatórios de avaliação contribui para evidenciar maturidade institucional.

Por fim, considerando a quinta recomendação (incluir parâmetros que valorizem ambientes acadêmicos saudáveis e monitorar atrasos e evasões por motivos de saúde), sua implementação possui impacto direto na qualidade formativa e nos indicadores avaliativos. Programas que acompanham sistematicamente o tempo médio de titulação, identificam causas de evasão e oferecem suporte psicológico ou pedagógico tendem a apresentar melhores resultados quantitativos e qualitativos. A institucionalização de políticas de cuidado acadêmico pode reduzir retenções prolongadas e melhorar a eficiência formativa, aspecto central na avaliação da CAPES.

Conclusão

A avaliação da pós-graduação, no contexto baiano, deve ser compreendida como instrumento de aprimoramento institucional e não apenas como mecanismo classificatório. A elevação das notas CAPES depende da capacidade dos programas de integrarem planejamento estratégico, produção científica qualificada, inserção social relevante e governança acadêmica eficaz.

A adoção sistemática de políticas de autoavaliação constitui o eixo estruturante desse processo. Programas que monitoram seus indicadores, revisam metas periodicamente, fortalecem redes de cooperação e investem na qualificação docente ampliam significativamente suas chances de progressão nos conceitos avaliativos. Paralelamente, políticas públicas estaduais orientadas pela análise dos resultados da avaliação podem reduzir desigualdades internas e consolidar áreas estratégicas.

Em síntese, a melhoria do desempenho dos programas de pós-graduação da Bahia não depende exclusivamente do aumento quantitativo da produção científica, mas da consolidação de uma cultura institucional orientada por dados, planejamento estratégico, inclusão e impacto social. Implementadas de forma articulada e sustentada, as recomendações aqui discutidas podem contribuir para elevar a qualidade e a relevância da pós-graduação baiana, fortalecendo sua posição no cenário nacional e ampliando sua contribuição para o desenvolvimento científico e socioeconômico do estado.

Nesse contexto, as atividades de avaliação devem ser incorporadas de modo sistemático ao monitoramento e à análise, tanto formativa quanto somativa, das políticas decorrentes da proposta de aprimoramento da pós-graduação *stricto sensu* na Bahia, conforme delineada preliminarmente na conclusão deste documento, apresentada a seguir.

PROPOSTA PARA A MELHORIA DA PÓS-GRADUAÇÃO NA BAHIA

À luz das análises desenvolvidas ao longo deste documento, bem como das diretrizes estabelecidas no âmbito do VII PNPG (2025–2029), apresenta-se, a seguir, uma proposta preliminar voltada ao fortalecimento e à qualificação da pós-graduação *stricto sensu* no estado da Bahia.

Os dados examinados evidenciam avanços significativos nas últimas duas décadas: expansão do número de programas, crescimento expressivo do corpo docente e discente, ampliação das titulações, aumento consistente da produção científica e fortalecimento do processo de interiorização. Todavia, também revelam fragilidades estruturais persistentes: assimetrias regionais e institucionais, baixa proporção de programas com notas 6 e 7, sub-representação das Engenharias e de áreas estratégicas, limitada participação em redes internacionais de alto impacto, insuficiência no financiamento estadual via FAPESB e defasagem relativa no número de bolsas de produtividade do CNPq.

A proposta preliminar delineada aqui estrutura-se em oito eixos estratégicos integrados, concebidos para orientar ações coordenadas entre Governo do Estado, universidades, agências de fomento, setor produtivo e sociedade civil.

Consolidação da Qualidade e Elevação dos Conceitos CAPES dos programas Baianos:

A prioridade central deve ser a elevação do padrão médio de qualidade dos programas, com foco explícito na transição de cursos com conceito 3 para conceito 4, e destes para 5, bem como na ampliação do número de programas com notas 6 e 7.

Para tanto, recomenda-se:

Implantação de um sistema estadual permanente de monitoramento de egressos e de indicadores estratégicos (produção qualificada, internacionalização, tempo de titulação, captação de recursos, inserção social).

Criação de editais estaduais seletivos voltados ao fortalecimento de programas com potencial de consolidação.

Apoio diferenciado a programas já consolidados, visando sua projeção internacional e elevação ao patamar de excelência.

Apoio diferenciado a programas já consolidados, visando sua projeção internacional e elevação ao patamar de excelência.

Estímulo à formação de redes intraestaduais entre programas emergentes e programas consolidados.

O objetivo é construir um ciclo virtuoso no qual avaliação, planejamento e fomento estejam articulados de forma estratégica.

Promoção da Equidade e da Diversidade dos Integrantes da Pós-Graduação Baiana

Deve-se incentivar as ações afirmativas no conjunto do sistema baianas de pós-graduação, além de implementar atividades acadêmicas complementares que contribuam para a equidade e a redução da evasão.

Assim, sugere-se:

Institucionalização e ampliação das ações afirmativas nos programas de pós-graduação.

Implementação de ações como bolsas, auxílio-moradia e alimentação, além de programas de nivelamento em metodologia científica, escrita acadêmica e línguas estrangeiras.

Promoção de ações que assegurem a diversidade dos corpos docentes e técnicos dos programas de pós-graduação na Bahia.

Realização do censo estadual da diversidade na pós-graduação baiana, envolvendo docentes e discentes.

Redução das Assimetrias Intra-regionais e Fortalecimento da Interiorização Qualificada

A interiorização da pós-graduação é uma das conquistas mais relevantes do estado. Contudo, o crescimento quantitativo precisa ser acompanhado de consolidação qualitativa.

Propõe-se:

Apoio estruturado a programas localizados no interior do estado com potencial de crescimento.

Criação de polos interinstitucionais temáticos em regiões estratégicas.

Incentivos à mobilidade docente e discente entre capital e interior.

Programas de doutorado interinstitucionais voltados à consolidação de grupos emergentes.

O objetivo não é apenas expandir geograficamente a oferta, mas garantir que a interiorização se traduza em produção científica, formação qualificada e impacto regional.

Reequilíbrio da Distribuição dos Programas por Áreas Estratégicas

Os dados evidenciam sub-representação das Engenharias, das Ciências Exatas e de áreas tecnológicas associadas à inovação e às patentes.

Recomenda-se:

Indução estratégica para criação e fortalecimento de programas em Engenharias e tecnologias emergentes.

Parcerias estruturadas com o setor produtivo.

Apoio a laboratórios multiusuários e infraestrutura tecnológica compartilhada.

Integração mais intensa entre programas acadêmicos e profissionais.

A diversificação da base científica é condição essencial para ampliar a capacidade inovadora do estado.

Internacionalização Estruturada e Sustentável

Apesar dos avanços, a presença internacional da pós-graduação baiana ainda é limitada em comparação aos centros mais consolidados do país.

Propõe-se:

Programas estaduais de apoio à cooperação internacional de médio e longo prazo.

Incentivo à orientação internacional e à dupla titulação.

Apoio à publicação em periódicos de alto impacto.

Inserção estratégica em redes globais de pesquisa.

A internacionalização deve ser tratada como instrumento de qualificação científica e não como ação episódica.

Integração com Educação Básica e Impacto Social

Considerando o desempenho insatisfatório da Educação Básica no estado, a pós-graduação deve assumir papel mais ativo na formação docente, na produção de soluções educacionais e na avaliação de políticas públicas.

Sugere-se:

Ampliação de programas profissionais voltados à formação de professores.

Criação de redes entre PPGs e sistemas municipais e estadual de ensino.

Desenvolvimento de projetos aplicados com impacto mensurável.

Avaliação sistemática da inserção social dos programas.

A pós-graduação deve ser vetor estruturante de melhoria educacional e não apenas produtora de conhecimento acadêmico.

Fortalecimento do Fomento Estadual e Sustentabilidade Financeira

O cumprimento integral do repasse constitucional à FAPESB é condição indispensável para o avanço sustentável da pós-graduação.

Recomenda-se:

Garantia de execução integral do percentual legal destinado à Fundação.

Ampliação de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Criação de linhas específicas para programas emergentes.

Editais conjuntos entre FAPESB, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Sem estabilidade financeira, não há planejamento consistente nem consolidação da qualidade.

Renovação e Valorização do Corpo Docente e Formação de Lideranças

O envelhecimento do corpo docente e a baixa proporção de bolsas de produtividade nível 1 indicam a necessidade de políticas voltadas à renovação geracional e à formação de lideranças científicas.

Propõe-se:

Programas de atração e fixação de jovens doutores.

Estímulo à progressão de pesquisadores aos níveis superiores do sistema de bolsas.

Incentivo à liderança de redes e projetos interinstitucionais.

Políticas ativas de equidade de gênero e diversidade nas áreas sub-representadas.

A sustentabilidade da pós-graduação depende da formação de uma nova geração de pesquisadores altamente qualificados.

Considerações Finais sobre a Proposta

A pós-graduação *stricto sensu* na Bahia alcançou, nas últimas décadas, um patamar de consolidação impensável no início do século XXI. O estado ampliou sua base científica, interiorizou a oferta, expandiu a titulação de mestres e doutores e fortaleceu sua produção intelectual.

Entretanto, a comparação com o cenário nacional revela que a Bahia ainda ocupa posição intermediária no Sistema Nacional de Pós-Graduação. O desafio para o período 2026–2029 não é apenas crescer, mas qualificar, consolidar e projetar internacionalmente sua pós-graduação.

A proposta preliminar aqui delineada parte do pressuposto de que políticas públicas eficazes exigem coordenação interinstitucional, estabilidade de financiamento, planejamento orientado por dados e visão estratégica de longo prazo. Se implementadas de forma articulada, as ações propostas poderão posicionar a Bahia não apenas como líder regional em quantidade de programas, mas como referência nacional em qualidade, inovação e impacto social.

O horizonte desejado é uma pós-graduação mais equitativa, mais internacionalizada, mais tecnologicamente robusta e mais comprometida com os desafios estruturais do estado, capaz de formar pesquisadores, lideranças e soluções para o desenvolvimento sustentável da Bahia.

REFERÊNCIAS¹⁹

BRASIL, CAPES. Avaliação da pós-graduação stricto sensu no Brasil: Histórico, procedimentos e conceitos. Relatório Técnico DAV n. 7. Brasília, DF: Ministério de Educação, 2023b Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-deconteudo/documentos/avaliacao/26102023_relatoriotecnicodavn7.pdf

CAPES (Brasil). Plano Nacional de Pós-Graduação 2025–2029. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2025.

CGEE, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasil: Mestres e Doutores 2024. Brasília, DF: CGEE, 2024. Disponível em: <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br>

FIALHO, N.H. Universidades multicampi. Educação Brasileira, Brasília, v. 25, n.50 e 51, p. 139- 168, 2003.

GAEBEL, M.; ZHANG, T. Trends 2024: European Higher Education in Transition. Brussels: European University Association, 2024. Disponível em <https://www.eua.eu/publications/reports/trends-2024.html>

MACEDO, F.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA (org.), A. Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no século XXI. Brasília: IPEA, 2022. DOI <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1>

OECD. Education at a Glance 2025: OECD Indicators, Paris: OECD Publishing, 2025. DOI <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>.

OLIVEIRA, M.R.; ALMEIDA, J. Programas de pós-graduação interdisciplinares: contexto, contradições e limites do processo de avaliação da CAPES. Revista Brasileira de PósGraduação, v. 8, n. 15, 2011. DOI <https://doi.org/10.21713/2358-2332>

PINTO, A.L.B.V. Advancing the evaluation of graduate education: Towards a multidimensional model in Brazil. Leiden: Universiteit Leiden, 2023. Disponível em: <https://scholarlypublications.universiteitleiden.nl/handle/1887/3645840>

SANTOS, F.; AMARAL, P.; LUZ, Expansão do ensino superior e a distribuição regional de universidades brasileiras. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 25, e202317, 2023. DOI <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202317>

¹⁹ Este documento utilizou o Chat GPT para revisão e aprimoramento do texto.

SCHWARTZMAN, S.. Um Espaço para a Ciência - a formação da comunidade científica no Brasil. 1. ed. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. 357p .

TREVISOL, J.V. As políticas de avaliação da pós-graduação no Brasil: elementos para compreender a formação do sistema nacional de pós-graduação. Revista Brasileira de Educação, 30, 2025. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300029>

VERHINE, R.E.; SOUZA, Â. R. Compreendendo a crise recente na pós-graduação brasileira. Jornal de Políticas Educacionais, v. 15, p. 01-10, 2021.